ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 49 — Série VII — N.º 278
24 de Maio de 1979

Preço: 7$50

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português — Dir./Red. – R. Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 – Telex 18390 — Composição e Impressão – Heska Portuguesa — Distribuição – *CDL*, R. Pedro Nunes, – 1000 Lisboa

TODO O PARTIDO PREPARA O IX CONGRESSO

COM PORTUGAL PELA DEMOCRACIA

● **Balanço das reuniões efectuadas para a discussão das Teses** — Pág. 11

● **Pequenas notícias sobre a preparação do Congresso** — Pág. 11

● **Presenças de delegações estrangeiras** — Pág. 10

● **Indicações úteis aos delegados e convidados do IX Congresso** — Pág. 12

Materiais de apoio ao estudo das Teses

☐ Cronologia dos principais acontecimentos da vida nacional desde o VIII Congresso até hoje — Pág. 9

☐ O reforço do movimento camponês — uma realidade presente — Pág. 10

☐ A luta do movimento operário contra a política de recuperação capitalista — Pág. 10

☐ A evolução da situação internacional nos últimos 3 anos — pág. 10

☐ Grandes iniciativas do PCP desde o VIII Congresso no quadro da contribuição para a solução dos problemas nacionais — Pág. 11

ÁLVARO CUNHAL EM BALEIZÃO

A figura de Catarina Eufémia foi recordada por milhares de pessoas, em Baleizão, que afirmaram a sua intenção de defender a Reforma Agrária — ***Págs. centrais***

REUNIÃO DO COMITÉ CENTRAL

O Comité Central do Partido Comunista Português realizou hoje uma reunião plenária, durante a qual apreciou o andamento da preparação do IX Congresso do Partido, que se realizará no Barreiro de 31 de Maio a 3 de Junho próximos.

Foram tomadas várias decisões sobre os trabalhos do Congresso.

O CC do PCP aprovou também, na sua reunião, um comunicado sobre a moção de censura e as alternativas ao Governo Mota Pinto.

Lisboa, 21 de Maio de 1979

Pág. 3

Encontro de trabalhadores do comércio

Encontro de Reformados

Pág. 5

Editorial **UMA MOÇÃO DE CENSURA**

Editorial

UMA MOÇÃO DE CENSURA

O anúncio da apresentação de uma moção de censura ao Governo pelo PCP, feito aos órgãos de comunicação social em 2 de Maio último, tinha em vista dois objectivos:

— Um, clarificar a situação actual e a posição dos diversos partidos com assento na Assembleia da República — designadamente do PS — quanto à questão crucial do Governo de direita Mota Pinto/PPD;
— Outro, eventualmente, pôr em acção os mecanismos parlamentares e constitucionais ao dispor dos partidos, para apressar a queda do mesmo Governo e criar as condições da sua substituição numa alternativa democrática e constitucional.

Como é sabido, o anúncio da apresentação da moção de censura foi feito pouco tempo antes do encontro de delegações do PS e do PCP na sede daquele partido e na véspera de contactos entre o Presidente da República e os partidos com representação parlamentar para apreciação da crise política.

A decisão do PCP de apresentar uma moção de censura foi, por um lado, determinada pelo agravamento da política antipopular do Governo e intensificação das suas práticas ilegais e violências na zona de intervenção da Reforma Agrária, clarante apontadas para o desmantelamento da mais significativa conquista da Revolução portuguesa, e ainda pela urgência de o deter na sua obra destruidora; por outro lado, para dar cumprimento ao categórico mandato popular expresso nas gigantescas manifestações do 1.º de Maio e de 25 de Abril que constituiram um inequívoco repúdio e protesto nacional contra o Governo e a sua política.

☆
☆ ☆

Por declarações públicas de alguns dos dirigentes do PS e no decurso do encontro das duas delegações ficou claro que aquele partido não estava interessado no derrubamento imediato do Governo Mota Pinto/PPD, que não votaria nem apresentaria qualquer moção de censura antes da discussão e votação do Orçamento Geral do Estado, e que cifrava o seu comportamento quanto aos destinos últimos do Governo numa de duas eventualidades: ou através da decisão voluntária do Gabinete de apresentar, "por uma questão de dignidade" uma moção de confiança ou a sua demissão; ou por iniciativa directa do Presidente da República exonerar o Governo e o seu primeiro-ministro, Mota Pinto.

Ficou igualmente claro, no termo das conversações com o PS, que o objectivo principal do PCP com a apresentação da sua moção de censura, não seria de momento atingido pela impossibilidade prática de recolher na Assembleia da República a necessária maioria de votos essencial para ter força decisória na destituição parlamentar do Governo, só possível pela apresentação de duas moções de censura com intervalo mínimo de um mês.

É evidente que só com o PS tal resultado poderia ser obtido, conhecido o apoio incondicional dos partidos da direita ao Executivo de Mota Pinto.

O CDS, com o seu "governo-sombra", irmão siamês do de Mota Pinto, dava a este total apoio e cobertura política; o PPD/PSD decidira retomar abertamente a paternal protecção ao Governo e era óbvio que iria dar-lhe o seu voto na Assembleia da República.

A identificação total dos partidos da direita com a política antipopular e antinacional do Governo Mota Pinto aliada à incompreensível posição do PS numa questão de importância primordial para a vida do País tornaram-se, contudo, factores relevantes de clarificação política que mostraram aos olhos do Povo português quais as forças que apoiam e sustentam o Governo e a sua acção e quais as que consequentemente se lhe opõem.

Ficou então demonstrado que, na emergência, só o PCP mantinha uma posição coerente e válida de defesa da democracia e da independência nacional — comprometida pela política do Governo actual —, que só o PCP apresentava uma alternativa clara e viável para a substituição da equipa governativa de direita Mota Pinto.

O anúncio da apresentação da moção de censura pelo PCP, e depois o seu adiamento para um momento mais oportuno e favorável à obtenção dos objectivos em vista, foram medidas de incontestável justeza.

☆
☆ ☆

Desde então a evolução da situação nacional veio confirmar inteiramente a justeza das posições do PCP.

O Governo Mota Pinto/PPD mais de dois meses depois da rejeição do seu projecto de Orçamento e das "Opções do Plano" voltou a submetê-los à Assembleia da República. Esta nova versão do OGE em quase nada difere do projecto primitivo.

O Governo mostrou-se surdo e coriáceo às críticas e objecções postas pela Assembleia na primeira discussão, mostrou, sobretudo, a sua incompetência e desligamento dos problemas nacionais, mostrou apenas que quis prolongar a sua vigência para poder continuar impunemente o seu trabalho de destruição das conquistas fundamentais de Abril.

O primeiro-ministro Mota Pinto evidenciou mais uma vez o seu reaccionarismo, a sua tacanhez política, o seu extremo sectarismo.

A sua sobranceria face às críticas que lhe são movidas e à magnitude da contestação popular definem-no e ao seu Governo como um corpo estranho no Portugal democrático.

Cresce por todo o País o clamor contra a sua ofensiva violenta e as suas ilegalidades na zona da Reforma Agrária. Vaz Portugal, o ministro da CAP, faz alarde duma política odienta e arbitrária, à margem da Constituição e da lei, contra os heróicos obreiros da Reforma Agrária.

A política de destruição sistemática das UCP's, mediante a entrega indiscriminada de "reservas", é friamente posta em prática por Goulão & C.ª na ponta das baionetas.

Ao mesmo tempo prosseguem as desintervenções escandalosas, as destituições de gestores da confiança dos trabalhadores e do povo por homens de palha do capital financeiro português e estrangeiro nas empresas públicas e intervencionadas.

Simultaneamente o custo de vida não pára de subir, as camadas pobres e médias da população sofrem o peso de uma política injusta que procura fazer pagar ao povo trabalhador o custo principal da crise.

A remoção do Governo de direita Mota Pinto/PPD tornou-se um imperativo nacional.

☆
☆ ☆

O Comunicado do Comité Central, saído da sua reunião plenária de segunda-feira, 21, reafirma a decisão de apresentar uma moção de censura ao Goveno Mota Pinto e insiste na urgência da sua remoção do Poder.

A discussão e a votação da nova versão do projecto de OGE determinará as condições e o momento da sua apresentação.

Os interesses superiores do Povo português e da defesa da democracia exigem que o PS termine com as suas ambiguidades e tome uma posição inequívoca acerca do Governo Mota Pinto.

É desejável que o PS encare de frente a exigência de um entendimento entre as forças democráticas, designadamente com o PCP, para responder ao reagrupamento das forças de direita sob a égide de Sá Carneiro e Freitas do Amaral.

Como se salienta no Comunicado do CC "o desenrolar da crise põe em evidência a justeza e o carácter construtivo das alternativas ao actual Governo adiantadas pelo PCP" em 2 de Maio.

A formação de um Governo de gestão até às eleições de 1980 ou até às eleições intercalares ou a realização no mais curto prazo possível de eleições intercalares, são propostas viáveis e realistas que mantêm toda a actualidade.

Os trabalhadores, o Povo português na sua esmagadora maioria, esperam uma posição consequente e patriótica dos partidos e forças que mais lidimamente o representam.

É para responder a esta exigência popular que o PCP apresentará no momento conveniente a sua moção de censura ao Governo de direita Mota Pinto/PPD.

«Fim à ofensiva contra os direitos da juventude»

● Comunicado da CC da UJC

O Governo Mota Pinto é um Governo que dos pés à cabeça actua deliberadamente para sufocar as aspirações mais legítimas da juventude e do povo — denuncia a Comissão Central da UJC, num comunicado divulgado aos órgãos de Comunicação Social após a sua reunião plenária efectuada no último fim-de-semana em Lisboa.

Intitulado **«Fim à ofensiva contra o 25 de Abril, contra os direitos e aspirações da juventude! Fora com o Governo Mota Pinto»**, o documento da CC dos Jovens Comunistas, depois de exigir a demissão do actual Executivo «reaccionário, conflituoso e desestabilizador» que é o Governo Mota Pinto, traça uma breve mas significativa panorâmica dos principais problemas que afectam a juventude trabalhadora, salientando ao mesmo tempo diversas acções de unidade e luta promovidas pelos jovens em todo o País.

A UJC sublinha, assim, iniciativas como a «Jornada Nacional de luta contra o desemprego, pelo direito ao trabalho», realizada em Março pelos jovens comunistas; as manifestações de Braga, Campo Maior e Montemor (10 mil participantes no total); as concentrações, encontros concelhios e regionais; e as centenas de moções aprovadas por milhares de jovens contra a política de desemprego.

«Uma petição com 10 mil assinaturas» — revela a CC da UJC — «será proximamente entregue na Assembleia da República, exigindo que os problemas do desemprego juvenil sejam debatidos naquele órgão de soberania e sejam tomadas as medidas necessárias que o interesse nacional reclama».

Os Encontros da Juventude do Distrito do Porto (750 participantes) e da zona da Corda da Serra, na Covilhã (400), são apontados mais adiante como exemplos da unidade combativa da juventude em torno da luta **contra a repressão patronal e os despedimentos, contra as discriminações salariais e profissionais, contra o aumento do custo de vida, pela regulamentação dos contratos a prazo e do trabalho eventual e pela formação profissional.**

Entretanto, «num momento em que a ofensiva contra a Reforma Agrária recrudesce em intensidade, crimes e arbitrariedades, mil jovens operários agrícolas reuniram-se no seu 1.º Encontro Unitário, em Évora, no passado dia 22 de Abril».

A luta dos trabalhadores-estudantes (TEs) também não é esquecida no comunicado da UJC: «os TEs têm respondido com firmeza ao desprezo com que o MEIC olha o ensino nas escolas nocturnas. As listas unitárias para as Associações de TEs continuam a registar grandes vitórias. Novas Associações são criadas, bem como dinamizadas as estruturas unitárias existentes. Ainda bem recentemente, o MEIC recuou em relação às dispensas de exames. «A CC da UJC sublinha mais adiante a importância de que se revestiu o Encontro Nacional de TEs realizado em Março, com a participação de 300 jovens.

A necessidade de se iniciarem desde já os preparativos para a realização de um Encontro Nacional sobre a situação das jovens raparigas (a realizar «ainda no decorrer deste ano»), o apoio ao IX Congresso do PCP e às Teses propostas pelo Comité Central, em particular no capítulo dedicado à juventude, e uma saudação a todos «os jovens trabalhadores, operários, empregados, desempregados, aprendizes, trabalhadores-estudantes, jovens casais e raparigas» — constituem os últimos pontos do documento aprovado pela CC da UJC.

UEC reuniu Comissão Central

A Campanha dos 100$00, questões de organização e o IX Congresso do PCP foram os principais temas abordados na última reunião alargada da Comissão Central da UEC realizada no passado sábado, no CT Vitória, em Lisboa

Em relação ao primeiro ponto, a CC da UEC sublinhou o assinalável êxito da Campanha na actividade dos estudantes comunistas, «fruto do empenho e da imaginação dos militantes e organizações da UEC» e, ao mesmo tempo, reflexo do «prestígio e da influência da União dos Estudantes Comunistas entre a juventude estudantil», conforme destaca uma nota da SIP da CC

Segundo o mesmo documento, foi feito na reunião «um balanço da evolução da situação actual da organização da UEC», nomeadamente no que se relaciona com o número de efectivos e com o trabalho de estruturação, tendo a Comissão Central «traçado algumas linhas de orientação com vista ao desenvolvimento» da actividade naquelas frentes.

A CC da UEC, ao fazer «um balanço dos trabalhos preparatórios do IX Congresso do PCP nas organizações dos estudantes comunistas», analisou em particular o Projecto de Teses, «nomeadamente sobre o capítulo consagrado ao Movimento da Juventude, tendo expressado o seu acordo relativamente à generalidade das conclusões e orientações aí avançadas»

No decorrer da sua reunião alargada, a Comissão Central «aprovou ainda uma saudação ao IX Congresso, convicta da importância deste na vida e luta dos comunistas e dos trabalhadores, na vida e luta da juventude»

Campanha da UEC avança para os mil contos!

É já no próximo dia 31 que terminará a "Campanha dos 100$00" promovida pela UEC. Segundo o penúltimo controlo, realizado no passado dia 18, ou seja um mês após o seu início, a Campanha registava um total de **735 688$50**, que teve a seguinte proveniência:

Secundário Norte – 58 162$50; **Superior Porto** – 42700$00; **Sec Beiras** – 24 000$00; **Sup. Coimbra** – 25 920$00; **Sec. Centro** – 96 700$00; **Sec. Lisboa** – 165 886$00; **Sup. Lisboa** – 155 200$00; **Sec. Setúbal** – 89 900$00; **Sec. Sul** – 74 520$00; **Diversos** – 2700$00. Na classificação por equipas, está em 1.º lugar ("camisola vermelha") a organização do Secundário Sul com 152 pontos.

Na classificação individual, o 1.º lugar pertence agora ao Paulo Canto e Castro (Superior Lisboa), com 113 metas cortadas. O anterior camisola amarela, o Marques (Sup. Lisboa), ocupa o 2.º lugar, (112 metas) seguido do Girão (Sec. Setúbal) com 86.

Do que tem sido a Campanha, convém desde já tirar algumas conclusões: **Primeira:** é ainda muito baixo o número de camaradas que cortaram a sua meta dos 100$00. Segundo os dados apurados a 18 de Maio, esse número não ia além dos 900 (sem incluir Sec. Norte, Sec. Centro e Sup. Coimbra, que ainda não apresentaram os dados). A questão que não pode deixar de ser colocada é esta: até que ponto a Campanha foi utilizada como instrumento de organização? E se não o foi, como poderia ter sido? Quais as razões que assim o motivaram?

Segunda: embora com deficiências, empreendeu-se um esforço mais ou menos geral de promoção de iniciativas. De qualquer forma, há ainda alguns sectores que não organizaram qualquer iniciativa digna de nota; duma forma geral, o número de acções programadas é muito superior ao das realizadas.

Terceira: é de realçar a existência de uma boa capacidade de concretização e imaginação na edição descentralizada de materiais de propaganda da Campanha, com destaque para os boletins.

Quarta: não se pode deixar de considerar altamente positivo o facto de quando faltavam ainda 15 dias para o encerramento da Campanha a meta final (750 contos) estar quase alcançada: 735 688$50!

Entretanto, "tendo em conta o êxito de que se tem revestido a Campanha", a CC da UEC, reunida no último domingo em Lisboa, "decidiu propor a todas as organizações e militantes um novo e mais elevado objectivo: recolher até ao dia 31 – termo da Campanha – o quantitativo de **mil contos**".

Força, pois, no pedal dos 100$00, rumo à nova meta!

As férias da juventude: temos uma surpresa!

Vêm aí as férias de Verão. Passando o mês de Junho, muitos jovens voltarão a debater-se com o já habitual problema: «onde vou passar as minhas férias?». E a escolha não é fácil, essencialmente por causa das «massas»...

O ideal — pensa-se sempre — era uns dias ao pé da praia, uns dias de convívio com a malta amiga, uns dias de amizade, descanso e alegria vivida com aquele espírito franco que caracteriza a juventude.

Pois bem, o ano passado isto foi possível para muitos jovens! Quem não se lembra dos grandes acampamentos organizados pela Juventude Comunista na Costa da Caparica e numa praia do Norte?

O «Avante!» traz hoje uma boa surpresa! Este ano, voltamos a ter acampamento. Do que se irá realizar na Costa, exactamente no mesmo local do ano passado, já temos pormenores. Este acampamento, localizado junto do Campo de Futebol da Trafaria, decorrerá entre 27 de Junho e 15 de Agosto. As inscrições já estão abertas em praticamente todos os Centros de Trabalho do PCP e da Juventude Comunista dos distritos de Lisboa e Setúbal. O preço da inscrição: 50$00 acrescidos de 15$00 diários para os jovens que não possuam tenda e 7$50 para os que tenham.

Com base nas experiências de trabalho anteriores, estão já em curso os preparativos, nomeadamente os da implantação de estruturas como o bar-restaurante, zona de jogos, casas de banho, lavatórios, duches, etc. O programa cultural, recreativo e desportivo será ainda mais aliciante que o do ano passado — revelaram ao «Avante!» os camaradas responsáveis pelo trabalho preparatório do acampamento, o qual encerrará com um grande espectáculo.

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!
O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português.* Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699-Lisboa CODEX. Tel. 768345
ADMINISTRAÇÃO: *Editorial Avante, SARL.* Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º – 1000 Lisboa. Tel. 769744/769751.
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa-CODEX. Tel. 769725/769722.
DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL. **Serviços Centrais:** Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º – 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825.
Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C/v – 1000 Lisboa. Tel. 769705. (Abrange os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal).
Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa. Tel. 372238.
Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto. Tel. 28938.
Casa da Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq – 4000 Porto. Tel. 310441.
Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.º de Maio 186, Pedrulha – 3000 Coimbra. Tel. 31286.
Centro Distribuidor do Alentejo: Alcarcova de Baixo, 13 – 7000 Évora. Tel. 26361.
Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 – 8000 Faro. Tel. 24417.
ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 779828.
PUBLICIDADE CENTRAL:
Av. Santos Dumont, 63-A – 1000 Lisboa. Tel. 776936/776750. *Porto* – Rua do Almada, 18-2.º Esq.º – 4000 Porto. Tel. 381067.
EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 – Venda Nova – 2700 Amadora. Tel. 900044.
Composto e impresso na Heska Portuguesa R. Elias Garcia, 27 – Venda Nova – 2700 Amadora.
Tiragem média do mês de Abril: 88 650

Exposição
A história e a luta do Partido
no Centro de Trabalho Vitória
Av. da Liberdade — Lisboa
A partir de sábado 26
das 18 às 23 horas
(Sábados e domingos a partir das 16)
FEIRA DO DISCO • FEIRA DE BUGIGANGAS

Sobre a moção de censura e as alternativas ao Governo Mota Pinto

Comunicado do Comité Central do PCP sobre a moção de censura e as alternativas ao Governo Mota Pinto

O Comité Central do PCP examinou a evolução da crise governamental e as eventuais alternativas à luz dos acontecimentos mais significativos que ocorreram nos últimos dias, designadamente, os encontros do Presidente da República com os partidos políticos e os encontros interpartidários, bem como a alocução do Primeiro-Ministro e as reacções que provocou.

I

O Comité Central do PCP constata que **ao mesmo tempo que se acentua o isolamento político e social do Governo Mota Pinto, este intensifica todos os aspectos mais negativos e agressivos da sua política num claro desafio aos trabalhadores, às forças democráticas, à Constituição e ao próprio 25 de Abril.**

Existe, como em nenhum outro momento, um generalizado consenso nacional de que o Governo é incompetente e incapaz e que tem de ser prontamente substituído.

Mas o Primeiro-Ministro vem a público vangloriar-se precisamente das actuações do Governo que mais forte contestação suscitam e que mais afrontam os sentimentos populares: a ofensiva que visa a destruição da Reforma Agrária, os continuados ataques às nacionalizações, o assalto reaccionário à comunicação social, o brutal aumento dos preços, o agravamento das condições de vida do povo e a limitação dos direitos e conquistas dos trabalhadores.

As práticas arbitrárias, ilegais e inconstitucionais cada vez mais correntes na actuação do Governo são assumidas pelo Primeiro-Ministro como a sua própria filosofia do Estado.

O Governo apresenta-se, praticamente sem disfarce, como instrumento da restauração do poder económico e político do grande capital e dos latifundiários e como agente da liquidação do regime democrático consagrado na Constituição.

O Primeiro-Ministro gaba-se de não tomar em conta a exigência popular de que se vá embora, claramente expressa em manifestações nacionais tão grandiosas como as do 1.º de Maio, gaba-se de não levar em consideração as críticas dos partidos; ignora as críticas, as opiniões, as conclusões e as decisões da Assembleia da República. Teima em anunciar novos projectos a médio e a longo prazo e fala do seu Governo à beira do fim como se estivesse de pedra e cal.

No entender do PCP avultam os motivos para que o Primeiro-Ministro seja exonerado. A sua desfaçatez e arrogância só se explicam por se sentir ou julgar ao abrigo de tal decisão e pela continuada hesitação do Partido Socialista quanto à questão da subsistência do Governo. O voto do PS contra o projecto do PCP de alterações à Lei Barreto é característico desta atitude do PS de endurecimento crescente da crítica em palavras e da descoberta de pretextos para não passar aos actos.

É assim que Mota Pinto pode responder às exortações do PS e aos ultimatos artificiais do PPD para que se demita ou apresente uma moção de confiança, declarando rudemente que não fará uma coisa nem outra e desafiando-os a votarem a censura ao Governo.

II

A consideração destes factos confirma que se torna cada vez mais urgente apresentar e aprovar uma moção de censura ao Governo Mota Pinto, mas mostra também que não é pouco importante a escolha do momento para a sua efectivação.

O anúncio feito pelo PCP, em 2 de Maio, do propósito de apresentar, a curto prazo, uma moção de censura ao Governo, a indicação posterior aos órgãos de informação da data aproximada em que o mesmo se realizaria e a própria decisão sobre o seu adiamento na véspera dos encontros do Presidente da República com os partidos políticos actuaram em conjunto no sentido de produzirem os efeitos clarificadores que se tinham em vista com a apresentação da moção.

Os partidos vieram a público esclarecer as suas posições acerca da sobrevivência do Governo e das alternativas para a sua substituição, quer com eleições intercalares, quer com a constituição de um novo governo.

Ficou a saber-se que nenhum outro partido com Grupo Parlamentar, além do PCP, votaria favoravelmente uma moção de censura se ela fosse apresentada antes da aprovação na Assembleia da República do Orçamento Geral do Estado para 1979.

O Partido Socialista fez especialmente questão de salientar e sublinhar essa sua posição.

A derrota de uma moção apresentada pelo PCP significaria que: 1.º O PCP ficaria impedido de apresentar uma nova moção de censura até 15 de Outubro; 2.º a faculdade de accionar os mecanismos parlamentares que podem levar ao derrubamento do Governo Mota Pinto passaria a ficar, em exclusivo, até essa data, nas mãos do PS e dos partidos da direita; 3.º o malogro da tentativa de censurar o Governo não deixaria de ser especulado pelos meios que lhe são afectos como um pretenso fortalecimento da sua posição.

Acresce que, ao mesmo tempo que considerava inoportuna uma moção de censura antes da aprovação do Orçamento, o Partido Socialista veio declarar que uma vez preenchida essa condição votaria a favor de qualquer moção de censura ao Governo Mota Pinto.

Posta a questão nestes termos pelo PS, uma moção de censura apresentada pelo PCP pode, no momento oportuno, ganhar plena eficácia constitucional para o derrubamento do Governo, uma vez que comunistas e socialistas detêm a maioria absoluta na Assembleia da República.

O PCP não partilha da opinião de outros partidos de que mais vale um péssimo Orçamento do que não existir Orçamento nenhum. O Orçamento é um instrumento indispensável à acção governamental e à administração do país, mas a consciência desta necessidade não pode ser interpretada como a obrigação da Assembleia da República aprovar disposições orçamentais inaceitáveis e extremamente lesivas dos interesses do povo e do país. Não se entende, também que a maioria da Assembleia da República sancione uma política orçamental que explicitamente desaprovou e que representa o prolongamento das orientações de um Governo que quer ver prontamente derrubado e substituído.

A atitude de fazer anteceder a queda do Governo da aprovação do Orçamento é, no entanto, tudo o indica, uma posição inultrapassável por parte do PS e os votos socialistas são indispensáveis, nas presentes circunstâncias, para fazer aprovar com eficácia uma moção de censura ao Governo Mota Pinto.

Não sendo de excluir que a Assembleia da República volte a rejeitar as propostas do Plano e Orçamento, o PCP insiste que, em tal caso, o Governo Mota Pinto deve demitir-se imediatamente.

Feitos estes esclarecimentos, o PCP reafirma encontrar-se disponível para reexaminar a todo o momento com o PS a apresentação de uma moção de censura antes ainda da aprovação do Orçamento. Caso esta hipótese não tenha lugar, **o PCP apresentará a sua moção de censura ao Governo Mota Pinto logo que estejam concluídas as votações do Orçamento na Assembleia da República.**

Desaparecendo os motivos impeditivos que o PS tem invocado para votar a censura ao Governo, é lógico esperar-se que contribua com os seus votos para a aprovação da moção do PCP. De qualquer forma, o PCP assume a responsabilidade de dar expressão institucional à exigência popular de demissão do Governo Mota Pinto e coloca aos demais partidos a necessidade de assumirem as suas próprias responsabilidades.

III

O desenrolar da crise põe em evidência a justeza e o carácter construtivo das alternativas ao actual Governo adiantadas pelo PCP em nota da Comissão Política de 2 de Maio.

O PCP apresentou então duas propostas que mantêm toda a actualidade:

1.ª **A formação de um governo de gestão até às eleições de 1980** ou até às eleições intercalares (um governo de diálogo, de apaziguamento, de ordem democrática e de eficiência na gestão dos negócios correntes do Estado).

2.ª **A realização no mais curto prazo possível de eleições intercalares.**

O Comité Central confirma a disposição do PCP para examinar ou prosseguir o exame destas propostas com o Presidente da República (a quem cabe a decisão da escolha de um novo Primeiro-Ministro) com o PS ou com quaisquer outros partidos, forças ou sectores políticos interessados em tais soluções.

A reconhecer-se a necessidade de optar pela segunda, isto é, a realização de eleições intercalares, o PCP mantém em aberto a proposta feita ao PS e a outros partidos, forças e sectores políticos, para a realização de uma diligência conjunta ou coincidente junto do Presidente da República.

O Comité Central salienta que o PCP sempre tem apontado que a solução mais correcta para crise governamental e a mais apropriada para uma alternativa democrática seria a **formação de um governo democrático com base em acordos interpartidários e com apoio da Assembleia da República a partir da maioria de deputados do PS e do PCP alargada a outros sectores da Assembleia.**

A concretização de uma tal solução implicaria que a Direcção do PS se dispusesse a examinar séria e profundamente com o PCP as possibilidades de acordo entre os dois partidos, modificando a atitude de recusa sistemática de entendimento com o PCP e de sistemáticas alianças governamentais com a direita, que as aturadas conversações com o PPD, realizadas nestes duas, fazem de novo recear.

O Comité Central relembra que o PCP defendeu e defende, na previsão de eleições a curto prazo, a formação de um governo de gestão, com a participação dos quatro partidos com grupos parlamentares (PCP, PS, PSD/PPD e CDS) a fim de melhor assegurar a imparcialidade do Executivo em relação ao processo eleitoral, mas está pronto a examinar quaisquer outras propostas que tenham em vista o mesmo objectivo.

Os partidos da direita que têm no Governo Mota Pinto um bom executor da sua política e a garantia do controlo da direita sobre a comunicação social e sabendo que a imparcialidade de um novo governo significa a certeza da sua derrota eleitoral, têm recusado as propostas do governo de gestão feitas pelo PCP.

O Comité Central do PCP declara, e exorta as demais forças democráticas a pronunciarem-se no sentido de que o Governo Mota Pinto, ainda que demitido e com eleições intercalares a muito curto prazo, será sempre inaceitável como governo de gestão. Um governo reaccionário de choque que quotidianamente viola a Constituição, as leis e as mais elementares regras de comportamente democrático é a negação das garantias de isenção e imparcialidade que se exigem na preparação de um acto eleitoral.

* * *

O isolamento, o desgaste e a desautorização do Governo Mota Pinto testemunham o fracasso generalizado da sua actuação, mas são acima de tudo resultado das grandes lutas populares contra a sua política, com especial destaque para as acções de resistência dos trabalhadores e agricultores da zona da Reforma Agrária, das manifestações de 10 e 17 de Março, das acções comemorativas do 25 de Abril, das grandiosas manifestações do 1.º de Maio.

A crise do Governo Mota Pinto é irreversível. A exigência popular da rápida demissão e substituição do Governo está claramente colocada aos órgãos de soberania, aos partidos e a todas as forças políticas. Independentemente das hesitações do PS e dos jogos e manobras do PPD, a luta dos trabalhadores e do povo com estes objectivos prosseguirá. Ela constitui uma indicação precisa e uma base de apoio para uma solução democrática que supere a instabilidade presente, assegure a consolidação do regime democrático e a salvaguarda da independência de Portugal.

Lisboa, 21 de Maio de 1979

O Comité Central do Partido Comunista Português

Agenda

Dia 24, Quinta-feira

Valada, integrada na campanha para o CT realiza-se uma «Festa Brava». ● **Alplarça**, convívio no parque do Carril, a partir das 12 horas.

Dia 25, Sexta-feira

Lisboa, no CT de S.Bernardo, reunião dos camaradas naturais de Ferreira do Zêzere residentes em Lisboa. ● **Santarém**, às 21 e 30, colóquio sobre «Aumento do Custo de Vida e Inflação». ● **Alverca**, início da «3.ª Festa Popular», que continua no sábado e no domingo, no Jardim do Bairro. ● **Lisboa**, às 21 e 30, na Voz do Operário, festa de apresentação à população do bairro dos delegados da 1.ª Zona do Comité Local ao IX Congresso, com Canto Livre e variedades.

Dia 26, Sábado

Grândola, às 16 horas, plenário para discussão da realização da Festa da Fraternidade, na Sociedade Musical Fraternidade Operária. ● **Alverca**, «3.ª Festa Popular» no Jardim do Bairro, às 16 e 30, comício com o camarada **Octávio Pato**, da Comissão Política e do Secretariado do CC. ● **Damaia**, às 15 h. inicia-se a «Festa de Maio» na R. Fontes Pereira de Melo (junto ao viaduto). Haverá tarde infantil e à noite às 21 h. Canto Livre seguido de comício com os camaradas Manuel Pedro do CC e Vasco Marques da APU.

Camaradas falecidos

JOÃO ILACO – Com 43 anos de idade, faleceu no passado dia 10 o camarada João Caetano Ilaco, membro da célula do Partido na "Sores". O militante comunista falecido residia em S. Iria de Azóia, onde era estimado por muitas pessoas.

ANTÓNIO BAPTISTA – Ex-tarrafalista, com uma vida inteiramente dedicada à luta pela liberdade, faleceu no passado dia 9, em Lisboa, o camarada António Batista, que pertencia à organização do Partido da freguesia de Santa Catarina. O camarada contava 70 anos.

ANTÓNIO ÂNGELO – Residente na Brandoa, faleceu no passado dia 13, o nosso camarada António Ângelo, membro da célula do PCP na empresa "JJ Gonçalves". Era ajudante de fiel de armazém e tinha 59 anos.

EDGAR SILVA – Vítima de acidente de trabalho, faleceu recentemente o camarada Edgar Fernandes da Silva, de apenas 30 anos, casado, mecânico de máquinas agrícolas e industriais na "Tecnisado". O funeral realizou-se em Salvaterra de Magos, com a presença de muitos familiares, camaradas e amigos. O camarada, estimado por todos os que o conheciam, deixa uma filha com dois anos de idade.

Recrutar 300 novos militantes! – uma das decisões da III Assembleia Concelhia de Benavente do PCP

Capacidade de resposta, uma maior mobilização

Uma melhor atenção por parte do Partido aos problemas dos pequenos e médios agricultores, rendeiros e seareiros; a criação dum organismo para o trabalho unitário (colectividades, estruturas do movimento popular); a inauguração dum Centro de Trabalho no lugar de Barrosa (previsto para Julho); a realização da I Assembleia de Organização da Freguesia de Samora Correia; e o recrutamento de 300 novos militantes até ao fim do ano em curso, foram algumas das orientações expressas no Relatório da Comissão Concelhia cessante aprovado pela III Assembleia da Organização Concelhia de Benavente do PCP, realizada no último domingo, com a presença de dezenas de delegados e convidados oriundos de todos os pontos do concelho.

As grandes lutas que se aproximam, para serem travadas com êxito – salienta a dado passo o referido documento – **exigem da organização uma maior capacidade de resposta, uma maior mobilização e dinamização dos militantes comunistas e dos outros trabalhadores, o que só conseguiremos com o reforço da organização do Partido.**

As próximas eleições para as autarquias locais – lê-se mais adiante – **são particularmente uma tarefa que deve mobilizar todo o Partido de forma a que as posições dos comunistas e outros democratas nos órgãos do poder local, juntamente com o reforço das outras frentes de luta, nos possam permitir estar em condições, e estaremos de certeza, de defender os interesses dos trabalhadores, consolidando as suas conquistas e avançando no caminho certo da construção duma sociedade nova, a sociedade socialista.**

O Relatório apresentado pela CC cessante incluiu vários capítulos, nomeadamente sobre o estado actual da **organização** do Partido no concelho, o trabalho de **Informação e Propaganda, fundos e tarefas nacionais.**

Por seu turno, a CC eleita fez uma intervenção em que salienta a dada altura que «melhorar o funcionamento dos organismos já existentes será igualmente um objectivo a concretizar, objectivo que terá necessariamente a ver com o seu regular funcionamento, com uma melhor participação dos camaradas na discussão dos problemas específicos do sector a que pertencem, com uma melhor distribuição de tarefas e com um melhor trabalho ideológico a desenvolver».

No âmbito dos objectivos a atingir a curto e médio prazo, salienta a nova CC da organização de Benavente: **Criar novos organismos em sectores de actividade onde existam militantes, criar comissões de apoio às futuras listas da APU a apresentar às eleições deste ano nas empresas e nos diversos lugares do concelho, reestruturar as SIPs de Benavente a Samora Correia, realizar este ano a primeira Assembleia de Organização de Freguesia de Samora Correia, estender a organização a Foros da Charneca e Foros de Almada, melhorar o trabalho em St.º Estêvão, acompanhar o funcionamento das colectividades, levar à prática as grandes tarefas regionais e nacionais, exercer uma actividade de constante esclarecimento político dos militantes, proceder ao recrutamento de forma organizada de novos militantes para o Partido, essencialmente nos sectores onde temos menor influência, desenvolver uma política de unidade com todos os democratas honestos e estabelecer uma melhor ligação do Partido às massas.**

A Comissão Concelhia eleita na Assembleia – cujos trabalhos decorreram numa esfera de viva participação e entusiasmo – é constituída por 20 camaradas, entre os quais duas mulheres. Nota saliente na composição desta CC é a juventude da grande maioria dos elementos. O mais novo tem 24 anos e os mais velhos, dois, têm 51. Dez dos camaradas são operários.

A Assembleia escutou, no final, a intervenção do camarada Carlos Pinhão, membro do Comité Central do PCP, que se deteve, em particular, na análise da actual situação política.

Octávio Pato na Festa de Alverca

É já amanhã que se inicia, prolongando-se até domingo, a 3.ª Festa Popular de Alverca, cujo programa já detalhadamente divulgámos. Entretanto, podemos acrescentar que no comício, a realizar no sábado à tarde, participará o camarada Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP

Recordamos que os festejos abrem amanhã à noite com um baile popular (no Jardim do Bairro, tal como as outras iniciativas); sábado à tarde e à noite haverá canto livre; finalmente, no domingo, haverá manhã desportiva, tarde infantil e, à noite, teatro com a revista «Pluralismo... e Não Só», pelo Grupo Cénico de A-dos-Loucos

No recinto da Festa os visitantes poderão encontrar quermesses, bancas, pavilhão político, bares, divertimentos e diaporama.

1ª Assembleia da célula do BESCL

Realizou-se no dia 19 no Pavilhão das Furnas, a 1.ª Assembleia da Organização do PCP no Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, com o objectivo de apreciar o relatório da actividade da Célula desde 1974 e proceder à eleição do seu Secretariado.

Iniciando-se pelas 10 h a Assembleia foi encerrada cerca das 19 h após uma intervenção do camarada Narciso Raimundo do CC do PCP que focou aspectos relacionados com a actual situação política e se congratulou com a realização de mais esta Assembleia de Organização.

Durante o período destinado à discussão do Relatório apresentado pelo Secretariado da Célula, vários camaradas usaram da palavra para focar aspectos relacionados com a actividade da Célula e ainda para apreciar diversas questões relacionadas com a actividade da empresa. Depois dos delegados presentes terem aprovado por unanimidade e aclamação o Relatório que lhes foi apresentado, procedeu-se à eleição do Secretariado que nos próximos 18 meses irá dirigir a actividade da Célula, tendo sido aprovada, igualmente por unanimidade e aclamação, a proposta apresentada pelo Secretariado cessante. No decorrer da Assembleia foram lidas pela mesa várias saudações enviadas por diversas células da Organização dos Trabalhadores Bancários do distrito de Lisboa tendo os representantes do Comité Local de Lisboa e da ODTBL presente lido saudações daqueles organismos. Foram aprovadas ainda quatro moções (Apoio aos trabalhadores da Reforma Agrária. Repúdio pelas tentativas de criação de Bancos privados. Exigência da demissão do Governo Mota Pinto e de repúdio pela atitude do Conselho de Gestão do Banco Espírito Santo que, ignorando os direitos consagrados constitucionalmente, sucessivamente mandou arrancar toda a propaganda afixada, alusiva à realização desta Assembleia.

Actividades do Partido

● **F. do Zêzere** – Lembremos aos camaradas de Ferreira do Zêzere actualmente residentes em Lisboa que amanhã se realiza no Centro de Trabalho de S. Bernardo (à Estrela) uma importante reunião na qual devem comparecer. O início é às 21 e 30.

● **Valada em Festa** – Por iniciativa dos camaradas do Centro de Trabalho de Valada do Ribatejo, realiza-se hoje, a partir das 16 horas, uma jornada festiva e de convívio, que terá o seu ponto alto na picaria com «quatro bravíssimas vacas», conforme salienta o programa. Haverá também serviço de bar «com bons petiscos e bom vinho da região». A «Quinta-Feira da Espiga» em Valada promete!

● **Parede** – A Comissão de Freguesia da Parede do PCP realiza, amanhã, às 21 e 30, na Sociedade Murtal, uma sessão pública para apresentação das Teses do IX Congresso do Partido.

● **Grândola** – Também amanhã decorrerá na «Sociedade Musical Fraternidade Operária Grandolense», às 16 horas, um plenário de membros do Partido, de Grândola, com o objectivo de discutir questões ligadas á realização da Festa da Fraternidade-1979, que os militantes comunistas daquela freguesia realizarão brevemente.

Agrin-Xira

Na página «A Terra» do último «Avante!», na notícia «Na Agrin-Xira, foi tema a agricultura na URSS», por gralha saiu «esteve igualmente presente o presidente da Junta de Vila Franca de Xira» quando, na realidade, esteve presente o Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, autarquia à qual cabe a iniciativa da Agrin-Xira, Feira Agrícola e Industrial de Vila Franca que se vem destacando como mostra das realizações económicas a nível do concelho.

edições Avante!
na
FEIRA DO LIVRO
Lisboa e Porto
LIVROS DO DIA
40%
DE DESCONTO

Loures: Encontro de Quadros com 250 participantes

Com a participação de 250 camaradas, decorreu no último sábado, na Cooperativa "A Sacavenense", um Grande Encontro de Quadros do Partido do concelho de Loures.

Na ordem de trabalhos o IX Congresso e as eleições para as autarquias locais. Em relação ao primeiro ponto, foi feito um balanço da actividade desenvolvida em torno das Teses, tendo na altura sido apresentadas cerca de uma centena de propostas de emenda e seis novas teses. Foi revelado a propósito que antes do Encontro se realizaram mais de 100 reuniões em que participaram um total de dois mil camaradas e amigos.

No decurso da sessão foram apresentados os delegados ao Congresso pelo concelho de Loures. Nota saliente foi também a vibrante manifestação de total confiança à direcção do Partido e o empenho de todos os presentes no reforço da sua unidade e coesão.

O segundo ponto da ordem de trabalhos, em cujo debate participaram os camaradas Carlos Costa, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central, e José Casanova, do CC e do Secretariado da DORL, fez o balanço do trabalho realizado pelos comunistas e por outros democratas no âmbito da autarquia, tendo sido salientada a importância de Loures em futuros actos eleitorais.

O Encontro, caracterizado do princípio ao fim por um ambiente de viva participação, proporcionou ainda a sistematização das linhas gerais de actuação no sentido da solução dos problemas concretos do concelho.

VISITE O STAND DO Avante! na FEIRA POPULAR de Lisboa
LIVROS ● DISCOS ● ARTESANATO ● MEDALHAS ● SELOS ● BUGIGANGAS ● JOGOS INFANTIS ●
VISITE O STAND DO Avante! na FEIRA POPULAR de Lisboa

Semana

16 Quarta-feira

1277 – Morre em Roma o Papa João XXI, de nacionalidade portuguesa. Fora eleito um ano antes.

É publicada no «Diário da República» a nova Lei Eleitoral, a qual fora aprovada na Assembleia da República com os votos do PCP e do PS. ■ A jornalista Maria Antónia Palla começa a ser julgada, no 3.º Juízo Correccional da Boa Hora, num processo que lhe foi movido pela Procuradoria-Geral da República por ter participado na feitura do filme «Aborto Não É Crime», exibido há três anos pela RTP. ■ O órgão oficial do PPD, «Povo Livre», insere uma carta do presidente do Governo Regional da Madeira, Alberto João Jardim, na qual este dá conta da sua intenção de se demitir da Comissão Política Nacional do PPD a partir do próximo congresso deste partido. ■ Chega a Lisboa uma missão do Conselho das Nações Unidas para a Namíbia, chefiada pelo embaixador Ferdinand Leopold Oyono, representante permanente dos Camarões na ONU. ■ Na Assembleia da República é aprovada, na generalidade, com os votos comunistas, socialistas e independentes, o projecto de bases do Serviço Nacional de Saúde, apresentado pelo PS. ■ Nas eleições realizadas para a Comissão de Trabalhadores da Empresa Pública de Urbanização de Lisboa vence uma lista unitária. ■ Na Assembleia da República é entregue um abaixo-assinado com 216118 assinaturas exigindo a anulação da Lei Barreto. ■ A Comissão Parlamentar de Agricultura aprova, na especialidade, alterações à Lei do Arrendamento Rural, lei que o PPD fez aprovar.

17 Quinta-feira

1834 – Na batalha de Asseiceira, as forças liberais derrotam definitivamente as forças absolutistas.

Paralisados 12 horas

O Conselho Nacional do Plano volta a rejeitar a proposta do Governo Mota Pinto das Grandes Opções do Plano para 1979. ■ Dezenas de agricultores de Quimbres manifestam-se em Coimbra, diante das instalações da Lacticoop, exigindo o pagamento em atraso de 4 quinzenas de fornecimento de leite. ■ O trânsito ferroviário é fortemente afectado devido à greve de 12 horas decretada pelos Sindicatos (paralelos) dos Maquinistas e dos Quadros Técnicos da CP. A greve foi mais sentida nas linhas de Sintra e Cascais. ■ Na Assembleia da República são apresentados três projectos de lei, respectivamente pelo PCP, independentes ex-PS e PS, visando a alteração da Lei Barreto. ■ Delegações do PS e PPD voltam a reunir-se. No final, Amândio de Azevedo, do PPD, salientou não ser viável um acordo com o PS, a não ser na base da aceitação de eleições intercalares pelos socialistas.

18 Sexta-feira

1977 – É extinta a Comissão de Apoio às Cooperativas, organismo criado em Julho de 1975.

Em reunião extraordinária do Conselho de Ministros, o Governo Mota Pinto decide apresentar na Assembleia da República o mesmo projecto das Grandes Opções do Plano para 1979, que recentemente o Conselho Nacional do Plano rejeitara. ■ Delegações do PS e do PPD avistam-se separadamente com o Primeiro-Ministro Mota Pinto. No final, o porta-voz da delegação socialista manifesta "fortes apreensões" por parte do PS, "embora pense que o OGE deve ser viabilizado e corrigido". A delegação do PPD mostra-se satisfeita com o que considerou "a aproximação do Governo" em relação às exigências do PPD, embora a considerasse ainda "insuficiente". ■ Votos socialistas, do PPD e do CDS rejeitam na Assembleia da República dois projectos de lei (do PCP e de três independentes ex-PS) visando alterar a Lei Barreto. Permanece apenas o projecto de lei da autoria do PS.

19 Sábado

1556 – Decorridos 40 anos após o seu falecimento, os restos mortais de Afonso Albuquerque regressam a Lisboa.

Uma luta que continua

No aniversário do assassinato de Catarina Eufémia, milhares de pessoas concentram-se em Baleizão, onde se realiza um comício com a presença de Álvaro Cunhal. ■ Em Madrid, onde se encontra para assistir ao congresso do PSOE, Mário Soares declara que o Governo Mota Pinto "não deverá durar até às férias grandes, pois sem o apoio popular e parlamentar não tem condições de sobrevivência". ■ Em Vila Franca de Xira, Sá Carneiro confirma estarem adiantadas as conversações com o CDS em vista de uma acção política conjunta, já que, como se queixou, a posição do PS "até agora tem sido uma posição dilatória". ■ O deputado socialista António Arnaut declara na Televisão que o Serviço Nacional de Saúde só pode ser concretizado por um Governo que esteja de acordo com o espírito do projecto. ■ Milhares de reformados de Lisboa e Setúbal reúnem-se no Coliseu dos Recreios. É denunciada a injustiça social que o Orçamento Geral do Estado, apresentado pelo Governo Mota Pinto, pretende impor.

20 Domingo

1935 – É promulgada a lei que obriga os funcionários públicos a assinar uma "declaração de que não professam ideias comunistas" e que permite "suspender ou demitir das suas funções" os que não derem provas de aceitação dos princípios da constituição fascista.

Termina o Encontro Nacional dos Trabalhadores do Comércio, que durante dois dias reuniu no pavilhão do Clube Atlético de Campo de Ourique 409 delegados. Na resolução aprovada salienta-se que "a grave situação dos trabalhadores do comércio, bem como da maioria dos trabalhadores portugueses, deve-se à crescente ofensiva reaccionária que o patronato e os seus Governos têm desencadeado contra os direitos, garantias e liberdades dos trabalhadores". ■ O embaixador permanente dos Camarões na ONU, Leopold Oyono, que se deslocou a Portugal na qualidade de chefe da missão do Conselho das Nações Unidas para a Namíbia, revela que Portugal votará, na Assembleia Geral e no Conselho de Segurança da ONU, a favor da aplicação de sanções à África do Sul pelo não cumprimento das resoluções da ONU sobre a independência da Namíbia.

21 Segunda-feira

1971 – Reivindicações salariais estão na origem das greves registadas na fábrica da "Ford", na Azambuja, e em diversos estabelecimentos fabris de Cabo Ruivo e Sacavém.

Domingos Abrantes

Delegações do PCP e do CDS avistam-se separadamente com o Primeiro-Ministro Mota Pinto. No final, Domingos Abrantes, do PCP, declara que a Assembleia não pode aprovar um Orçamento "que não corresponde aos interesses nacionais". Por seu turno, Basílio Horta, do CDS, faz o elogio do Orçamento, do ministro do MAP, Vaz Portugal e do Ministro da Comunicação Social, Proença de Carvalho. ■ Em Ponta Delgada, nos Açores, um engenho explosivo destrói o automóvel de uma médica que presta serviço à periferia no hospital desta cidade. Um mês antes, o carro do seu esposo fora igualmente destruído por fogo-posto. Os atentados prendem-se, segundo se presume, com a defesa que estes clínicos fazem do Serviço Nacional de Saúde.

22 Terça-feira

1894 – O Teatro S. Luís (na época teatro D. Amélia) é inaugurado ao público.

O Presidente da República, general Ramalho Eanes, veta a Lei 205/1, da Assembleia da República, sobre a amnistia às infracções de natureza política cometidas após o 25de Abril. ■ É inaugurada em Lisboa, a 49.ª Feira do Livro. ■ Os trabalhadores da Tripla, empresa transformadora de plásticos de S. Mamede de Infesta, retomam a laboração normal depois de expulsarem os «gorilas» do ex-patrão que, desde o passado dia 16, ocupavam as instalações da empresa. ■ Centenas de trabalhadores manifestam-se frente à Lusalite repudiando os despedimentos efectuados naquela empresa.

Os Comunistas na Assembleia da República

Defensores da lei Barreto são minoria na Assembleia

● Aprovada a lei do SNS

Ao cabo de três reuniões plenárias, a Assembleia da República aprovou por maioria (votos favoráveis do PS, PCP, UDP e Lopes Cardoso e Brás Pinto) o projecto de lei 157/I, da autoria do PS, das bases gerais do Serviço Nacional de Saúde.

Tratou-se não apenas de uma das mais significativas decisões legislativas de 1979, como representou igualmente uma clamorosa derrota da direita: o antiprojecto do SNS apresentado pelo CDS, apenas foi votado favoravelmente pelo próprio CDS, que foi em S. Bento o porta-voz dos grandes barões e latifundiários do "comércio da saúde". No final do debate, ficou claro, uma vez mais, o carácter reaccionário da política proposta pelos partidos da direita, bem como a sua essência antipopular e antinacional, como aliás sublinharia o deputado Carlos Brito, ao proferir a declaração de voto do Grupo Parlamentar do PCP.

O CDS, que – afirmou Carlos Brito ironicamente – **se trata nas boas clínicas privadas**, considerou o SNS como um bom pretexto para organizar um supercomércio da medicina, dando corpo a este desejo no seu projecto que viria a ser inapelavelmente recusado.

De realçar que um dos grandes méritos do debate sobre o Serviço Nacional de Saúde consistiu na completa destruição de alguns dos argumentos que, dentro e fora da Assembleia, as forças da direita têm vindo a usar como bandeira contra o SNS. Assim, ficou claramente provado que a lei agora aprovada na generalidade não proíbe nem dificulta o exercício da medicina privada. Como diria o presidente do Grupo Parlamentar do PCP, **os privilegiados, os que têm posses bastantes para já hoje escolher o médico, continuam a fazê-lo; os senhores deputados sociais-democratas independentes, que tanto insistem nesta questão, poderão naturalmente continuar a escolher o médico enquanto doentes e a ser escolhidos enquanto médicos...**

Entretanto, outra questão de primeiro plano na actividade da Assembleia da República neste período consistiu no debate em torno das alterações que o PCP, por um lado, e os deputados independentes Lopes Cardoso e Vital Rodrigues, por outro, propuseram à tristemente célebre lei Barreto.

Apenas dois anos após a sua aprovação, a lei da contra-reforma agrária foi, está, frontalmente posta em causa na Assembleia da República e, conforme previu e preveniu o deputado do PCP Veiga de Oliveira em declaração de voto, **acabará por ser revogada e integralmente substituída mais cedo do que muitos pensam.**

Uma das conclusões que se pode retirar do debate em torno do projecto de lei do PCP – muito justamente intitulado "Medidas de Emergência para a Defesa da Reforma Agrária" – é o facto de serem cada vez mais minoria, mesmo dentro da Assembleia, os que apoiam a lei Barreto na sua formulação actual.

Com efeito, e apesar de o Partido Socialista ter unido os seus votos aos da direita, impedindo assim que o projecto do PCP fosse aprovado, não há dúvidas que está aberto o processo legislativo que conduzirá não só à alteração da lei Barreto como também à adopção de medidas de defesa de uma das principais realizações da Revolução de Abril.

A atitude do PS é um tanto estranha: considerando necessário e urgente o debate sobre a aplicação da lei Barreto, os deputados socialistas não se coibiram de adiar essa urgência e essa necessidade por mais algum tempo, votando contra o projecto do PCP. Diga-se, no entanto, que os deputados socialistas apresentaram à Mesa da Assembleia, logo no início do debate sobre esta importante iniciativa legislativa, um projecto de lei de alterações à lei que tem o nome de um seu ex-dirigente, para a qual marcaram logo data de apreciação no plenário – 6 de Junho.

Aliás, registe-se o facto, não muito vulgar nas anteriores sessões legislativas, de esta última parte da III Sessão Legislativa estar a ser preenchida com constantes marcações dos diferentes partidos, o que não deixa de ser significativo. O que aconteceu com o projecto de lei do PCP é sintomático e foi igualmente sublinhado na declaração de voto de Veiga de Oliveira: o projecto foi apresentado em Novembro passado, tendo subido a plenário apenas seis meses depois, e mesmo assim em virtude do PCP ter utilizado o direito de marcar data para apreciação.

A sessão que hoje tem início às dez horas da manhã será utilizada com o debate, também agendado pelo Grupo Parlamentar comunista, dos três projectos do PCP relativos, respectivamente, ao processo administrativo não contencioso, à ilegalidade dos regulamentos e à reestruturação dos tribunais administrativos e fiscais.

Entretanto, a Assembleia apreciou ontem, com marcação feita pelo PS, quatro projectos de lei sobre Comissões de Trabalhadores.

Dia a Dia

Incidentes eleitorais

A AR procedeu recentemente à eleição de deputados para os cargos de secretário da Mesa da AR, representantes da AR no Conselho Nacional do Plano, representante da AR no Conselho Nacional de Alfabetização e membros da Comissão Parlamentar de inquérito sobre a batata de semente.

Para esta última foram eleitos os seguintes deputados: Luís Filipe Madeira, Chaves Medeiros e Alfredo Monteiro, do PS; Carvalho Cardoso e José Christo, do CDS; e Vitor Louro e Carreira Marques, do PCP. Os dois deputados indicados pelo PSD, Bento Gonçalves e Fernando Costa, não conseguiram ser eleitos, uma vez que não obtiveram o número mínimo dos votos necessários para tal efeito.

O mesmo viria, aliás, a acontecer com o representante do PSD ao Conselho Nacional do Plano (Ângelo Correia) e com o candidato deste partido ao cargo de secretário da Mesa (Lacerda de Queirós). Só a representante do PSD no Conselho Nacional de Alfabetização viria a ser eleita.

A Assembleia e o Congresso do PCP

Em virtude de dois dos dias do IX Congresso do PCP coincidirem com dias em que normalmente têm lugar sessões plenárias da AR, esta suspenderá os seus trabalhos nos dias 31 de Maio e 1 de Junho.

Marcações e sessões

Até ao termo da sessão legislativa (15 de Junho) estão já agendadas, marcadas pelos diferentes grupos parlamentares os seguintes assuntos: 29 de Maio — educação e ensino especial (PCP); 30 de Maio — regime dos direitos de autor (PS); 5 de Junho — saneamento básico (PSD); 6 de Junho —alterações à lei Barreto (PS); 8 de Junho — projectos sobre emigrantes; 12 de Junho — protecção dos representantes dos trabalhadores (PCP); 15 de Junho — lei sindical (PS).

Registe-se que, até finalizar a presente sessão legislativa — 15 de Junho — a Assembleia trabalhará em sessões plenárias todos os dias, excepto às segundas, sábados, domingos e feriados.

Entretanto, e conforme já noticiámos, está praticamente assente a realização de um período suplementar de trabalho, que decorrerá entre os dias 25 de Junho e 27 de Julho.

Solidariedade com Timor-Leste

No período de antes da ordem do dia de terça-feira, a AR aprovou por unanimidade dois votos de solidariedade para com a luta do povo de Timor-Leste pela independência.

Entretanto, o deputado Vasco da Gama Fernandes evocou a dramática situação em que vive a escritora e antifascista Maria Archer, que mereceu também a unanimidade de toda a câmara.

Plano e OGE

A Assembleia da República já tem em seu poder as propostas de lei do Plano e do OGE do Governo Mota Pinto. A bem dizer, já as tem e conhece desde que, há dois meses, as rejeitou, de tal forma estas novas versões são idênticas àquelas. A data dos debates em torno destes documentos deverá ser hoje conhecida.

Intervenções

A concretização do SNS exige um novo Governo!

Contribuindo para a aprovação de uma lei de bases do Serviço Nacional de Saúde com a votação na generalidade que acabam de fazer e as propostas de emenda que apresentarão na especialidade, os deputados comunistas realizam mais um dos compromissos que assumiram com os trabalhadores e com todos aqueles que lhes deram a sua confiança nas eleições de 1976 para a Assembleia da República.

(...) Votámos na generalidade a favor do projecto de lei do Partido Socialista, antes de tudo, porque ele constitui, no fundamental, uma base suficiente para dar concretização ao imperativo constitucional sobre a criação de um serviço nacional de saúde universal, geral e gratuito.

Votámos a favor, em segundo lugar, porque o projecto assenta na concepção de que os alicerces de um serviço nacional de saúde residem nos cuidados primários e torna os centros comunitários de saúde como a unidade básica fundamental do sistema.

Votámos a favor, em terceiro lugar, porque o projecto promove a unificação dos serviços e responsabiliza inequivocamente o Estado pela concretização do direito constitucionalmente estabelecido.

Votámos a favor, por último, porque o projecto, alterando consideravelmente o texto posto à discussão pelo segundo Governo de Mário Soares, acolheu algumas críticas, sugestões e propostas mais generalizadas e levou em conta algumas experiências positivas realizadas depois do 25 de Abril pela iniciativa das populações, de médicos e de outros trabalhadores da saúde.

(...) A atitude dos partidos da direita face ao SNS exprime o seu carácter profundamente reaccionário e a essência antipopular e antinacional da sua política.

(...) O CDS ignora as carências absolutas em matéria de saúde com que se debate a maioria da população portuguesa. O CDS desconhece a rudeza e a desumanidade do actual regime hospitalar, apesar de todos os esforços dos trabalhadores da saúde depois do 25 de Abril.

(...) As posições dos partidos da direita neste debate ajudam a compreender a actuação do Governo Mota Pinto. Ilustram a tese do PCP de que o Governo Mota Pinto se constituiu no principal instrumento da direita reaccionária para a consecução dos seus objectivos.

O cancelamento dos centros de saúde e a sua substituição por postos da «Caixa»; o congelamento da contratação de pessoal; o aumento do financiamento do sector privado em detrimento do sector público; a asfixia das tentativas de descentralização encetadas; a marginalização das formas já consagradas de participação das populações; a diminuição orçamental de todas as verbas destinadas à saúde – tudo isto representa alguns dos traços significativos da política de saúde do Governo Mota Pinto, demonstra que o actual Governo, tal como os partidos da direita que aqui se manifestaram, é inimigo do papel da lei que acabamos de aprovar. Também a concretização do SNS exige um novo governo!

(**Carlos Brito**, em 15/5/79).

Lei Barreto posta frontalmente em causa

O debate que agora se encerra sobre o projecto de Medidas de Emergência para a Defesa da Reforma Agrária teve o importante mérito de demonstrar que a Lei Barreto está frontalmente posta em causa e acabará por ser revogada e integralmente substituída mais cedo do que muitos pensavam.

(...) Visávamos e visamos alterar para já aquelas disposições da Lei Barreto através das quais mais se tem praticado a iniquidade, a prepotência, a liquidação das Cooperativas e UCPs.

Visávamos e visamos pôr fim à despudorada campanha de restauração dos latifúndios que à sombra do cumprimento da famigerada lei vem sendo desenvolvida, em particular pelos dois últimos Governos de Nobre da Costa e Mota Pinto.

(...) Dois anos de vigência desta famigerada lei fazem dela um exemplo que importa não esquecer.

(...) É característico da Lei Barreto que a sua aplicação conduza directamente à ilegalidade, ao crime e à corrupção. É que a lei reaccionária é corrupta em si própria porque se destina a usurpar a maioria e a favorecer a ínfima minoria, porque se destina a favorecer os privilégios duns tantos à custa da miséria e repressão das massas populares.

(...) Por tudo isto os votos dos partidos da direita mais não representam do que a confirmação do seu carácter reaccionário.

(...) O quadro de desastrosas consequências negativas que reconhecem decorrer da Lei Barreto, o empenho que afirmou ter na sua urgente alteração; o facto mesmo de ter já estudadas e aprontadas propostas concretas, tudo apontava e exigia que o PS não permitisse que se perdesse mais tempo e, em conformidade, votasse favoravelmente na generalidade os projectos acabados de rejeitar.

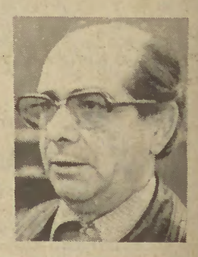
(...) O projecto do PCP de alterações à Lei Barreto e o nosso voto favorável ao projecto do deputado independente Lopes Cardoso não pretendem traduzir a nossa concepção de Reforma Agrária.

Significa tão só e simplesmente a resposta à inadiável exigência de impedir ou dificultar que o arbítrio e a prepotência continuem a campear e que à sombra da lei se negue a lei e a Constituição e prossiga a campanha destruidora e repressiva do MAP.

Defendemos e continuamos a defender que a Lei Barreto deve ser revogada e substituída por uma verdadeira lei da Reforma Agrária, que corresponda aos anseios dos trabalhadores e do Povo português e se adeque ao quadro democrático-constitucional em que vivemos.

(...) Ainda não foi hoje que se formou uma maioria para alterar a Lei Barreto. Mas ficou claro que já são minoria os que a apoiam. A Lei Barreto deixou de ser o instrumento intocável que a direita, numa gigantesca campanha de propaganda, tentou transformar em símbolo e acabou finalmente degradada à sua verdadeira dimensão de instrumento inconstitucional de contra-Reforma Agrária, de plano de restauração do domínio capitalista e latifundiário nos campos do Sul, de trampolim dos grandes agrários contra os trabalhadores e a sua grandiosa obra realizada com determinação, sacrifício e generosidade.

Foram precisos quase dois anos para que se chegasse a esta situação – dois anos de ofensiva contra a Reforma Agrária, de arbitrariedades, de prepotência, de repressão; mas também e, sobretudo, dois anos de luta resoluta e corajosa, de resistência determinada e paciente, de confiança na vitória final da razão, da justiça, da democracia e da Constituição (**Veiga de Oliveira**, em 18/5/79).



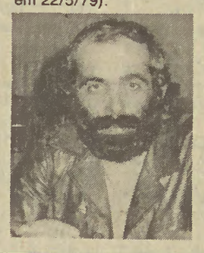
Um caso exemplar: o da «Jacinto»

(...) O caso da cessação da intervenção do Estado na Fábrica de Fiação e Tecidos do Jacinto, no Porto, confirma bem o carácter antioperário e antinacional de tal política.

Neste caso, a falta de seriedade de que se reveste a resolução do Conselho de Ministros, o manifesto desprezo pela vontade inequivocamente expressa dos trabalhadores, a escandalosa indiferença pela sorte dos interesses do próprio Estado e da banca nacionalizada e ainda a cobertura dada a patrões acusados de sabotar a empresa, de a descapitalizar e até de transferir dinheiro para a conta particular de cada um dos seus membros, são suficientemente elucidativos.

(...) A resolução do Conselho de Ministros que determina a desintervenção da «Jacinto» torna-se um claro testemunho de como o Governo Mota Pinto se alheia dos autênticos interesses nacionais e não cuida dos interesses do Estado, sofismando para isso as situações concretas em benefício do patronato sabotador.

(...) Os deputados comunistas, ao mesmo tempo que denunciam estes factos nesta Assembleia, não têm dúvidas de que os trabalhadores, sejam da «Jacinto» ou não, certos da sua inegável razão e da gravidade dos actos deste Governo que, tendenciosamente, os prejudicam em favor do patronato reaccionário, saberão responder com firmeza na defesa dos seus direitos duramente conquistados e constitucionalmente consagrados (**Sá Matos**, em 22/5/79).



300 mil jovens desempregados

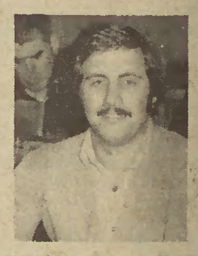
A existência em Portugal de 300 mil jovens desempregados, dos quais 200 mil à procura do primeiro emprego, são números que só por si ilustram bem a angustiante situação e dramática que vive a juventude portuguesa, cuja gravidade e consequências lhe conferem a dimensão de um problema nacional.

O país perde por mês 60 milhões de horas de trabalho, numa altura em que se torna urgente resolver a actual crise económica e financeira e melhorar as condições de vida de todo o povo português.

(...) E pergunta-se: quem tem a responsabilidade desta situação? Quais as suas causas? Três causas fundamentais se podem apontar: o sistema monopolista anterior ao 25 de Abril; a sabotagem económica após o 25 de Abril; e a partir de 1975 a política de recuperação capitalista seguida pelos sucessivos Governos.

Uma coisa temos por certa: o desemprego não se resolverá, ao contrário do que muitos afirmam, com a adesão de Portugal à CEE.

(...) Com a aplicação da criminosa Lei Barreto e com os actos ilegais e corruptos praticados pela equipa do MAP deste Governo, 13 mil postos de trabalho já foram perdidos desde o início da Reforma Agrária, 6 mil dos quais eram ocupados por jovens, rapazes e raparigas (**António Garcia**, em 22/5/79).



Milhares de trabalhadores lutam pelos seus direitos no distrito do Porto

É de alguns milhares o número de trabalhadores do distrito do Porto actualmente envolvidos em movimentações visando a defesa dos seus direitos e regalias, defrontando a repressão e o boicote do patronato. Enquanto os 1300 pescadores de Matosinhos continuavam a paralisar as 50 traineiras da pesca da sardinha, em luta pelo salário fixo e pelo direito ao trabalho todo o ano, os 1200 trabalhadores da Valfar manifestavam-se, em Vila do Conde, no sábado à tarde. Entretanto, o pessoal da Uniteca e da CIFA concentra-se hoje, pelas 18 e 30, em frente da Câmara Municipal da Valongo.

Como já havia sido evidenciado na luta travada há dias na Jacinto, recentemente devolvida pelo Governo MP a provados sabotadores e de onde foram expulsos os "gorilas" da Fidellis, é muito acentuada a determinação, unidade e combatividade dos trabalhadores que, como se verificou na tarde de segunda-feira, em S. Mamede de Infesta, conseguem granjear a solidariedade e o apoio de outros sectores. Apoiando os 70 operários da empresa em autogestão Tripla, assaltada pelo ex-patrão e por quatro dezenas de capangas da Fidellis, na noite de 15 para 16, concentraram-se, nas imediações da empresa muitas centenas de pessoas, ao fim da tarde da passada segunda-feira.

Quando os manifestantes e o pessoal da Tripla iam expulsar os "gorilas", chegou uma força da GNR que deu protecção a estes marginais. Face à situação criada, foi desmobilizada a concentração marcada para as 21 horas. Meia hora depois, a GNR abandonava o local. Então, os manifestantes e os trabalhadores deram novo ultimato aos "polícias privados", que acabariam por abandonar a empresa. Na manhã de terça-feira, o patrão e seus capangas apenas ocupavam os escritórios, distantes um quilómetro das instalações fabris da Tripla, estando convocada nova concentração para a tarde daquele dia.

As imediações da Câmara Municipal de Vila do Conde voltaram a ser cenário de mais uma manifestação dos 1200 trabalhadores da Valfar. No sábado à tarde, lá estiveram novamente para protestar contra o desemprego e o encerramento da empresa. Sem receber salários e em risco de perder os seus postos de trabalho, o pessoal daquela unidade fabril, propriedade da multinacional chinesa Winner, exibia bandeiras negras da fome e empunhava cartazes alertando para as dificuldades que ameaçam cerca de cinco mil pessoas, perante cuja sorte se têm mostrado indiferentes os sucessivos governos da recuperação capitalista.

Mulheres do Norte contra o «cabaz da fome»

Efectuou-se no passado domingo, no palácio de Cristal do Porto, um plenário promovido pelas CUM/s do Porto, Gondomar, S. Mamede de Infesta e Vila Nova de Gaia, onde as muitas centenas de participantes aprovaram um documento a apresentar na AR por uma delegação do Plenário, documento que sintetiza a posição das participantes face não apenas à política, gravosa para as classes trabalhadoras, seguida pelo governo de Mota Pinto, como também pela sua segunda proposta de OGE, a discutir em breve na AR.

Em relação à política seguida pelo governo, o documento salienta o "cabaz da fome" definido pelo Ministério do C. Interno, que veio a retirar do "cabaz" inicial uma série de produtos de primeira necessidade, enquanto a falta de géneros, o agravamento dos preços, a inexistência de circuitos de comercialização adequados, etc., veio reduzir o poder de compra da população e lesar os trabalhadores. Quanto à segunda proposta do OGE, o documento reclama a sua reprovação na AR pelos aspectos tremendamente gravosos nela contidos, designadamente o novo aumento de preços de alguns produtos, o aumento de impostos (sobretudo os que afectam as classes trabalhadores), a manutenção do imposto sobre o 13.º mês, o agravamento dos encargos sociais e a manutenção do chamado "tecto salarial" em valores semelhantes ao primeiro proposto.

em português

CIÊNCIAS SOCIAIS

Uma revista nova que informará da actividade de mais de 30 institutos de investigação científica da Academia das Ciências da URSS, nos domínios da **FILOSOFIA, HISTÓRIA, ECONOMIA, POLÍTICA, SOCIOLOGIA, DIREITO, FILOLOGIA, PSICOLOGIA, ETNOGRAFIA E ARQUEOLOGIA.**

A VENDA 50$00

edições Avante!

Encontro Nacional - uma realização modelar dos trabalhadores do Comércio

● Preconizadas novas formas de organização em defesa da unidade

Organizado modelarmente com uma eficiência técnica invulgar mesmo entre as bens preparadas realizações do Movimento Sindical Unitário, o Encontro Nacional dos Trabalhadores do Comércio, da responsabilidade da respectiva Federação e de uma Comissão Organizadora, que desenvolveu um amplo e proveitoso trabalho, aprovou conclusões de importância duradoura e que tudo se fará para tornar eficazes. Subordinado a 3 grandes temas («análise da situação económica do sector», «condições de vida e de trabalho», «unidade e organização») o Encontro, que decorreu no último fim-de-semana, dias 19 e 20, no Pavilhão do Clube Atlético do Campo de Ourique, em Lisboa, definiu um conjunto de medidas que «deverão ser consideradas pelos órgãos do poder como solução para a crise do sector», de modo a colocá-lo ao serviço do povo e da economia nacional. Ao analisar a situação económica, o Encontro concluiu, designadamente, que «o comércio português reflecte as contradições e crises do sistema capitalista, agravadas pela política de estagnação económica e social imposta ao povo português durante cerca de 50 anos, contradições e crises que têm sido agora aprofundadas pela política de recuperação capitalista adoptada pelos últimos governos e particularmente pelo Governo Mota Pinto, Governo do grande capital». Entre as medidas relevantes de natureza sindical, merece destaque a recomendação aprovada nas conclusões preconizando a transformação da Federação do Comércio em Federação do Comércio e Serviços e a criação do Congresso como seu órgão soberano.

O "sim" dos trabalhadores do comércio a melhores condições de vida e de trabalho

Com 18 Sindicatos presentes (15 do continente, 1 da Madeira e 2 dos Açores), o Encontro contou com a participação de 408 delegados em representação de cerca de 85 mil trabalhadores do comércio. Do total dos associados nos 20 Sindicatos que formam actualmente a Federação (90 343, segundo apuramento de Janeiro findo) só 4,4% dos trabalhadores sindicalizados não estiveram representados no Encontro por ausência dos Sindicatos de Aveiro e Vila Real, atitude lamentável que a Comissão tudo fez para evitar em defesa da unidade e do interesse dos trabalhadores desses distritos, privados de participar no Encontro pela atitude divisionista dos seus dirigentes sindicais. Como convidados participaram ainda no Encontro várias associações sindicais, incluindo a CGTP-IN, e outras organizações de trabalhadores como a CIL e a CIS.

Preparado durante todo o mês de Abril com abertura a todas as correntes (posição democrática que teve reflexo nas votações de alguns dos documentos aprovados e rejeitados), o Encontro saldou-se por um bom reforço da unidade e da organização. Os 25 mil exemplares do projecto de documento para discussão quase se esgotaram, sendo profusamente distribuídos para servirem de base ao debate em numerosas reuniões de empresa, zona e concelho. As publicações normais da Federação (o boletim «TC Notícias» e a excelente revista «O Trabalhador do Comércio», 23 000 exemplares de tiragem) serviram também como veículos de esclarecimento na preparação do Encontro.

A unidade exige organização

«O total da população adstrita ao comércio (patrões e assalariados) é de cerca de 350 000, que se distribui por cerca de 90 000 empresas, o que demonstra o peso esmagador da firma de tipo familiar ou de reduzida dimensão», revelam as conclusões que, na parte dedicada ao «trabalho sindical na base», acrescentam: «A dispersão dos trabalhadores do comércio por local de trabalho não pode desmotivar os Sindicatos do grande objectivo que é o desenvolvimento do trabalho sindical na base e deverá impulsionar formas adequadas de ligação do Sindicato aos trabalhadores». Nesse sentido e «para garantir a presença do Sindicato em locais mais afastados», as conclusões preconizam, nomeadamente, que alguns delegados assumam «a responsabilidade de delegados sindicais de zona ou de concelho, sempre que nesses locais não existam delegações do Sindicato. Os Sindicatos devem promover a institucionalização de comissões sindicais concelhias, que algumas experiências têm provado serem de toda a vantagem».

A Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, representando praticamente a totalidade dos trabalhadores do sector, pode ser encarada como um exemplo do carácter unitário do Movimento Sindical português. Lado a lado, nela coexistem Sindicatos com orientações político-sindicais nem sempre coincidentes».

Participação numerosa e vontade de pôr em prática as conclusões aprovadas

Mas esse facto nunca foi barreira intransponível ao trabalho da Federação. Tendo em conta que «o conceito de unidade não pode ser dissociado do melhoramento da organização», as conclusões apontam «as acções de verticalização, fusões e integração no caso dos Sindicatos e a reformulação dos órgãos da Federação e do seu âmbito» como «processos indispensáveis para o reforço da unidade», enfrentando «corajosamente os perigos da divisão e utilizando para isso todos os meios ao nosso alcance».

Para melhorar a vida e o trabalho

A unidade é indispensável para as lutas em curso e a desenvolver. As conclusões do Encontro, cuja riqueza merece um estudo atento por parte de todos os trabalhadores, aponta os objectivos fundamentais dessas lutas com relevo para a contratação colectiva, a legislação do trabalho («respeito e cumprimento integral dos princípios constitucionais») e horários de trabalho, ao mesmo tempo que aponta aos órgãos do poder, como «medidas imediatas a adoptar»:

● Criação de novas empresas públicas de comercialização e distribuição, em particular no comércio de importação e grossista;

● Fomento do sector cooperativo e apoio a todos os níveis ao seu desenvolvimento;

● Política selectiva de crédito, que favoreça e dinamize os processos de associativismo particularmente junto da produção e dos consumidores;

● Política de crédito de apoio à pequena e média empresa comercial, segundo critérios que tenham por base o interesse económico e social das mesmas;

● Política de fixação de preços à produção e no consumidor, que contribua para o desenvolvimento da produção e a satisfação das necessidades da população;

● Política de diversificação de mercados externos, que contribua para o desenvolvimento económico e garanta melhor a independência nacional;

● Controlo apertado do comércio externo, nomeadamente através da criação de empresas públicas especializadas e do monopólio estatal de importação de mercadorias essenciais para o consumo interno.

Povo Unido presente na Assembleia de freguesia de Caçarelhos

Apresentando-se pela primeira vez ao eleitorado de Caçarelhos, concelho de Vimioso, distrito de Bragança, e ao de Calheiros, concelho de Ponte de Lima, distrito de Viana do Castelo, a Aliança Povo Unido elegeu no passado domingo um candidato para a Assembleia de Freguesia daquela localidade do nordeste transmontano, onde quadruplicou a sua votação.

Trata-se de mais um importante sucesso do Povo Unido, obtido em condições adversas, criadas pela acção caciqueira, visando intimidar os democratas e todos os que estão interessados no progresso da sua terra. Para a antecipação das eleições contribuiu o descontentamento popular face ao trabalho da Junta, forçada a demitir-se em plenário de eleitores.

Como em muitos outros lados, também em Caçarelhos a direita nos órgãos de poder local não governa – governa-se. Assim, era desconhecido o paradeiro de 600 contos atribuídos à JF e que não foram investidos em melhoramentos. Além disso, havia factos pouco claros com a venda de Terrenos. Agora, tendo o PPD oito elementos na AF e a APU um não se pode dizer que haja condições para uma mudança, como a situação requeria. No entanto, a voz do Povo Unido far-se-á agora ouvir na AF em defesa dos interesses populares.

Entretanto, em Calheiros saiu vencedora uma lista de cidadãos eleitores, apoiada pelo PS e CDS com 413 votos, seguida pela do PPD, com 102, e pela APU, com 23. De salientar que nesta freguesia somente o Povo Unido analisou os problemas locais e propôs soluções concretas para os superar. Porém, apesar disso, o caciquismo com o cortejo de pressões e manobras que lhe está associado, impediu o aumento da votação da APU.

A considerável redução de votos da lista do PPD, única força de direita concorrente em Minhotães, concelho de Barcelos, distrito de Braga, foi a nota mais saliente destas eleições. Apesar de não concorrer o CDS, que em Dezembro de 76 tivera 159 votos, os candidatos do «chefe» ainda tiveram menos 92 votos, relativamente aos que haviam conseguido nas anteriores eleições. O PS triplicou a sua votação e obteve quatro lugares, menos um do que o PPD.

Eleições em Cabreiros no próximo domingo

Uma lista diferente para defender os interesses do povo da freguesia de Cabreiros é o lema com que os candidatos da APU se apresentam às eleições suplementares para a Assembleia de Freguesia daquela localidade, a realizar no próximo domingo, dia 27 de Maio.

Ao novo acto eleitoral provocado pela demissão dos eleitos do PPD — único partido concorrente em 1976 — concorre, para além deste, pela primeira vez a APU.

Apesar de faltarem poucos meses para a realização de eleições gerais para as autarquias locais, os candidatos da APU na freguesia de Cabreiros pensam que vale a pena desenvolver esforços, desde já, para **levar uma voz nova aos órgãos de poder local de Cabreiros.** A voz dos que sabem que só com o empenhamento de todos os problemas poderão ser resolvidos.

A própria lista do Povo Unido é um exemplo dessa unidade, pois, como se afirma num manifesto à população, **é composta por pessoas de ideias diferentes mas que estão de acordo quando se trata de defender os interesses da freguesia.**

E Cabreiros, como muitas outras freguesias serranas, precisa de estradas e caminhos que melhorem (ou facilitem) o acesso à freguesia, assistência médica, melhor abastecimento de água e luz, etc., etc.

É por tudo isto que os candidatos da APU — homens e mulheres honestos que conhecem as necessidades da sua terra — se propõem lutar, em conjunto com todo o povo, com toda a sua capacidade e energia para as solucionar.

Outras eleições

Entretanto, também no domingo, dia 27, realizam-se eleições suplementares para a Assembleia de Freguesia de Várzea e para a Junta de Freguesia de Albergaria das Cabras, ambas no concelho de Tarouca.

Na Várzea concorre apenas uma lista, do PPD. Em Albergaria das Cabras a Junta vai ser eleita em Plenário de cidadãos eleitores.

Apoio firme às reivindicações essenciais

MURPI denuncia austeridade selectiva do «novo» OGE

O conteúdo antidemocrático e antinacional de que enferma a política de miséria e genocídio, a política de injustiça social e da austeridade selectiva, expressas na «nova» versão do Orçamento Geral do Estado para 1979 do Governo Mota Pinto, foi vivamente repudiado no passado sábado por milhares de reformados, pensionistas e idosos dos distritos de Lisboa e Setúbal, no decorrer de um Encontro-Convívio promovido pelo MURPI no Coliseu dos Recreios, em Lisboa.

A política do governo de Mota Pinto — intensamente vaiado pelos presentes (mais de quatro mil) sempre que mencionado — foi vigorosamente atacada pelos oradores, que uma vez mais focaram os problemas prementes dos reformados, pensionistas e idosos o aumento de pensões, assistência médica e medicamentosa gratuita, desconto de 50% nos transportes, rendas bonificadas, centros de dia.

Apelaram, a propósito, numa moção aprovada por unanimidade, aos partidos dos trabalhadores para que votem leis favoráveis aos que já não estão no activo e se unam para derrubar o Governo Mota Pinto e formarem outro que defenda os princípios do 25 de Abril.

Na mesma moção os membros do MURPI rejeitaram **a falsa e viciada argumentação de que as pensões não podem ser aumentadas por falta de recursos financeiros da Previdência,** exigindo que **o Estado tome medidas efectivas que acelerem a recuperação das dívidas do patronato à Previdência e que tome medidas contra o desemprego, cujos reflexos são calamitosos também para os fundos da Previdência.**

Sobre esta matéria os reformados exigiram ainda que **o milhão e oitocentos mil contos resultantes do aumento de contribuições dos trabalhadores — dinheiro que apenas pertence aos trabalhadores — seja posto, sem a falta de um centavo, à disposição da Previdência à qual, na realidade, pertencem, de forma a que esse dinheiro não seja, também, desviado para fins indevidos, como pretende Mota Pinto e a sua indesejável equipa.**

Neste importante encontro que mostrou uma vez mais o crescente dinamismo e capacidade de mobilização do Movimento Unitário de Reformados, Pensionistas e Idosos, foi lamentada a ausência de representantes do PS (que havia sido convidado) bem como de outras entidades de algum modo responsáveis pela situação em que hoje se encontram os quase dois milhões de portugueses que já não podem trabalhar.

Como é hábito a TV e a RDP primaram pela ausência.

MAP igual a si próprio: violência e ilegalidade à sombra da Lei Barreto

Na semana passada, o MAP em nota oficiosa indignava-se com alguns órgãos de Comunicação Social «claramente conotados com o PCP», — dizia — por estes terem desencadeado uma «nova campanha de desinformação e de intoxicação». Não nos deteremos no maniqueísmo absurdo do MAP, segundo o qual toda a informação democrática e progressista é conotada com o PCP (e, portanto, «má, segundo os critérios de Vaz Portugal, Goulão, Mota Pinto e semelhantes), enquanto a informação laudatória da acção de violência e arbitrariedade do MAP será naturalmente «boa» (caso «Dia», «Tempo» e quejandos). Vejamos apenas contra o que se insurge o MAP: contra a acusação de corrupção neste Ministério e contra a acusação de que estaria a desrespeitar as decisões do Supremo Tribunal Administrativo.

Quanto à primeira, o MAP responde que a Polícia Judiciária já foi encarregada de averiguar e esclarecer o assunto. Quer dizer, o MAP porta-se como a vítima de assalto que chama a polícia e faz a queixa. Não nega nem pode negar a corrupção que atinge níveis como os denunciados na passada semana por 25 funcionários da Direcção Regional da Agricultura do Alentejo numa exposição noticiada por diversos órgãos de Comunicação Social, entre os quais a RTP.

«Não aceitam estes técnicos formar equipas com indivíduos cujo comportamento manifestamente parcial e provocador compromete a imagem do MAP, impossibilitando qualquer hipótese de diálogo, forma que entendemos ser a única que nos compete no cumprimento da lei».

Afirmando-se conhecedores de «actuações pouco correctas ocorridas impunemente com funcionários, estes técnicos recusam ser meros transmissores e cegos executores de despachos exarados sobre processos organizados em circunstâncias que lhes suscitam as mais vivas apreensões».

A denúncia parte de dentro e só falta agora que os responsáveis do MAP tenham a desfaçatez de considerar que, após todos os processos de saneamento ocorridos naquele Ministério ao estilo da velha caça às bruxas, também esta denúncia é conotada com o PCP...

Diz ainda a nota oficiosa do MAP que «é absolutamente gratuita», a segunda acusação surgida nos órgãos de Comunicação Social que observam regras de objectividade, honestidade, isenção e independência na informação: «a de que o MAP não cumpre decisões do Supremo Tribunal Administrativo» e justifica-se invocando prazos legais que não explica quais e só podem assentar em critérios de classe, latifundistas, do próprio MAP. A lei orgânica do Supremo Tribunal Administrativo é clara: «Os acordãos do Supremo Tribunal Administrativo tornam-se executórios logo que transitem em julgado e, salvo o caso de impossibilidade, grave prejuízo ou embaraço na sua execução e inexecução dele, por parte de quem deva cumpri-los quando a respectiva execução for requerida pelas partes interessadas, importa a pena de desobediência, sem prejuízo de qualquer outro procedimento fixado na lei». Ora, como a parte interessada, a UCP «Galeana» requereu a execução do despacho, o MAP aqui, como aliás no grosso da sua actuação, encontra-se a agir ilegalmente. E para não haverem dúvidas sobre a escandalosa ilegalidade do processo, por despacho secreto o MAP entregou, a título de reserva, a totalidade da herdade da «Galeana» ao agrário que dela devia ser retirado segundo o acordão do Supremo...

Como pano de fundo desta e das demais acções violentas e arbitrárias do MAP, encontra-se a lei Barreto.

À sombra da Lei Barreto, lei da contra-Reforma Agrária, têm-se processado autênticas operações de sabotagem da economia nacional que, pelos seus efeitos, tornando o País mais e mais dependente do imperialismo (que surge a exportar para Portugal as suas sobras em produtos que poderíamos e deveríamos produzir) e constituindo ofensa contra a independência nacional, objectivo de todo o cidadão patriota.

Contra a Lei Barreto sempre lutou o PCP. Pela sua revogação sempre o PCP combateu, no quadro das instituições democráticas. Nesse sentido apresentou um projecto de Lei, Medidas de Emergência para defesa da Reforma Agrária que não significando ainda a revogação da lei Barreto (processo que será moroso) visava «não permitir que a lei continue a ser executada de forma parcelar e usada essencialmente como um instrumento visando a destruição das unidades produtivas nascidas do processo da Reforma Agrária». O lamentável é que o PS, que finalmente tem vindo a condenar a actuação do MAP na zona da Reforma Agrária, tenha votado ao lado do CDS e do PSD, contra o projecto de Lei do PCP. O facto do PS ter apresentado também subitamente um projecto de Lei para alterar a Lei só constitui argumento para a sua própria actuação infelizmente ainda marcada pela ambiguidade e pelo retardar da solução de questões prementes que pioram dia-a-dia a situação do povo trabalhador e comprometem as linhas de defesa da democracia.

COOPIS e EAGS exigem que se cumpra a Lei que nos governa

Reunidos em Encontro Nacional no último sábado, na Voz do Operário, em Lisboa, 300 delegados de cooperativas operárias de produção industrial e serviços (COOPIS) e de empresas em autogestão (EAGs) aprovaram por unanimidade uma série de conclusões e um caderno reivindicativo a apresentar aos órgãos do poder. Neste último documento, que inclui acções a desenvolver, reivindica-se do «Estado e particularmente do Governo o cumprimento da Constituição, nomeadamente o disposto nos artigos 61.º e 84.º», que estimulam o fomento de cooperativas e «as experiências de autogestão», mandando a lei definir «os benefícios fiscais e financeiros das cooperativas, bem como condições mais favoráveis à obtenção de crédito e auxílio técnico».

Nesse sentido, o Encontro que, entre os 200 convidados de estruturas representativas de trabalhadores contou com um representante da CGTP-Intersindical Nacional, pediu a isenção das taxas para o Fundo de Desemprego, a isenção da contribuição industrial para as cooperativas de serviços, a isenção do imposto profissional e o correcto enquadramento das COOPIS face à Previdência.

Ainda no plano legislativo, o Encontro apontou a necessidade de apressar a elaboração do Código Cooperativo e a discussão dos projectos de lei, um deles apresentado pelo PCP e outro pelo PS, com base nas propostas já avançadas por organizações cooperativas.

No plano da organização interna, o Encontro defendeu a necessidade de um funcionamento democrático e participado dentro de um espírito de ampla unidade.

No plano externo, preconizou-se a interligação aos níveis mais variados, num âmbito regional e sectorial, entre cooperativas operárias de produção industrial e de serviços e empresas em autogestão.

Ainda nesse plano, é de salientar a directiva no sentido do reforço dos laços com o Movimento Sindical, para que se interliguem mais as COOPIS e EAGs com a luta geral dos trabalhadores.

O Encontro, que aprovou várias moções, designadamente de apoio à Reforma Agrária e contra a política do Governo e do MAP, de apoio aos trabalhadores em luta contra a repressão e a sabotagem, nomeadamente em relação à Tripla e Dopovo, de repúdio pelo alheamento dos sucessivos governos e sobretudo pela acção repressiva e sabotadora do IV, exigiu o melhoramento da actual linha de crédito da Secretária de Estado da População e Emprego para as COOPIS, e a criação de núcleos de apoio nos respectivos ministérios de tutela, onde ainda não existam, para as cooperativas.

A Comissão Organizadora do Encontro, que foi mandatada para levar a cabo uma iniciativa do mesmo tipo no primeiro trimestre do próximo ano, divulgará e levará à prática as conclusões aprovadas e actuará no sentido de reforçar a interligação e a consolidação dos laços existentes entre as COOPIS e as EAGs.

Num breve balanço do Encontro, a Comissão Organizadora considerou-o positivo porque permitiu, designadamente, uma troca de experiências entre COOPIS e EAGs, facilitando no futuro uma acção conjunta mais coordenada; porque, serviu para mobilizar essas unidades de produção para a luta que terão de travar, sobretudo as mais isoladas; e porque demonstrou a solidariedade activa existente entre trabalhadores das COOPIS e das EAGs e dos trabalhadores em geral, que se manifestou nomeadamente através da participação no Encontro de estruturas sindicais e do envio de saudações.

Iniciativas da «Portugal-Checoslováquia

No âmbito da actividade programada pela sua sede, a Associação Portugal-Checoslováquia realiza amanhã em Lisboa (Rua Artilharia Um, 105, 4.º), a partir das 21 e 30, uma conferência sobre a paz e o desanuviamento, que será presidida pelo general Francisco da Costa Gomes, membro da Presidência do Conselho Mundial da Paz (CMP). A sessão incluirá a projecção de alguns *slides* alusivos ao tema.

Entretanto, no próximo sábado, a Dr.ª Pávla Lidmílova, tradutora de muitos autores portugueses contemporâneos, participará numa conferência organizada pelo núcleo do Porto da Associação. O início da sessão está marcado para as 21 e 30, no Sindicato dos Seguros do Norte (Rua Briner, 251). Nas instalações do núcleo está patente ao público até princípios de Junho uma grande exposição fotográfica sobre os '60 anos de existência da Checoslováquia independente".

Em Baleizão, na Ho
vigorosa concentração de massas

Baleizão, aldeia do Baixo Alentejo suaveme derramada na peneplanície. Branca e limpa, ca baixas, arruamentos caprichosos como apenas a soube desenhar neste Alentejo de muitas gerações dor e luta.

Aqui cresceu e viveu Catarina Eufémia, campon anónima entre muitas, lutadora como poucos. Aqui assassinada pelas forças repressivas do fascismo de Maio de 1954, quando lutava pelo fim do desempr e pela jornada de trabalho de 8 horas. Tinha 26 a e era membro do Comité Local do Partido Comun Português em Baleizão.

Passados que são 25 anos sobre a morte de Catarina Eufémia, muito mudou no Alentejo e neste país. Mudança que envolveu tudo e todos, apeou o fascismo, restaurou as liberdades democráticas, libertou as capacidades criadoras do nosso povo e transformou a face do país com as nacionalizações, o controlo de gestão, a Reforma Agrária, consagrando essas gloriosas conquistas, rumo ao socialismo, numa nova Constituição saída de eleições onde a vontade popular se expressou livremente.

A homenagem a Catarina

«De todas as sementes confiadas à terra, é o sangue derramado pelos mártires que faz levantar as mais copiosas searas».

Com esta citação iniciou o camarada Alfaiate, da Comissão Concelhia de Beja, o comício que a Comissão Distrital de Beja do partido promoveu em Bale no passado dia 19, integ uma homenagem a Cat Eufémia a propósito do aniversário do assassinato. Nada eloquente e significa a romagem ao túmulo heróica alentejana, antes comício, dimensionou em a grandeza o significado afirmação. Milhares pessoas, junto ao túmu Catarina recolheram-se múltipla homenagem heróicos trabalhad alentejanos, simbolizados Catarina: os que dur o fascismo souberam re e lutar; os que materializa um sonho velho – tomar suas mãos a terra que se trabalharam, e tenazmente, têm prosseg e sabido defender gloriosa conquista Revolução portugu a Reforma Agrária.

A homenagem a Cat promovida pela Comis

Discurso do cama

Camaradas:

Cinco anos passaram desde o dia glorioso em que o levantamento militar dos capitães do MFA, logo acompanhado pelo levantamento popular, derrubou o governo fascista e deu início à Revolução portuguesa. Neste espaço de tempo, pela sexta vez nos encontramos aqui em Baleizão para prestarmos homenagem a Catarina Eufémia, operária agrícola, mulher comunista, mártir e símbolo da luta heróica do proletariado rural alentejano.

Ao encontrarmo-nos hoje aqui, fazendo o balanço do ano que passou, registamos horas difíceis e dolorosas, a furiosa ofensiva reaccionária contra os trabalhadores e contra a Reforma Agrária, a perda de terras, de gados, de máquinas, de instalações, arrancadas ilegalmente às UCP's e Cooperativas, violentas acções repressivas da GNR a mando do MAP contra os trabalhadores. Encontramo-nos aqui hoje ante novas ameaças e novos perigos.

Mas a luta grandiosa, firme e serena em defesa da Reforma Agrária e esta nossa jornada de hoje testemunham a vontade férrea e a determinação dos trabalhadores em defender as suas grandes conquistas.

Unidos, organizados e prontos para a luta, os trabalhadores são invencíveis.

Por isso temos absoluta confiança em que, ultrapassando dificuldades e obstáculos, a Reforma Agrária irá por diante até ser totalmente realizada.

● O domínio dos latifundiários – miséria, atraso e despotismo

A propriedade latifundiária do Alentejo, Ribatejo e distritos de Setúbal e Castelo Branco constitui (e continua a constituir onde subsiste) infame parasitagem e despotismo dos agrários, cruel exploração, o mais vergonhoso atraso agrícola.

Parasitagem e despotismo dos agrários, prepotentes e abusadores, habituados a tratar os trabalhadores como se fossem escravos, gente que nunca verteu uma gota de suor a trabalhar e que, por isso, nem sequer merece aquilo que come.

Cruel exploração, com baixos salários, jornadas de sol a sol, meses inteiros de desemprego, crianças famintas e velhos trabalhadores obrigados depois de uma vida inteira de trabalho, a erguer a mão à caridade.

Vergonhoso atraso agrícola, com grandes extensões de terra abandonada, cultura extensiva e pobre de cereais, fraquíssimo efectivo pecuário e falta de investimentos.

A propriedade latifundiária era de tal forma extensa que em Portugal os 500 maiores proprietários (dos quais a grande maioria se situavam na actual zona da Reforma Agrária) tinham mais terra que os 500 000 proprietários mais pequenos.

A necessidade da liquidação dos latifúndios era tão evidente, **que já há muitos anos nenhuma pessoa responsável, nenhum técnico com um mínimo de conhecimentos e de seriedade ousava defender a continuação dos latifúndios.**

A liquidação dos latifúndios estava na ordem do dia muito antes do 25 de Abril de 1974.

A Reforma Agrária tornou-se uma aspiração profunda dos trabalhadores, uma medida de justiça social e de interesse nacional, uma modificação da estrutura agrária indispensável ao progresso agrícola e ao desenvolvimento económico do País.

Dando resposta a esta situação e traduzindo as mais profundas aspirações dos trabalhadores agrícolas e dos camponeses pobres, **o PCP, ainda no tempo da clandestinidade, inseriu no seu programa como um dos objectivos fundamentais da revolução antifascista, (da revolução democrática e nacional) a liquidação dos latifúndios e a entrega da terra a quem a trabalha.**

A vida mostrou que o PCP tinha razão, que o seu programa correspondia aos interesses, ao sentir e à vontade das massas trabalhadoras.

Por isso **a Reforma Agrária foi para diante. E foi para diante com o PCP, porque o PCP é vanguarda e parte integrante da classe trabalhadora, porque o PCP sempre esteve, está e estará com os trabalhadores.**

● A Reforma Agrária – natural e necessária como a própria vida

Após o 25 de Abril, a Reforma Agrária surgiu na Revolução portuguesa como **uma das modificações essenciais para a instauração de um regime democrático.**

Os latifundiários constituiam uma das classes exploradoras que tinham o poder no tempo do fascismo. O governo fascista e o Estado fascista estavam ao seu serviço (assim como ao serviço dos monopólios). A exploração e o domínio dos latifundiários eram mantidos com a proibição das mais elementares liberdades, com a repressão, com os espancamentos, com as prisões, com a tortura, com o envio de trabalhadores agrícolas para as casamatas de Caxias e outras prisões e até com assassinatos, como foi o caso de Catarina.

O derrubamento da ditadura fascista foi em si mesmo o derrubamento dos latifundiários. A liquidação do fascismo, para ser definitiva, tinha de significar necessariamente a liquidação dos latifúndios.

A acrescentar a isso, depois do 25 de Abril, os agrários fascistas, não se conformaram, como é natural, com o derrubamento da ditadura – o seu regime. Lançaram uma gigantesca operação de sabotagem económica. Deixaram searas abandonadas, mandaram deitar fogo a outras. Cessaram trabalhos agrícolas. Levaram gado para Espanha ou deixaram-no morrer à fome. E, lançando-se abertamente no caminho da contra-revolução, conspiraram e organizaram acções de violência e atentados terroristas e participaram activamente na preparação de um golpe que esmagasse a jovem democracia portuguesa.

A Reforma Agrária surgiu no processo da Revolução democrática, tão natural e necessária como a vida.

Certos senhores dizem estar de acordo em que se fizesse a Reforma Agrária, mas, segundo eles, antes da expropriação da terra, deveriam os Ministérios e os respectivos serviços estudar muito bem a organização a fazer, a terra a distribuir, os planos de produção, a reconversão agrária e tudo perfeitinho, marcado a régua e esquadro.

É evidente que, se os trabalhadores tivessem esperado que o Governo, os Ministérios e os respectivos serviços decidissem de todos esses problemas, **ainda hoje não haveria um único metro quadrado de terra expropriado e nas mãos dos trabalhadores.**

Dando início à Reforma Agrária, as ocupações de terras pelos trabalhadores e a constituição de unidades agrícolas colectivas e cooperativas constituiram uma grandiosa e exaltante iniciativa revolucionária e patriótica do proletariado rural alentejano e ribatejano, que ficará para sempre inscrito com letras de ouro na História do Povo português.

O PCP orgulha-se de ter participado activamente nas horas boas como nas horas mais difíceis nessa obra grandiosa e criadora que transformou radicalmente a situação social e a agricultura numa vasta zona do País.

Ao Alentejo e Ribatejo dos latifúndios sucederam, para orgulho do Povo português, o Alentejo e o Ribatejo da liberdade e da libertação, do progresso agrícola, do melhoramento das condições de vida de quem trabalha, do trabalho criador libertado da exploração de agrários e capitalistas, o Alentejo e Ribatejo da Reforma Agrária, "a mais bela conquista da Revolução".

A restauração dos latifúndios é o fascismo que ressurge.

Os trabalhadores não permitirão que seja restaurado o poder dos latifundiários, com terras abandonadas meses de desemprego, miséria, fome e repressão.

A Reforma Agrária será defendida e seguirá para diante.

● A ofensiva criminosa contra a Reforma Agrária

As ofensivas que, desde o Governo PS sozinho aliado de facto à direita, se têm desenvolvido contra a Reforma Agrária adquirem o carácter de **verdadeiros crimes** contra os direitos dos trabalhadores, contra a economia nacional, contra o regime democrático consagrado na Constituição.

Não se trata já, como inicialmente diziam os inimigos da Reforma Agrária, de corrigir "excessos" e de restituir aos proprietários o que diziam ser pequenas herdades ilegalmente ocupadas. Não. Trata-se de ofensivas **cujo objectivo real é a destruição da Reforma Agrária e a restauração dos latifúndios e do poder dos latifundiários.**

Chamamos **criminosa** à ofensiva contra a Reforma Agrária. A palavra **criminosa** é uma palavra forte, mas não é exagerada.

Como considerar senão como criminosas decisões e actuações do Governo que **violam a lei fundamental do País – a Constituição?**

Como considerar senão como criminosas, **reservas** que arrancaram arbitrariamente às UCPs e Cooperativas extensões de terras **que nenhuma lei autoriza**, terras que as UCPs e Cooperativas cultivaram e que depois, em numerosos casos, ficaram abandonadas e por cultivar?

Como considerar senão como criminosas, as decisões e actuações que, sem qualquer fundamento legal, **arrancaram às UCPs, gados, instalações, máquinas, barragens,** para que logo se abatam ou vendam ao desbarato os gados, se deixem máquinas subaproveitadas ou paradas a ganhar ferrugem?

Como considerar senão como criminosas, as decisões e actuações do MAP, **cortando o crédito agrícola de emergência**, recusando crédito a médio e a longo prazo, não pagando dívidas do Estado e procurando assim, premeditadamente, estrangular financeiramente as UCPs e Cooperativas e submeter pela fome os trabalhadores?

Como considerar senão como criminosas, as actuações do MAP fornecendo **sementes impróprias e de variedades desadaptadas** e causando com isso numerosos estragos às searas?

Como considerar senão como criminosas, as decisões e as actuações do MAP que põem dificuldades à construção de pequenas barragens, proibem a intensificação agrícola e o aproveitamento florestal e que se inserem assim na monumental sabotagem às UCPs e Cooperativas conduzida pelo MAP ao serviço dos agrários e da reacção?

Como considerar senão como criminosas, as **novas leis da cortiça** que pretendem retirar às UCPs e Cooperativas a cortiça que legitimamente lhes pertence (de 800 mil a 1 milhão de contos), quando bem se sabe que antigamente, em muitas das herdades expropriadas, os agrários deixavam as terras abandonadas e sem postos de trabalho, tirando da cortiça os únicos proveitos? E se nas herdades dos agrários a cortiça pertence aos agrários, qual a razão porque nas herdades na posse das UCPs e Cooperativas a cortiça não pertence às UCPs e Cooperativas?

Como considerar senão como criminosa, **a política de desmantelamento das sociedades agrícolas nacionalizadas,** nomeando gestores que conduzem uma gestão ruinosa, abandonando a cultura agro-pecuária, não aproveitando a maquinaria, provocando o descalabro e tudo isto porque o que se pretende não é o progresso agrícola, mas preparar o caminho para entregar de novo as terras, as máquinas, as instalações, industriais, sociais e administrativas, aos antigos grandes proprietários?

Como considerar senão como criminosa, a actuação do MAP que, em vez de soluções acordadas com os trabalhadores, toma **decisões arbitrárias e ilegais e requisita e utiliza poderosas forças militarizadas** para imporem tais decisões, espancando, agredindo, ferindo, fazendo morder por cães ferozes trabalhadores indefesos, homens, mulheres, velhos e crianças?

Sim, camaradas, não é exagerado dizer que são criminosas estas decisões e actuações contra a Reforma Agrária.

Cerca de 125 000 hectares de terras arrancadas às UCPs e Cooperativas, liquidação de 33 UCPs e Cooperativas, outras à beira da liquidação, 15 000 trabalhadores lançados para o desemprego, grandes danos económicos para o País, restauração de latifúndios inconstitucional e ilegal – tal é o balanço sinistro da acção destruidora do MAP ao serviço da ofensiva da reacção contra a Reforma Agrária.

Os trabalhadores lutam e lutarão contra uma tal actuação do MAP e, combatendo a actuação do MAP, estão defendendo os seus direitos, a economia nacional, o regime democrático, a legalidade e a ordem democrática.

● O Governo da ilegalidade

O Governo Mota Pinto tem como características, não apenas o seu ódio aos trabalhadores e a sua política ao serviço incondicional do grande capital e dos latifundiários, mas a sua actuação inconstitucional e ilegal. **O Governo Mota Pinto viola diariamente a Constituição e as leis que, entretanto, tem obrigação estrita de respeitar.**

Todos sabemos que (aprovada pelo PS e os partidos reaccionários) a lei Barreto é uma lei contra a Reforma Agrária, uma lei que dá ao MAP poderes para atingir gravemente a Reforma Agrária.

Por ser assim, o nosso Partido, tendo em conta não haver condições (por recusa do PS) para revogar na Assembleia da República toda a lei Barreto, propôs recentemente na Assembleia um projecto-lei de "Medidas de Emergência para a Defesa da Reforma Agrária". O nosso projecto se aprovado revog alguns dos artigos da lei Barreto – obrigando a conta benfeitorias no cálculo das pontuações, proibindo as majora e a aplicação retroactiva da lei às reservas já demarca e limitando fortemente os poderes do ministro.

Lamentamos que, na sexta-feira, os deputados do (juntamente com os partidos reaccionários) tenham votado co o projecto do nosso Partido, de maneira que, **só porque votou contra, não foi por diante um projecto que, se fo aprovado, representaria um importante travão às ac criminosas do MAP.**

O PS justifica o seu voto contra o projecto do nosso Par dizendo que apresentou no dia do voto um outro projecto q que prevê também a revogação de alguns artigos da lei Ba Naturalmente, iremos estudar o projecto do PS. Mas, enquan discute e não discute, o MAP continua as suas actua criminosas, muitas das quais poderiam ser evitadas se o tivesse aprovado o projecto de lei do PCP.

A lei Barreto é má, é péssima. Mas mesmo essa lei não cr ao Governo Mota Pinto. O Governo Mota Pinto viola diariam a própria lei Barreto, para entregar mais e mais terra aos agrá na pressa de destruir as UCPs e Cooperativas e restaura latifúndios.

Podia estar aqui **dias inteiros a falar das arbitrarieda e ilegalidades do Governo Mota Pinto e do Ministério Agricultura** que se encontra nas mãos de gente da CAP agrários e representantes dos agrários, pelo que as decis sobre a Reforma Agrária cabem hoje aos inimigos figadais Reforma Agrária.

Que fiquem alguns exemplos de flagrantes ilegalidades MAP.

Uma vez que o artigo 32.º da lei Barreto confere o di a uma só reserva conjunta aos comproprietários, é ou não é a ilegalidade o que aconteceu com os comproprietários Vaz Pr que conservam 3000ha não expropriados e a quem foram da em terras expropriadas, reservas que somam 280 000 pont

É ou não outra escandalosa ilegalidade, no mesmo caso Vaz Preto, a atribuição de outra reserva a uma mulher da fa como proprietária e ainda outra reserva ao marido co rendeiro... da mulher?

Uma vez que segundo os artigos 23, 37 n.º 1 e 48 d Barreto só os proprietários têm o direito de reserva, não pode acumular-se reservas de proprietários e de rendeiros, são ou ilegais as frequentes atribuições de reservas a rende sobrepondo-se às reservas aos proprietários?

É ou não ilegal o que aconteceu na Cooperativa "Estrel Manhã", de Grândola, onde foram entregues há um ano te com 50 000 pontos (terras em que agora só há mato!), notifica depois para a entrega de mais 40 000 pontos e acabaram entregar ao agrário Espada Roldão mais 94 000 pontos, soman o total de 144 000 pontos?

É ou não uma ilegalidade a atribuição de gados e alfaias

Homenagem a Catarina exige respeito pela Reforma Agrária

Distrital de Beja do PCP culminou com um comício no «Largo Catarina Eufémia» – que não pode albergar os milhares de pessoas presentes, forçando-as a espraiar-se pelas ruas convergentes. Nele estiveram presentes os camaradas António Gervásio, da Comissão Política do CC do PCP, e Francisco Miguel do Comité Central, e ainda o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do nosso Partido, que encerraria a sessão com uma intervenção política, que junto publicamos.

A Mesa do comício foi presidida pelo camarada João Honrado membro da DORA, e era constituída pelos camaradas Manuel Claudino, da UJC, Adriano, da Comissão de Freguesia de Baleizão, Maria Antónia Pardal, da UCUM/s de Beja, Lina e Alfaiate, membos da Comissão Concelhia de Beja do PCP, Chaveiro, do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Beja, Pica, do Secretariado Distrital das UCPs e Cooperativa, e Lucas e Constança, ambos da Comissão Distrital de Beja do PCP.

Ponto comum dos discursos: a defesa da Reforma Agrária

Antes da intervenção política do camarada Álvaro Cunhal, usaram da palavra vários oradores, sendo a tónica dessas intervenções, a defesa intransigente da Reforma Agrária. O camarada Alfaiate chamaria a atenção para os efeitos nefastos que a política de terra queimada do MAP nos campos alentejanos tem feito desabar não apenas sobre os trabalhadores agrícolas, mas também sobre os pequenos comerciantes e industriais, que hoje sentem o seu volume de vendas a baixar cada vez mais, como ainda sobre vastos sectores do funcionalismo público, trabalhadores do Hospital Distrital de Beja, dos CTT, rodoviários, professores e, dum modo geral sobre todas as empresas de construção civil e metalurgia, o que tem vindo a engrossar cada vez mais as vozes que se opõem à política anti-Reforma Agrária do Governo.

O camarada Adriano, da Comissão de Freguesia de Baleizão, sublinharia igualmente a política criminosa do MAP contra a Reforma Agrária que, concretamente, na UCP «Terra de Catarina», em Baleizão, se materializou no corte de Crédito Agrícola de Emergência durante cerca de três meses, impedindo o recebimento de salários (com imediatos reflexos no comércio local), preços não compensadores para os produtos e, enfim, as «reservas» que tiraram à UCP 70 ha, havendo já sido pedidas mais oito «reservas». A UCP «Terra de Catarina» dá vida a Baleizão: neste momento cerca de 300 famílias vivem directamente ligadas à UCP e quase todas restantes, indirectamente. A sua destruição seria o estrangulamento da aldeia – mas tal não será consentido, acentuaria o camarada Alfaiate.

Quanto aos reflexos da política do MAP nas condições de vida da juventude, como referiria o camarada Claudino, da UJC, eles estão à vista: a ofensiva contra a Reforma Agrária já provocou nos campos do Alentejo e Ribatejo mais de 13 mil desempregados, 6000 dos quais são jovens. E o desemprego é o maior problema da juventude: dos 500 000 desempregados existentes neste país, 300 000 são jovens. Todavia, que a reacção não se iluda: as conquistas de Abril serão defendidas, e a juventude participará nessa defesa com a determinação de sempre.

Finalmente, em nome da Comissão Distrital de Beja do PCP, falou a camarada Constança. Recordando que defender a Reforma Agrária, a democracia e todas as conquistas de Abril faz parte da nossa luta diária, frisaria ainda que a RA se defende em duas frentes – a luta de massas e o aumento da produção. As mulheres têm um importante papel nesta luta – concluiu – e agora, como sempre, lado a lado com os companheiros, deverão mobilizar todos os esforços para esta grande tarefa.

Camarada Álvaro Cunhal

requisitados pelos agrários e a entrega de mais cabeças de gado do que aquelas que constam dos inventários, como sucedeu, entre muitos outros casos, com 22 vacas e 3 bezerros entregues à agrária Judith Hintze Ribeiro?

É ou não uma ilegalidade a entrega sistemática das melhores terras e em muitos casos com tal localização e escolhidas de tal forma que inviabilizam as UCPs e Cooperativas?

É ou não uma ilegalidade que oficialmente seja reconhecido, pelos departamentos responsáveis, aos trabalhadores o direito de colher as searas semeadas em terras depois atribuídas como reservas (como sucedeu na Cooperativa «Aguiar», de Viana do Alentejo), mas que, quando os trabalhadores procuram exercer esse direito sejam expulsos pela violência, agredidos e presos?

É ou não uma ilegalidade o não cumprimento de formalidades previstas na lei — como a não indicação da área ou pontuação da reserva, a não indicação dos limites da reserva, o levantamento sistemático de obstáculos à consulta dos processos, a recusa a passar certidões dos processos e o cúmulo de duplicar os processos instrutores com despachos diferentes?

É ou não uma ilegalidade enviar grandes forças da GNR e a Polícia de Intervenção para agredir e espancar a eito homens, mulheres, velhos e crianças?

É da História que, ao nível do poder, a prática da ilegalidade é sempre acompanhada de corrupção. Casos de corrupção do MAP foram detectados. O próprio ministro veio reconhecer que no MAP há "cheiros de corrupção". Ora, camaradas, se cheira a pôdre alguma coisa está pôdre, se cheira a corrupção é porque há gente corrompida. O necessário é colocar nos serviços gente séria e honesta e não reaccionários corruptos que recebam luvas à troco de reservas.

● Falsificações e desobediências aos Tribunais

Mas parece que nem as ilegalidades chegam ao Governo Mota Pinto e ao MAP.

Por isso os serviços do MAP recorrem a falsificações de documentos para entregar ilegalmente reservas e o MAP nega-se abertamente a cumprir as decisões dos Tribunais.

Não são acusações gratuitas.

Na UCP «Alterense» de Alter do Chão, os serviços do MAP comunicaram a entrega de uma reserva a um pretenso rendeiro que já recebera terra com 92 000 pontos. Mas como os trabalhadores tivessem feito notar que esse homem morrera na Venezuela, os serviços não estiveram com cerimónias e falsificaram o documento acrescentando à mão, depois do nome do sujeito, a palavra **«Herdeiros»**.

Na Cooperativa «Unidade» de Carvalhais (Santiago do Cacém) é pedida a reserva por um homem que a si próprio se intitula **«feitor»** mas como não podem ser dadas reservas a feitores, os serviços do MAP falsificaram o documento riscando a palavra feitor e escrevendo por cima **rendeiro,** e nesta base deram ao sujeito uma reserva de 222 hectares.

Não são acusações infundadas, camaradas. Aqui, na minha mão, para que possa ver quem o deseje, estão fotocópias dos documentos falsificados.

Quanto ao desrespeito pelos Tribunais, por parte do Governo, é conhecido o caso da UCP «Resistência» (Ponte de Sor) em que o Supremo Tribunal Administrativo deu razão ao recurso da UCP, mandou suspender o despacho do MAP dando uma reserva, mas quando os trabalhadores se dirigiam para lhes ser restituída a terra foram recebidos a tiro pelos agrários.

E temos também **o caso da Galeana** em que o MAP se recusou a cumprir a decisão do Supremo Tribunal Administrativo que mandou suspender o despacho do MAP, pelo que a herdade, ilegalmente entregue ao agrário Joaquim Grave, deveria ter sido imediatamente restituída aos trabalhadores da UCP da Galeana.

Mas os agrários do MAP não olham a meios.

Enquanto cinicamente justificavam, com a necessidade de cumprir os prazos, o facto de não restituirem a herdade aos trabalhadores, iam cozinhando nova ilegalidade. Ontem, de forma completamente secreta e ilegal, na aplicação de um despacho fraudulento com data de 15 de Maio, toda a Galeana foi entregue ao agrário.

Com tais decisões mostruosas e revoltantes, o MAP actua com um autêntico bando de marginais fascistas.

Afirma o Governo que as forças militarizadas existem para impor a lei.

A verdade é que a GNR é utilizada pelo Governo não para impor a lei mas para impor a violação da lei.

E, se o Governo considera que é legítimo empregar a violência para impor a lei, então que envie os *jeeps,* as autometralhadoras, as G3, os bastões e os cães, para obrigarem os agrários a largar as terras que lhes não pertencem, a cumprirem as decisões dos Tribunais, a restituírem às UCPs e Cooperativas os gados e as máquinas que lhes roubaram.

Em Portugal não há carne de cidadãos em que se não pode tocar e carne de cidadãos para os cães morderem.

Se a GNR serve para impor à bastonada e à mordidela de cães a lei aos portugueses, seria caso de enviar a GNR ao Ministério de Agricultura e Pescas, também com cães, para obrigar o Governo a respeitar e a cumprir a Constituição e as leis que diariamente está violando.

O Governo Mota Pinto é uma peste. Pelas ilegalidades que comete, é indigno de estar à frente do País. Pela nossa parte, tudo faremos para que vá abaixo e seja substituído por outro melhor.

Já dissemos que íamos apresentar na Assembleia da República **uma moção de censura.** Se adiamos a data, não alterámos a decisão. Procuramos apenas o momento mais favorável, de forma a que a moção que apresentemos contribua de facto para que o Governo Mota Pinto vá o mais depressa possível para a rua.

E para aqueles que perguntam qual é então a alternativa, nós respondemos que a alternativa existe: um governo democrático com uma política democrática, ou um governo de gestão respeitador da Constituição, ou a realização de eleições intercalares para a Assembleia da República.

Todos falam muito em eleições, mas vão deixando passar o Governo Mota Pinto, porque todos têm medo do voto popular.

O nosso Partido não tem medo das eleições. E estamos certos de que, quando elas se realizarem, os partidos reaccionários serão novamente derrotados, o Povo português votará novamente na democracia e o PCP aumentará consideràvelmente o número dos votos e dos deputados.

Aqui no Alentejo, estamos certos de que se repetirá por toda a parte o que se deu nas eleições de Évora: o PCP será o grande vencedor das eleições, porque é o único grande partido que defende consequentemente os interesses dos trabalhadores, porque é o único que defende consequentemente a Reforma Agrária e que por isso é o único grande partido em que os trabalhadores confiam.

● A mais bela conquista da Revolução

Num momento em que continua a criminosa ofensiva que tem em vista a liquidação da Reforma Agrária, é bom lembrar o que significou e significa a Reforma Agrária.

A Reforma Agrária significou o desbravamento de mais de 140 mil hectares de terras outrora abandonadas e incultas, através de um trabalho dedicado e heróico, apenas possível pelo entusiasmo revolucionário desencadeado pela libertação da exploração de capitalistas e agrários.

A Reforma Agrária significou o aumento de mais de 200 mil hectares da área semeada e de 10 mil hectares da área de regadio num esforço gigantesco visando o aumento da produção.

A Reforma Agrária significou, nos dois primeiros anos, um aumento da produção de cereais, designdamente de trigo e do seu rendimento unitário e, se esse aumento da produção não continuou, isso deve-se aos anos climatéricos extraordinariamente desfavoráveis e à guerra que os sucessivos governos declararam às UCPs e Cooperativas.

A Reforma Agrária significou a introdução de novas culturas numa ânsia de progresso e desenvolvimento.

A Reforma Agrária significou o aumento de mais de 300 mil cabeças de gado, das quais 65 mil de bovinos.

A Reforma Agrária significou o aumento de 1680 tractores e 16 290 outras máquinas agrícolas.

A Reforma Agrária significou um golpe profundo num dos maiores flagelos do latifúndio: o desemprego, criando cerca de 50 mil novos postos de trabalho.

A Reforma Agrária significou o começo da planificação da produção, de assistência a máquinas agrícolas e da organização autónoma da comercialização.

A Reforma Agrária significou uma modificação radical, indispensável e historicamente necessária nas estruturas agrárias, na organização do trabalho e nas relações de produção.

A Reforma Agrária significou o trabalho assegurado para muitas dezenas de milhar de trabalhadores, o melhoramento dos salários e das condições de vida, os domingos pagos, a realização de obras sociais, a instalação de numerosas creches e de centros de convívio infantil, a protecção em muitos casos aos velhos trabalhadores.

A Reforma Agrária foi e é uma realização grandiosa dos trabalhadores, de que os trabalhadores podem legitimamente sentir-se orgulhosos.

Realização tão grandiosa que, comparando a situação criada pela Reforma Agrária com a situação existente no tempo do fascismo e a situação que vai sendo restaurada com a ofensiva do MAP, os trabalhadores se sentem comovidos e emocionados por tudo quanto alcançaram e fizeram para a felicidade dos seus filhos e para o bem da sua pátria.

Se, na zona da Reforma Agrária, nos latifúndios dos grandes senhores, as mães muitas vezes choraram de amargura e de tristeza por não terem que dar de comer aos seus filhos, se correram muitas lágrimas de dor e de raiva pelas perseguições, as torturas e a morte, lágrimas tão sentidas e sinceras que ainda hoje choramos a morte de Catarina, também na zona da Reforma Agrária, desde o 25 de Abril, muitas vezes se chorou de alegria pelas vitórias históricas dos trabalhadores, pela libertação das terras do domínio dos exploradores do povo, pelo trabalho criador e produtivo, pela resistência heróica contra a reacção, pela vida nova, livre e melhor alcançada, pela maior atenção que foi possível dar aos pais e avós e pelo melhor alimento, melhor vestuário e calçado, melhor recreio, melhor educação que foi possível começar a dar aos filhos.

É por tudo quanto a Reforma Agrária deu aos trabalhadores que estes a defendem com tanto ardor, tanta combatividade e tanto heroísmo.

Este grande comício de homenagem a Catarina é uma nova comprovação de que, vencendo todas as dificuldades e violências, resistindo à repressão, às ilegalidades e aos verdadeiros crimes levados a cabo pelo Governo Mota Pinto, contando com o apoio e a solidariedade de todos os trabalhadores portugueses, de vastos sectores políticos, das forças progressistas do mundo, **os trabalhadores da Reforma Agrária continuam a sua luta heróica em defesa da «mais bela conquista da Revolução».**

● A luta continua, a Reforma Agrária vencerá

Os trabalhadores exigem que sejam respeitados os seus direitos, exigem que cesse imediatamente a ofensiva contra as UCPs e Cooperativas, que cessem as decisões arbitrárias e ilegais, os roubos e as violências.

Com a sua extraordinária combatividade, com as suas grandiosas concentrações e manifestações, com a sua coragem, com o seu trabalho esforçado, com as suas sementeiras e planos de produção, com a sua insistência em diligenciar junto dos órgãos do Poder e nos Tribunais, os trabalhadores têm mostrado que estão em condições de defender a Reforma Agrária.

O PCP sempre esteve, está e estará com os trabalhadores, nas primeiras filas do seu justo combate.

Aqui, em terra alentejana, regada pelo suor de gerações de trabalhadores explorados e pelo sangue dos heróis e dos mártires da luta revolucionária; aqui nesta homenagem solene a uma trabalhadora comunista que deu a vida na luta pelo pão e pela Reforma Agrária; — **os objectivos que declaramos têm a força de um juramento revolucionário.**

O PCP apoiará inteiramente as reclamações das UCPs e Cooperativas Agrícolas **para que seja instaurado um inquérito ao MAP e aos SGEF a fim de se apurarem responsabilidades; para que sejam imediatamente suspensos até conclusão do inquérito o ministro Vaz Portugal o secretário de Estado Goulão e os funcionários directamente comprometidos na prática de ilegalidades e actos de corrupção, para que sejam imediatamente suspensos os processos de entregas de reservas, e para que sejam revistos os processos concretizados na vigência do Governo N. da Costa e do Governo Mota Pinto.**

Os trabalhadores e pequenos e médios agricultores podem estar absolutamente certos de que o **nosso grande e heróico Partido empenhará a sua acção:**

— para que cesse a atribuição ilegal e arbitrária de reservas;

— para que seja concedido o crédito agrícola de emergência e convertidos em créditos a médio e a longo prazo os créditos de emergência utilizados em investimentos;

— para que o Estado pague às UCPs e Cooperativas o que lhes deve;

— para que seja garantida a autonomia e a viabilidade das UCPs e Cooperativas;

— para que sejam revogadas as leis da cortiça e das limitações arbitrárias da exploração florestal;

— para que se constituam unidades agrícolas estatais nas sociedades agrícolas nacionalizadas;

— para que sejam expropriadas e entregues aos trabalhadores e aos pequenos e médios agricultores as centenas de milhar de hectares de terras abandonadas e de terras expropriáveis ainda nas mãos dos agrários.

O nosso Partido **empenhará a sua acção:**

— para que antes da campanha sejam fixados preços compensadores;

— para que sejam contidos os preços dos adubos, pesticidas, insecticidas, rações, sementes, etc.;

— para que se tomem medidas para garantir o escoamento e comercialização dos produtos;

— para que sejam pagas as indemnizações pelos prejuízos causados pelo mau tempo, pela peste suína africana e pelas sementes impróprias fornecidas pela EPAC.

Os trabalhadores podem estar absolutamente certos de que o nosso Partido continuará firme e infatigavelmente a luta **até que sejam anuladas e rectificadas as decisões arbitrárias inconstitucionais e ilegais do Governo, até que as terras, as instalações, os gados, as máquinas arrancadas ilegalmente aos trabalhadores sejam de novo entregues às UCPs e Cooperativas.**

Os trabalhadores tomarão de novo nas suas mãos as terras, as instalações, as máquinas, os gados que lhes foram ilegalmente arrancados.

As UCPs e Cooperativas, que a ofensiva criminosa do MAP destruiu ou venha a destruir, voltarão a nascer nas terras que legitimamente lhes pertencem.

O PCP está inteira e incondicionalmente ao lado dos trabalhadores na luta em defesa da Reforma Agrária. Não há forças na terra capazes de nos afastar deste caminho.

O Partido continua infatigavelmente a luta até que os trabalhadores e os pequenos e médios agricultores possam trabalhar em paz e tranquilidade, libertados das ameaças, da praga das reservas ilegais, das espoliações, dos roubos, das brutalidades da GNR atiçada pelo MAP, pelos agrários, e possam entregar-se com segurança à nobre tarefa de produzir livremente riquezas para si, para os seus, para o País.

O Partido continuará infatigavelmente a luta até que a Reforma Agrária seja **consolidada e completamente realizada com a extinção total dos latifúndios e a entrega, de uma vez para sempre, de pais para filhos, em usufruto perpétuo, da terra a quem a trabalha.**

Que ninguém esmoreça e se deixe tomar pelo desânimo ante as dificuldades da luta.

Em defesa da Reforma Agrária, em defesa do bem estar de quem trabalha, em defesa da economia nacional, em defesa do futuro dos nossos filhos — a luta continua!

A reacção será derrotada. A Reforma Agrária vencerá.

Semana

16 Quarta-feira

1935 – É assinado um Tratado de Assistência Mútua entre a URSS e a Checoslováquia.

Marechal Tito

A Polícia de El Salvador reprime a tiro uma manifestação da "Frente Popular Unificada", em Sopayabo, a sete quilómetros da capital, provocando um número indeterminado de mortos e feridos. ■ O presidente Tito, da Jugoslávia, chega a Moscovo para uma visita oficial à URSS. ■ Rádio Accra anuncia que um oficial da Força Aérea e um punhado de aviadores fizeram, ontem de manhã, uma tentativa de levantamento no Ghana, mas foram subjugados e encontram-se sob prisão. ■ O Mercado Comum da América Central lança um apelo para a elaboração urgente de uma política internacional de energia, a fim de proteger países em vias de desenvolvimento do aumento dos preços do petróleo. ■ O governo da Baixa Saxónia, na RFA, anuncia o cancelamento dos planos para construir a maior central nuclear do mundo: será, no entanto, dada autorização para a instalação de um vazadouro nuclear subterrâneo em Gorleben, perto da fronteira com a RDA. ■ O presidente do Líbano, Elias Sarkis, aceita o pedido de demissão do governo chefiado por Salim El-Hoss. ■ O Senado norte-americano aprovou ontem, por maioria, uma resolução "não compulsória" que pede ao presidente Carter o levantamento das sanções económicas impostas aos racistas rodesianos pela ONU. ■ Os sete ministros dos NE do Pacto de Varsóvia terminam uma cimeira de dois dias em Budapeste, preconizando a dissolução simultânea dos dois blocos militares, a NATO e o Pacto de Varsóvia. ■ São mortas nove pessoas na Turquia, vítimas de atentados terroristas.

17 Quinta-feira

1969 – A sonda soviética "Vénus-6" desce no planeta Vénus, a uma distância de 300km da "Vénus-5"; as duas sondas percorreram os 350 milhões de quilómetros que separam os dois planetas em 4 meses.

O presidente cubano, Fidel Castro, chega à Cozumel para uma visita oficial ao México. ■ A Imprensa de Caracas informa que as autoridades venezuelanas descobriram um centro de torturas e um cemitério clandestino utilizados pelos agentes da polícia judiciária. ■ O "Bloco Popular Revolucionário" de El Salvador recusa uma oferta do arcebispo Óscar A. Romero para servir de mediador em negociações que levassem ao fim das ocupações das embaixadas da França e da Venezuela no país. ■ Inicia-se em Madrid o 28.º Congresso do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE). ■ O presidente Carter, dos EUA, ordena que seja aumentado o fornecimento de gasolina ao Estado da Califórnia, abdicando assim da aplicação rigorosa do plano da Casa Branca para poupar recursos energéticos. ■ A Comissão para as Comunicações Internacionais, criada pela UNESCO, inicia um debate de dois dias sobre propostas de protecção aos jornalistas.

18 Sexta-feira

1804 – Em França, Napoleão é proclamado imperador

Fidel Castro

O Ministério do Petróleo dos Emiratos Árabes Unidos anuncia que estes vão aumentar em 80 cêntimos norte-americanos por barril o preço das suas ramas. ■ A Imprensa soviética anuncia que o Vietnam aderiu ao plano espacial soviético "Intercosmos" e que pilotos vietnamitas começaram já a treinar para uma futura missão espacial. ■ É anunciado na Imprensa que a FR de Moçambique está a criar, a partir dos Conselhos de Produção, uma nova estrutura sindical; cada Conselho de Produção reúne todos os trabalhadores da mesma empresa, sem distinção de categorias profissionais. ■ O primeiro-ministro de Israel, Menahem Begin, torna pública uma oferta para um encontro com o rei Hussein, da Jordânia, tendo em vista a realização de conversações de "paz"; entretanto, forças sionistas atacam uma área palestiniana a sul do Líbano. ■ O enviado especial do governo conservador britânico, Anthony Duff, declara no final da sua visita a Salisbúria que ela se destinava a demonstrar que o gabinete chefiado por Margareth Thatcher "reconhece a nova situação rodesiana", isto é, o governo-fantoche saído da farsa eleitoral montada recentemente pelos racistas rodesianos. ■ No comunicado conjunto dos presidentes cubano e mexicano, emitido no final da visita de Fidel Castro ao México, são referidos os acordos assinados entre os dois países e a identidade de pontos de vista entre os dois governos em vários assuntos.

19 Sábado

1649 – Cromwel proclama a República na Inglaterra

O Partido Trabalhista de Israel, na oposição, revela que a taxa de inflação no país nos últimos doze meses atingiu os 60%, tendo este partido proposto uma moção de censura ao governo de Menahem Begin. ■ É anunciado que terminou ontem em Hanói, em fracasso completo, a primeira série de negociações entre a China e o Vietnam, tendo este acusado a China de ter rompido as conversações unilateralmente e de se ter comportado com a arrogância de uma grande potência. ■ Pela primeira vez desde o golpe fascista de 1964, são reintegrados dirigentes dos sindicatos metalúrgicos da cintura industrial de S. Paulo, no Brasil.

20 Domingo

1506 – Morre em Valladolid, Espanha, o navegador genovês Cristóvão Colombo, descobridor da América.

Filipe Gonzalez

Filipe Gonzalez, secretário-geral do PSOE, anuncia no final do 28.º Congresso do seu partido que se não recandidataria ao cargo de secretário-geral; a sua decisão ficou a dever-se à derrota (por 67%) que sofreu no Congresso a sua proposta para a abolição, nos estatutos do partido, do termo "marxista". ■ Em discurso publicado no jornal de Teerão "Bamdad", o *ayatollah* Khomeini despreza as "advertências" do Senado dos EUA de que as relações entre os dois países se "ressentiriam" caso as autoridades revolucionárias continuassem a executar os partidários do sangrento regime do xá, respondendo que os EUA apenas visavam a exploração do petróleo iraniano. ■ O governo do Kuwait decide encerrar o seu espaço aéreo e aeroportos aos voos comerciais do Egipto para Israel, na sequência do tratado de "paz" assinado entre aqueles dois países.

21 Segunda-feira

1969 – Nos EUA, Sirham Bishara Sirhan, o assassino de Robert Kennedy, é condenado à morte

Os EUA reagem cautelosamente à forma como Teerão respondeu às críticas do Senado norte-americano ao governo revolucionário iraniano, tendo o Departamento de Estado do governo dos EUA pedido a Teerão que autorize o embaixador norte-americano a ocupar rapidamente o seu posto, a fim de auxiliar a acabar com os mal-entendidos entre os dois países. ■ O embaixador do "Império Centro-Africano" em Paris confirma o massacre de crianças em Bangui e pede asilo político à França.

22 Terça-feira

1813 – Nasce o compositor alemão Richard Wagner, autor de óperas famosas como "Tristão e Isolda", "Tannhauser", "O Navio Fantasma", etc.

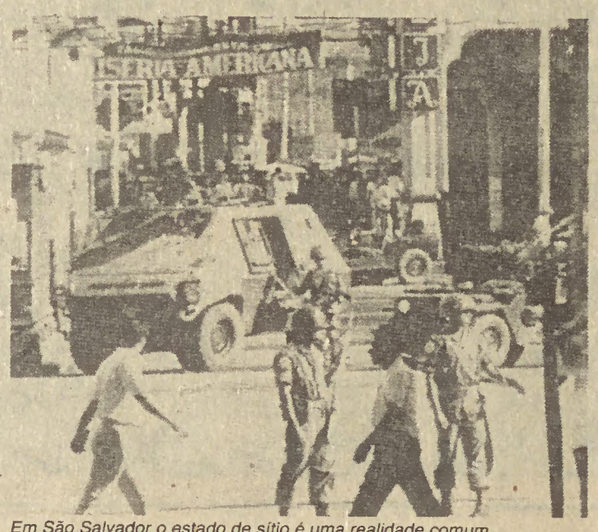
Disputam-se no Canadá as eleições gerais para a Câmara dos Comuns. ■ Termina o debate geral sobre os problemas actuais das relações internacionais no domínio da economia, comércio e desenvolvimento, no quadro da V Sessão da Conferência da ONU para o Comércio e o Desenvolvimento (CNUCED), a decorrer em Manila; a discussão sobre as questões concretas prosseguirá agora nos grupos especiais, que já começaram a redigir os projectos de solução que a conferência deverá aprovar.

Povos da América Latina dizem não ao imperialismo

A agudização da luta na América Latina, a revolta popular contra regimes reaccionários e a resistência por parte do fascismo, o confronto entre os povos do continente e o imperialismo fazem-se sentir clara e continuadamente em diversas zonas e em torno de diferentes problemas.

Saída do fascismo por um golpe militar apoiado por um amplo movimento dos trabalhadores bolivianos, a **Bolívia** vive problemas políticos e sérios confrontos armados pouco tempo antes das eleições, que se deverão realizar no dia 1 de Julho. Grupos fascistas armados desencadearam acções terroristas na cidade de Santa Cruz de la Sierra, numa tentativa de evitar que o ex-presidente da República Herman Siles Suazo fosse proclamado nesta cidade candidato a presidente nas próximas eleições, pela Frente de Unidade Democrática Popular (FUDP). Uma semana antes, a sede da FUDP em Santa Cruz tinha sido dinamitada. Silos Suazo considerou os acontecimentos de Santa Cruz como o «pronúncio do golpe fascista». A instabilidade política acentua-se ainda com a crise governamental gerada pela demissão colectiva do Conselho de Ministros. A crise reflecte as contradições que se vivem no país, só superáveis – como acentuou o IV Congresso da central sindical dos trabalhadores bolivianos, Confederação Operária Boliviana (COB) com o socialismo, único sistema que responde às aspirações da classe operária.

Os acontecimentos que se desenvolvem em **São Salvador** denunciam o caracter repressivo do governo e reflectem o descontentamento popular. Desde meados de Abril, sucedem-se violentas manifestações de rua. Três embaixadas e pelo menos seis igrejas, incluindo a catedral metropolitana, foram ocupadas por militantes do Bloco Popular Revolucionário (BPR), agrupamento esquerdista composto de grupos sindicais, estudantis e de camponeses. Exige-se a libertação de cinco dirigentes do BRP – exigência até agora só parcialmente atendida. No dia 14 de Maio, trabalhadores de 14 fábricas paralisaram como apoio a estas reivindicações. Entretanto, enquanto o governo ameaça suspender as garantias constitucionais, sectores da igreja, com destaque para o arcebispo Romero, têm manifestado o seu apoio às exigencias avançadas pelo BPR.


Em São Salvador o estado de sítio é uma realidade comum

Na **Nicarágua**, apesar da violência da repressão, mantém-se permanentemente acesa a luta armada. Actualmente, forças sandinistas ocupam parte da província de Zelaya, ao sul da capital, Manágua. Na cidade de Leon, vários soldados da guarda de Somoza caíram numa emboscada da guerrilha sandinista. Combate-se na cidade de Jinotega, onde a Guarda da ditadura faz mortos e feridos, não poupando mesmo elementos da Cruz Vermelha que tentam evacuar as crianças – que como a prática o tem provado constituem uma das principais vítimas da repressão. As ligações telefónicas estão cortadas. Aqui, como noutros pontos do país, é de guerra o ambiente que se vive, o que torna ainda mais significativo o apoio económico que Washington se propõe fornecer ao condenado regime de Somoza.

Imediatamente após a visita de **Fidel Castro** ao **México**, e durante a permanência neste país do presidente da Costa Rica, o presidente mexicano, José Lopes Portillo, anunciou oficialmente o rompimento de relações diplomáticas com a Nicarágua. Mais um elo no cerco ao fascismo, como baluarte do imperialismo no sul do continente. No decurso da visita de Fidel Castro ao México, foram abordados importantes problemas, comuns aos vários países do continente. A questão das fontes de energia (o México é produtor de petróleo), foi salientada por Fidel como «ponto de partida para o progresso», que importa que não se transforme em «submissão e rendição vergonhosa», tendo Portillo afirmado que é preciso que «todas as fontes de energia sejam utilizadas de tal modo que beneficiem um mundo onde as desigualdades se convertem em angústias para os pobres e os fracos». Dentro da mesma ideia de defesa das riquezas nacionais e direito a uma real independência, sem ingerências externas, foi exigido pelos dois chefes de Estados que «sejam suspensos todos os actos de agressão económica contra os países latino-americanos, visto que violam normas de coexistência pacífica entre Estados, assim como os princípios contidos na Carta das Nações Unidas».

Repressão, rapina das riquezas nacionais, apoio a regimes fascistas, ingerência nos problemas de países independentes – várias formas de domínio do imperialismo no continente, a que os povos latino-americanos, de uma forma cada vez mais clara, opõem o seu **não**.

Quem defende a paz

A assinatura dos acordos SALT II está na ordem do dia. De 15 a 18 de Junho, em Viena, num encontro entre Brejnev e Carter durante o qual serão também debatidos outros problemas como o controlo dos armamentos, as relações comerciais e o estabelecimento de melhores relações entre a União Soviética e os Estados Unidos, os dois chefes de Estado ratificarão um texto que constitui um passo determinante na luta pela paz. Mas quem quer essa paz? Quem luta de facto por ela?

NA sequência do acordo obtido, realizaram-se importantes reuniões dos dois pactos militares: a NATO e o Pacto de Varsóvia. Da cimeira de dois dias realizada pelos ministros dos Negócios Estrangeiros do Pacto de Varsóvia, em Budapeste, vem-nos um significativo apelo para que, ainda este ano, se realize uma conferência de todos os países europeus, Estados Unidos e Canadá, com vista a acertar "medidas práticas para a redução dos potenciais militares em presença no continente". Na reunião foi defendido o fim da corrida aos armamentos, a eliminação dos conflitos militares e zonas de tensão e o aprofundamento do desanuviamento internacional. No documento final é exigida uma redução das despesas militares dos países de maior potencial económico e militar. Por outro lado, os ministros reafirmam a vontade "de dissolver a organização do Tratado de Varsóvia paralelamente à dissolução da Organização do Atlântico Norte e propõem a dissolução, num primeiro tempo, das organizações militares, a começar pela redução mútua das actividades militares". É difícil ser mais claro na defesa da paz.

QUE se discutiu entretanto em Bruxelas, na reunião dos ministros de Defesa dos países da NATO? Uma decisão fundamental foi o acordo em aumentar em 4500 milhões de dólares as despesas em equipamento militar e comunicações nos próximos cinco anos. Foi igualmente estabelecido manter e continuar a modernização das forças nucleares do Pacto. O relatório preliminar — lido pelo chefe da comissão militar da NATO — não passou de uma intervenção enformada na ideologia da guerra fria, em que uma vez mais se agitou a base-mestra da propaganda militarista: o "crescimento do poderio militar soviético". Entretanto continuam a pesar no Senado norte-americano as ameaças de rejeição do acordo SALT II.

A opção entre a paz e a guerra, entre a corrida aos armamentos e o desanuviamento, ressalta igualmente na questão central de redução de armamentos na Europa. No seu discurso eleitoral de Março, Leonid Brejnev reafirmou as propostas da União Soviética para baixar o nível de confrontação militar no Continente Europeu. A URSS está pronta a retirar da Europa Central, num ano, 30 mil homens dos seus efectivos militares e uma quantidade considerável de material de guerra, mediante a redução das forças armadas dos EUA na região. Propõe-se ainda o alargamento das informações preliminares sobre manobras militares e transferências de tropas. Avançou-se também com a necessidade de conclusão de um tratado de não-agressão entre os signatários dos acordos de Helsínquia. A todas estas propostas os países membros da NATO nada responderam.

Londres e Washington apoiam farsa eleitoral na Rodésia

O plano neocolonialista para a África Austral está agora claro. É facilitado pelo novo governo conservador hoje no poder na Grã-Bretanha. O discurso da coroa e as declarações e actos do novo governo apontam para uma política externa talhada nos moldes dos ultrapassados tempos da guerra fria. O actual ministro britânico dos negócios estrangeiros afirmou expressamente que o «plano anglo-americano» — que não reconhecia o regime de Smith — está ultrapassado. Ao fim de três dias de conversações com o governo fantoche da Rodésia, o enviado especial do governo conservador britânico afirmou serem desejáveis «firmes contactos com Salisbúria». O reconhecimento da farsa eleitoral que levou o colaboracionista Muzorewa ao poder, está à vista.

Também nos EUA — e com uma simultaneidade significativa — se prepara o levantamento das sanções económicas à Rodésia,

impostas de acordo com as resoluções do Conselho de Segurança da ONU. O Senado norte-americano aprovou, por 75 contra 19 votos, uma resolução em que se declarava que as «eleições» na Rodésia, rejeitadas pela Frente Patriótica, foram livres (!) e que o novo governo de Salisbúria satisfazia os — pouco exigentes... — requisitos de Washington quanto a um regime de maioria negra. Por seu lado o presidente Carter considerou a farsa eleitoral rodesiana «um passo no bom caminho»

A engrenagem neocolonialista apressa-se a colher os frutos já anteriormente previstos para esta manobra de legalização do regime de Smith. Farsa embora, que importa? Não há já negros no governo de Salisbúria? O tempo urge para pôr travão ao avanço inexorável do movimento libertador. Reclamam-no os monopólios dos vários países capitalistas que vêem de momento limitados os seus movimentos na exploração mais directa das riquezas do Zimbabwé. Exige-o a sobrevivência imediata dum insubstituível apoio político e repressivo contra o ascenso do movimento de libertação. Esta a realidade que nenhum sofisma pode ocultar. Significativas, neste sentido, são as considerações do governo de Pretória que realçou, como estimulantes, os «indícios de confiança e respeito» que a RFA, os EUA e a Grã-Bretanha, têm demonstrado, reforçando os laços económicos com a África do Sul.

A luta dos povos do Zimbabwé não vai parar com a concretização desta manobra demagógica, aliás imposta por essa mesma luta. Como declarou Nkomo, dirigente da Frente Patriótica: «A luta trouxe-nos este pseudogoverno de maioria e não cessaremos a nossa acção armada até conseguirmos um regime maioritário genuíno» As posições políticas que estão a ser assumidas tanto em Londres como em Washington, constituem em si uma forma de ingerência nos problemas internos do povo do Zimbabwé, um apoio às forças mais reaccionárias, a confissão prática de cumplicidade nos planos dos racistas para conservarem de facto o poder.

De acordo com informações dadas por uma comissão da ZANU, que integra a Frente Patriótica do Zimbabwé, mais de 3500 civis do Zimbabwé foram assassinados, de Fevereiro a Abril deste ano, pelas tropas rodesianas, vítimas, na sua maioria, da lei marcial imposta em 95% do território da Rodésia. Uma chacina de que Washington e Londres, como outras potências capitalistas, partilham integralmente a responsabilidade. Na defesa de interesses comuns.

A convite do Movimento de Solidariedade com o Povo do Vietnam (criado em Portugal em Janeiro passado) e do Conselho Português para a Paz e a Cooperação, deslocou-se ao nosso país uma delegação daquela República Socialista, composta pelos camaradas Che-Lan-Vien e Tran-Minh-Quoc, a qual participou em diversos actos de solidariedade e sessões de esclarecimento sobre a situação no martirizado Vietnam. Um dos pontos altos da estada entre nós da delegação vietnamita foi o comício realizado no passado sábado no pavilhão da Baixa da Banheira, no decorrer do qual, além de diversas intervenções, foram lidas saudações de grupos de trabalhadores e de Câmaras Municipais do distrito de Setúbal. Na foto: Pioneiros de Portugal lendo uma saudação às crianças vietnamitas

Vietname - um povo de paz

Notícias esclarecedoras vêm-nos do Vietnam. Notícias do trabalho pacífico, das vitórias na grandiosa tarefa de reconstrução do país. Notícias das ameaças que continuam a pesar na zona, pela persistência da direcção maoista de Pequim em promover a desestabilização no sudeste asiático.

Na conferência da Comissão Central para as Reformas do Sector Privado na Indústria e Comércio do Sul da república, realizada há dias na cidade de Ho-Chi-Minh, o camarada Do Muoi, vice-primeiro-ministro da República Socialista do Vietnam, deu conta do cumprimento das transformações previstas no sector privado da indústria e comércio no sul do país. Actualmente o sector público já detém, também nesta zona do país, as posições dominantes nos sectores-chave da economia, o que, como afirmou Do Muoi, é «uma contribuição importante para a vitória da causa socialista no Vietnam».

Os grande êxitos na reconstrução pacífica do país — fruto também da solidariedade internacional, em particular da URSS e da comunidade socialista — reflectem-se agora num importante domínio da ciência e da técnica. O Vietnam acaba de aderir ao programa espacial soviético «Intercosmos». Desde já vários pilotos vietnamitas — os mesmos que ainda há pouco enfrentavam os bombardeiros dos EUA começaram a treinar-se para uma futura missão espacial.

Persistem as ameaças de guerra

Entretanto, à clara vontade de paz do povo vietnamita e imperiosa necessidade de concentração de forças no trabalho pacífico — a China continua a opor as suas manobras, destinadas a manter e alimentar a tensão na zona, o fantasma permanente da guerra. Tendo embora aceitado conversações com Hanoi, os dirigentes de Pequim estão bem pouco empenhados em encontrar uma solução pacífica para os problemas que criaram entre os dois países. Pelo contrário. As exigências colocadas ao Vietnam resultam de facto num ultimato — **naturalmnte rejeitado pela** parte vietnamita. De acordo com essas exigências, Hanoi deveria renunciar a qualquer contacto com o Laos e Kampuchea, assim como às suas relações com a União Soviética, e fazer concessões territoriais a Pequim, o que significaria na prática o abandono por parte do Vietnam de uma política externa independente. Por outro lado, as exigências chinesas de concessão aos «hoa» (vietnamitas de origem chinesa) de um estatuto particular, equivaleria à criação de uma colónia chinesa privilegiada em solo vietnamita violando mesmo as leis da construção do socialismo no país.

Estas absurdas exigências, condenadas à partida, são acompanhadas da concentração de forças militares nas fronteiras do Vietnam e do Laos. Só nas primeiras linhas das suas forças de choque ao longo da fronteira vietnamita, os chineses colocaram 12 divisões. Hoje há mais tropas chinesas nas fronteiras do Laos e do Vietnam do que quando do início da incursão armada chinesa contra território vietnamita. A vontade de guerra por parte da China, inserida na estratégia da «grande desordem» mundial que os dirigentes de Pequim consideram elemento base para a concretização dos seus designios chauvinistas — é evidente. Como evidente é a vontade de paz do povo vietnamita.

A batalha da reconstrução do país

Esteve há alguns dias entre nós o camarada Che Lan Vien, poeta e deputado vietnamita. No comício de solidariedade então realizado foram bem claras e expressivas as suas palavras quanto a essa vontade de paz. **«Mais do que qualquer outro** — declarou Lan Vien — **o nosso povo é um povo desejoso de paz**. Durante milhares de anos, o Vietnam sofreu invasões e guerras. Conhecemos o preço de cada gota de sangue, de cada minuto de repouso. É por isso que depois de um quarto de século de resistência armada contra os fascistas japoneses, os colonialistas franceses e em seguida os imperialistas americanos, nós lançamos toda a nossa força e toda a nossa energia na edificação do país».

Os êxitos na reconstrução do país, nomeadamente no sul, são já muitos importantes. Neste primeiro quinquénio (1976-1980) em que um plano é elaborado e cumprido em todo o país, é tarefa principal a criação de uma estrutura industrial-agrária moderna da economia nacional e deverão ser concretizadas verdadeiras revoluções nas relações de produção, na ciência e na técnica, no domínio ideológico e cultural. O produto bruto da indústria de construções mecânicas, a industrialização e a tarefa central, aumentará 2,5 vezes em relação a 1975. Os rendimentos reais dos operários e empregados deverão aumentar entre 30 e 35 por cento, e os dos camponeses, entre 15 e 20 por cento. Todos os principais ramos industriais estão nacionalizados. A banca e o sistema financeiro são controlados pelo Estado. Um quarto da população frequenta um dos diversos graus de ensino. A assistência médica é gratuita. A construção habitacional atingiu proporções inéditas desde o fim da guerra.

«O Vietnam tem o direito de ser livre e independente, o povo vietnamita está inteiramente decidido a empenhar todas as suas forças espirituais e materiais, a sacrificar os seus bens e a sua vida na defesa do seu direito à liberdade e à independência» — estas palavras da declaração da independência, lidas por Ho Chi-Minh em Setembro de 1945, continuam a ser válidas hoje. Têm a sua expressão na reconstrução de todo o país, na defesa intransigente de um território, de um povo, de uma política independente e progressista.

60.º aniversário da Liga dos Comunistas da Jugoslávia

Comemora-se este ano, no dia 25 de Maio, o 60.º aniversário do movimento revolucionário jugoslavo, criado nos congressos constitutivos do Partido Comunista da Jugoslávia, hoje Liga dos Comunistas da Jugoslávia.

Ao comemorar este aniversário, os comunistas jugoslavos recordam como um facto particularmente importante na vida do seu partido e do seu país, a Quinta Conferência Nacional do PC da Jugoslávia, realizada na clandestinidade, em Dubrava, bairro periférico de Zagreb, de 19 a 23 de Outubro de 1940, com a presença de 105 delegados representando os mais de 6000 militantes com que o Partido então contava.

A Quinta Conferência Nacional dos comunistas jugoslavos realizou-se em condições políticas muito específicas, tanto a nível interno como externo. Um ano antes tinha começado a Segunda Guerra Mundial. Os acontecimentos do Outono de 1940 anunciavam que se aproximava o momento em que o fascismo ia atacar na Jugoslávia.

O tema principal dos debates girou em torno do perigo fascista e da defesa da Jugoslávia. Presidiu aos debates o presidente Tito, então secretário-geral do PCI e que faz 87 anos no aniversário do seu partido. No seu informe sobre a situação internacional e nacional, foi assinalada a gravidade da situação, o perigo que pesava sobre o país ameaçado pelas potências fascistas que "impõem a sua vontade, com insolência e brutalidade, aos pequenos países Europa", contando com o apoio das camarilhas capitalistas destes países "que não reconhecem os interesses nacionais, já que cada camarilha capitalista é apátrida e está disposta a vender a independência do seu país sempre que esteja convencida de que o invasor irá proteger os seus interesses".

Na resolução saída da Quinta Conferência foi particularmente destacada a importância da unidade de todas as forças progressistas e antifascistas na base da luta contra o fascismo, contra o perigo fascista externo e as forças reaccionárias internas.

O profundo descontentamento popular, a preocupação pelos destinos do país, levou amplas camadas do povo jugoslavo a adoptar a linha política do partido, batendo-se lado a lado dos comunistas contra o fascismo. As medidas políticas e organizativas então tomadas constituíram a base da determinante resistência contra o invasor nazi e a sua posterior derrota em território jugoslavo.

Tito na União Soviética

Dentro dos normais contactos de amizade entre países socialistas, encontra-se na União Soviética o presidente Tito. Dos contactos entre o presidente Tito e o secretário-geral do PCUS, Leonid Brejnev, resultou um comunicado final onde se destaca o desejo de ambos os países de "aprofundarem a sua cooperação mútua". Como foi salientado pelo camarada Brejnev: "Existem certas forças a quem não convém a nossa amizade. Deparam-se-nos tentativas para minar a nossa cooperação e especulações sobre o passado e fantasias absurdas acerca do futuro". O encontro agora realizado contribui para o reforço de laços importantes que só a reacção internacional se empenha em destruir.

IX Congresso do PCP/com Portugal pela Democracia

Três anos de ofensiva da direita e de reforço da intervenção popular

Entre o VIII e o IX Congressos do PCP passaram-se mais de dois anos da vida nacional marcados por importantes acontecimentos. Esse período ficou assinalado por duas linhas de força essenciais: por um lado, o desenvolvimento e acentuamento da política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista, por outro lado, a ampla e poderosa intervenção das massas populares em defesa das conquistas da Revolução e do regime democrático. A política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista, iniciada com o governo PS sozinho e culminada com o governo Mota Pinto, processa-se em três direcções principais: a recuperação pelos capitalistas e latifundistas dos meios de produção – fábricas, transportes, barcos, empresas, terras; a intensificação da exploração dos trabalhadores e o agravamento da situação das classes não monopolistas; a limitação dos direitos e liberdades dos cidadãos.

Contra esta a ofensiva levantou-se e levanta-se a luta do Povo português, numa acção decidida e corajosa em defesa da democracia, testemunhando assim a solidez dos seus sentimentos democráticos e a profunda vitalidade das conquistas da Revolução.

A activa intervenção das massas populares traduziu-se num reforço global do campo democrático, condicionou e conteve o ritmo da ofensiva contra as grandes transformações democráticas e projectou e agravou sérias dificuldades e contradições no campo reaccionário, dificultando a unificação dos seus golpes e manobras contra o regime democrático. A luta do Povo português constituíu um factor determinante para a sobrevivência do regime democrático e para manter aberta a perspectiva da integral realização dos objectivos consagrados na Constituição.

Dos principais acontecimentos que assinalaram este período damos a seguir uma breve cronologia, certamente incompleta, mas que esperamos possa vir a ajudar todos os que – nomeadamente numa leitura complementar e de apoio à do Projecto de Teses – se debrucem sobre estes mais de dois anos da vida nacional.

A transladação dos restos mortais dos democratas assassinados pelo regime fascista no campo de concentração do Tarrafal constituíu uma impressionante manifestação de massas e foi o reafirmar dos sentimentos antifascistas do Povo português

1976

24 Novembro — O CC do PCP, numa carta enviada à Comissão Nacional do Partido Socialista, propõe a realização urgente de um encontro entre as direcções dos dois partidos. Começa o julgamento do agente da PIDE que assassinou o militante comunista José Dias Coelho. **27 Novembro** — Grandes manifestações populares em Lisboa, Porto e Coimbra de repúdio pela política antioperária do Governo PS-sozinho.

9 Dezembro — Atentado à bomba contra a principal conduta de água que abastece a cidade de Lisboa. **12 Dezembro** — Primeiras eleições para os órgãos autárquicos. A Frente Eleitoral Povo Unido (FEPU) obtém cerca de 18 por cento dos sufrágios, ganha 37 municípios (33 dos quais por maioria absoluta) e conquista 267 mandatos para as câmaras municipais. **21 Dezembro** — O CC do PCP difunde um documento em que fundamentalmente se analisam os resultados das eleições para as autarquias locais e no qul se salienta que as mesmas «mostraram que o Povo português continua fiel ao ideal democrático».

1977

27 Janeiro — Começa em Lisboa o Congresso de Todos os Sindicatos. Presentes 270 sindicatos, representando cerca de 1 745 000 trabalhadores, ou seja, 85 por cento dos trabalhadores sindicalizados. **28 Janeiro** — O Conselho de Ministros do I Governo PS decide a reabertura da Bolsa de Valores.

1 Fevereiro — Começa a Campanha dos 50 000 contos promovida pelo PCP. **19 Fevereiro** — Milhares de trabalhadores agrícolas manifestam-se em Beja repudiando a ofensiva contra a Reforma Agrária. — O Governo PS anuncia a composição do «cabaz de compras».

5 Março — Em defesa da Reforma Agrária milhares de pessoas manifestam-se em Portalegre. **11 Março** — Em Lisboa, no Instituto Superior Técnico, realiza-se o I Congresso das Cooperativas de Consumo. **20 Março** — Milhares de pessoas manifestam-se em Grândola, em defesa da Reforma Agrária. **18 Março** — No Pavilhão dos Desportos, em Lisboa, realiza-se o espectáculo «25 Canções de Abril». **27 Março** — Em Aveiro realiza-se uma sessão de homenagem a Mário Sacramento.

2 Abril — O 1.º aniversário da Constituição da República Portuguesa é comemorado por todo o país. **17 Abril** — Começa o I Congresso da União da Juventude Comunista. **4 Abril** — O CC do PCP propõe uma alternativa democrática para a saída da crise e convoca uma Conferência Nacional do Partido para debater «a situação económica e financeira e o caminho para sair das dificuldades actuais». **25 Abril** — A data da libertação do fascismo volta a ser comemorada com entusiasmo. A par das celebrações oficiais sucedem-se as comemorações promovidas por organizações populares.

1 Maio — O Dia do Trabalhador é amplamente festejado em todo o país. Grandes manifestações em Lisboa e Porto. **5 Maio** — PS e PPD fazem aprovar na generalidade, na Assembleia da República, a Lei sobre a delimitação do sector privado, a qual põe em causa as nacionalizações. **15 Maio** — Realiza-se em Lisboa o III Encontro Nacional do MDM. **29 Maio** — Termina a campanha dos 50 000 contos que se salda com um excedente de cerca de 20 000 contos sobre a meta fixada.

4 Junho — Realiza-se a Conferência Nacional do PCP sobre Problemas Económicos. **16 Junho** — Começa em Lisboa a Conferência Mundial contra o «Apartheid» que reúne representantes de 40 organizações anti-racistas de todo o mundo. **22 Junho** — Trabalhadores manifestam-se em defesa dos seus direitos. Realizam-se concentrações e manifestações em Lisboa, Porto, Coimbra, Faro, Braga, Viseu, Bragança, Vila Real, Évora, Beja, Portalegre, Marinha Grande, Covilhã, Elvas, Barcelos, Coruche, Sines, Portimão, Guimarães, Torres Novas, Ponte de Sor, Viana do Castelo, Montemor-o-Novo, Campo Maior, Moura, Santiago do Cacém, Vila Real de Santo António, Borba, Castro Verde, Sousel, Mora, Vendas Novas, Odemira, S. João da Madeira, Avis.

16 Julho — Milhares de pessoas manifestam-se em Évora contra o Projecto de Lei Barreto. **17 Julho** — No Porto, realiza-se o IV Encontro de Rendeiros do Norte, exigindo a não alteração da Lei do Arrendamento Rural. — Jornada de solidariedade em Belém com a Reforma Agrária. **21 Julho** — É aprovada na Assembleia da República a Lei Barreto. **31 Julho** — O CC do PCP propõe a demissão do Governo PS e a formação de um Governo de plataforma ou a dissolução da Assembleia da República e a realização de eleições antecipadas no prazo de 90 dias.

Agosto — É aprovada na Assembleia da República com votos do PS, PPD e CDS, a Lei das Indemnizações que irá dar mais de 100 milhões de contos aos monopolistas e grandes capitalistas. — É aprovada a Lei do Arrendamento Rural apresentada pelo PPD, mais conhecida como «Lei dos senhorios ricos». **25 Agosto** — O Governo PS anuncia novas medidas económicas resultantes da sua submissão ao FMI. Ficam conhecidas como o 2.º «pacote».

9 Setembro — Pela primeira vez no Vale do Jamor, começa a segunda Festa do «Avante!». **Setembro** — A Lei sobre as Comissões de Trabalhadores apresentada pelo PS e rejeitada pelo PCP na Assembleia da República, é considerada inconstitucional pelo Conselho da Revolução.

22 Outubro — Começa em Évora a II Conferência da Reforma Agrária que reúne cerca de 3000 delegados dos sete distritos da zona de intervenção da Reforma Agrária. **23 Outubro** — Em Coimbra, realiza-se a Assembleia Geral do Movimento de Agricultores Rendeiros do Norte (MARN). **29 Outubro** — Em Sacavém, realiza-se durante dois dias um Encontro Nacional promovido pela União dos Estudantes Comunistas e pela União da Juventude Comunista.

19 Novembro — Grandes manifestações populares em Lisboa e no Porto. A defesa das conquistas da Revolução de Abril congrega amplas massas populares. **22 Novembro** — É aprovado na generalidade, pela Assembleia da República, o projecto de lei proibindo as organizações que perfilhem a ideologia fascista. Lei importante, cuja necessidade se fazia sentir, foi aprovada pelo Grupo Parlamentar do PCP.

8 Dezembro — Cai o Governo PS-sozinho que vê derrotada uma moção de confiança que apresentara na Assembleia da República. **31 Dezembro** — Termina a Campanha Promoção Conquistas de Abril, iniciada em Agosto, que traz ao PCP mais de 27 mil novos militantes.

1978

21 Janeiro — Realiza-se em Lisboa o I Congresso da União dos Estudantes Comunistas.

Fevereiro — Toma posse o II Governo. O Partido Socialista alia-se ao CDS na constituição do Governo. **5 Fevereiro** — Realiza-se o I Encontro de Pequenos e Médios Agricultores, Seareiros e Rendeiros do Distrito de Beja. Para debaterem os seus problemas específicos reúnem-se cerca de 500 participantes. **6 Fevereiro** — O CC do PCP pronuncia-se sobre a formação do Governo PS-CDS e salienta que «uma alternativa democrática para a saída da crise é possível com os trabalhadores e não contra os trabalhadores». **11 Fevereiro** — Na Assembleia da República é aprovado o Programa do Governo PS-CDS. **18 Fevereiro** — Dezenas de milhares de pessoas acompanham as umas que encerram os restos mortais de 32 antifascistas assassinados no campo de concentração do Tarrafal e que são trasladadas para o cemitério do Alto de S. João. Os restos mortais repousam num monumento construído para o efeito e pago por donativos. **26 Fevereiro** — Em Coimbra, 223 organizações de agricultores do Minho, Douro, Trás-os-Montes e Beiras, representadas por 728 delegados, constituem a Confederação Nacional de Agricultura (CNA).

7 Março — Por decreto, publicado no «Diário da República», o dia 25 de Abril passa a denominar-se «Dia da Liberdade». **9 Março** — Na Assembleia da República é aprovada a Lei das Empresas em Autogestão, da autoria do PS. O voto contrário dos comunistas revela que aquela lei não vem contemplar os interesses dos trabalhadores naquelas condições. **11 Março** — Começa no Pavilhão dos Desportos o Encontro das Organizações do PCP para a Defesa e Dinamização do Sector Nacionalizado. **15 Março** — O Governo PS-CDS dá a conhecer as novas medidas económicas resultantes de uma submissão ainda maior ao FMI. Ficam conhecidas como o 3.º «pacote». **19 Março** — Para debaterem e solucionarem os seus problemas realiza-se no Porto um encontro de pequenos e médios comerciantes.

1 Abril — Em Évora, é constituída a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas do Sul. **6 Abril** — É instaurado pelo MAP um inquérito à Empresa Pública de Abastecimento de Cereais que no tempo do ministro António Barreto distribuiu sementes de má qualidade prejudicando por isso grande parte das sementeiras. **7 Abril** — O Governo PS-CDS revela ao público os artigos e os respectivos preços do «cabaz de compras» para esse ano. **8 Abril** — Manifestação no Porto contra o aumento do custo de vida. Manifestações idênticas sucedem-se no mesmo dia em Ovar, Peniche e Alpiarça. **10 Abril** — O Governo PS-CDS põe a vigorar aumentos substanciais nas tarifas postais e telegráficas. **13 Abril** — Em Almada, a população local manifesta-se contra o aumento do custo de vida. **14 Abril** — O aumento generalizado dos produtos de primeira necessidade é motivo para uma manifestação de protesto em Lisboa. Outro tanto sucede em Coimbra, Barreiro, Moita, Marinha Grande, Grândola e Montijo. **15 Abril** — Novas manifestações se verificam contra o aumento do custo de vida. Desta vez no Couço, Cercal, Santiago do Cacém, Rio de Moinhos, Barrancão e Casebres. **25 Abril** — Sempre com maior pujança as comemorações populares do aniversário da queda do fascismo sucedem-se por todo o país.

1 Maio — Não é apenas mais uma data a comemorar. É o reforçar da unidade dos trabalhadores. Manifestações em Lisboa, Porto e outras cidades. **11 Maio** — Autêntica «múmia» do fascismo, Américo Tomás é autorizado a regressar a Portugal. **14 Maio** — O CC do PCP propõe um Programa em 10 pontos para a solução da crise política e para um possível programa mínimo para um governo democrático. **19 Maio** — Na Covilhã, povoação que concentra grande parte da indústria têxtil portuguesa, realiza-se o Congresso dos Trabalhadores Têxteis. **27 Maio** — Na Amadora, realiza-se a Conferência Nacional dos Reformados que reúne mais de 400 delegados de todo o país. — Na «Voz do Operário» começa o Tribunal Cívico Humberto Delgado, onde são recordados os crimes do fascismo e da PIDE. **30 Maio** — Entra em vigor, com efeitos retroactivos desde 1 de Abril, o novo salário mínimo nacional, no valor de 5700$00 para os trabalhadores industriais e de serviços e de 4500$00 para os trabalhadores agrícolas.

15 Junho — A Assembleia da República aprova a lei que proíbe as organizações que perfilhem ideologia fascista. **17 Junho** — Na «Voz do Operário» realiza-se o I Encontro Nacional de Estruturas Sindicais da Construção Civil e Madeiras. **25 Junho** — Diversas iniciativas evocam a figura de Bento de Jesus Caraça, militante comunista. Em Vila Viçosa, sua terra natal, é inaugurado um busto daquele cientista e lutador antifascista. **27 Junho** — Em Lisboa, na romagem ao túmulo de Bento de Jesus Caraça participam, numa manifestação de milhares de pessoas, Álvaro Cunhal e Mário Soares. **29 Junho** — Em Leiria a população manifesta-se na rua contra o aumento do custo de vida.

5 Julho — O Sindicato dos Enfermeiros do Sul adere à Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses-Intersindical Nacional (CGTP/IN) que a partir desta data passa a contar com 219 sindicatos filiados. **7 Julho** — Em Braga, realiza-se a «Festa da Alegria». Promovida pelo PCP, a festa é a maior iniciativa do género que se realizou no Norte. Milhares e milhares de pessoas ali se concentram. **16 Julho** — Em Coimbra, realiza-se o I Encontro dos Sindicatos Agrícolas do Norte e Centro. **17 Julho** — Fogem da penitenciária de Alcoentre 124 reclusos. A fuga verifica-se através de um túnel cavado no chão. É a maior fuga até hoje verificada num estabelecimento prisional português. **26 Julho** — O CDS denuncia o acordo que firmara com o PS para a constituição do II Governo. Mário Soares declara que não se demite, apesar dos ministros centristas terem abandonado os seus cargos. **27 Julho** — O Presidente da República, general Ramalho Eanes, exonera Mário Soares do cargo de primeiro-ministro por considerar ter deixado de existir a base política para a manutenção do II Governo. **29 Julho** — Perante a queda do Governo PS-CDS, o CC do PCP volta a salientar que «a realização de eleições antecipadas impõe-se como a natural e indispensável saída democrática para a crise do Governo, caso se mostre ser inviável a formação de um novo Governo para uma actividade regular na base da actual Assembleia da República».

9 Agosto — Nobre da Costa, que durante o I Governo ocupara a pasta do Ministério da Indústria e Tecnologia, é indigitado pelo Presidente da República para o cargo de primeiro-ministro. **11 Agosto** — O CC do PCP denuncia «a crise política provocada pelo CDS como inserida na estratégia das forças reaccionárias» e manifesta sérias reservas quanto à figura do indigitado primeiro-ministro Nobre da Costa. **18 Agosto** — É legalizado o Movimento Unitário dos Reformados, Pensionistas e Idosos (MURPI). **22 Agosto** — O primeiro-ministro indigitado Nobre da Costa recebe a Confederação Nacional da Agricultura como um dos parceiros sociais. **29 Agosto** — O Presidente da República dá posse ao III Governo, presidido por Nobre da Costa.

8 Setembro — A Festa do «Avante!», que pela segunda vez se realiza no Jamor, volta a ser uma grande manifestação de massas. **10 Setembro** — Nas eleições intercalares para a Câmara Municipal de Mirandela, a APU, que fica em 3.º lugar, logo após o PS e o PPD, regista um substancial aumento de sufrágios. **11 Setembro** — PCP, PS e CDS apresentam, separadamente, na Assembleia da República, moções de rejeição ao Governo presidido por Nobre da Costa. **18 Setembro** — O Programa do Governo Nobre da Costa é rejeitado na Assembleia da República. **23 Setembro** — Em Évora, realiza-se o Encontro Regional das UCPs e Cooperativas Agrícolas durante o qual é apresentado um plano de produção agro-pecuário a curto prazo. — Realiza-se em Lisboa um Plenário dos sindicatos da GCTP/IN. **26 Setembro** — Após a rejeição do programa do Governo Nobre da Costa, o CC do PCP aponta os perigos de um Governo de direita e refere que «o PCP está pronto tanto a assumir as suas responsabilidades num Governo resultante de acordos interpartidários, como a autorizar que militantes seus façam parte de um Governo que não resulte de acordos interpartidários».

11 Outubro — É promulgada a Lei que proíbe as organizações que perfilhem ideologia fascista. Os clamores da direita sobem de tom. **25 Outubro** — Mota Pinto é indigitado pelo Presidente da República, general Ramalho Eanes, para o cargo de primeiro-ministro.

4 Novembro — Milhares de pessoas manifestam-se em Almada contra o aumento do custo de vida. **5 Novembro** — Realiza-se em Lisboa uma Conferência Sindical sobre os Problemas da Mulher Trabalhadora. — Em Montemor-o-Novo, realiza-se o Encontro Nacional das Comissões de Base de Saúde, organizado pela CRARA. **12 Novembro** — Em Braga, é inaugurado o novo Centro de Trabalho do PCP. **18 Novembro** — Em Évora, realizam-se as eleições intercalares para a Câmara Municipal. A APU ganha a maioria absoluta, resultado que não obtivera nas eleições anteriores. **20 Novembro** — Perante a formação do Governo Mota Pinto, o CC do PCP declara que «tomará na Assembleia da República a unica atitude que corresponde aos interesses dos trabalhadores e do país – apresentação de uma moção de rejeição». **2 Dezembro** — Em Évora, realiza-se a III Conferência da Reforma Agrária. **27 Dezembro** — É promulgada, satisfazendo um desejo amplamente manifesto, a Lei das Finanças Locais.

1979

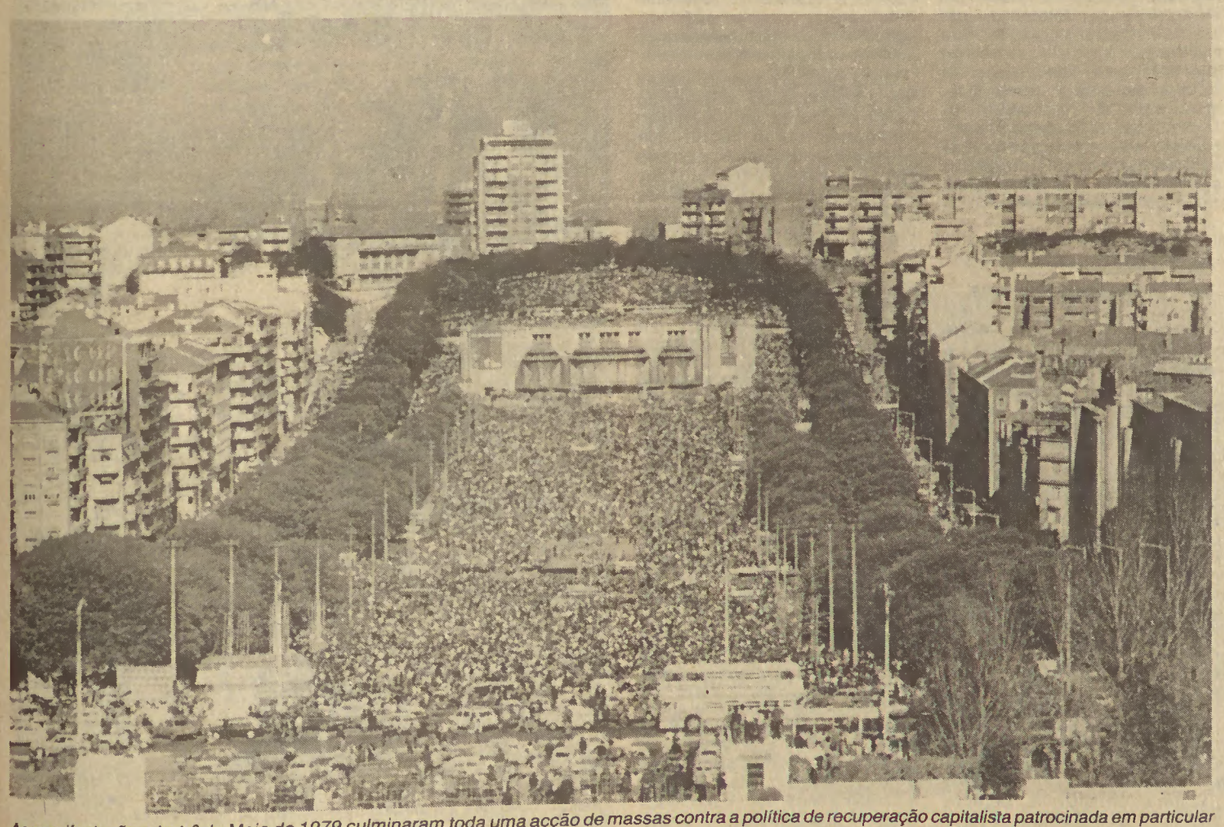
13 Janeiro — Efectua-se o Plenário da União dos Sindicatos de Lisboa e da Cintura Industrial de Lisboa, no Pavilhão do Clube Atlético de Campo de Ourique. A política do Governo Mota Pinto é asperamente criticada. **15 Janeiro** — O CC do PCP denuncia vigorosamente o Governo Mota Pinto, cuja política e actuação «têm de considerar-se inseridas na estratégia das forças reaccionárias visando a liquidação do regime democrático» e convoca a realização do IX Congresso do PCP. **21 Janeiro** — Termina a Conferência Nacional dos Sindicatos Ferroviários, que reúne no Entroncamento 250 delegados de todos os sindicatos. **27 Janeiro** — Realiza-se o I Plenário Nacional do Movimento Unitário de Pensionistas e Idosos.

5 Fevereiro — O Conselho da Revolução considera inconstitucional o decreto-lei que proíbia as entidades patronais de receber e entregar nos sindicatos as quotizações dos trabalhadores ao seu serviço e que impunha o pagamento individual das quotas. **6 Fevereiro** — Registam-se grandes cheias no Tejo e no Mondego. Os prejuízos verificados são elevados. **7 Fevereiro** — No Porto, as águas do Douro invadem as zonas ribeirinhas da cidade. **8 Fevereiro** — As populações de Évora e Montemor-o-Novo manifestam-se na rua contra a política agrária do Governo Mota Pinto, que procura a todo o transe fazer a recuperação latifundiária. **11 Fevereiro** — Realiza-se o II Encontro dos Pequenos e Médios Agricultores do Concelho de Loures. **14 Fevereiro** — Em Portalegre, o repúdio pela política agrária do Governo é expresso por uma grande manifestação. **16 Fevereiro** — Com idêntico objectivo, milhares de pessoas manifestam-se em Moura e Serpa. **17 Fevereiro** — No Pavilhão dos Desportos realiza-se a 1.ª Conferência Nacional de Organização Sindical, que reúne 1054 delegados em representação de 242 sindicatos. **18 Fevereiro** — Em Vila Real, 1200 representantes dos 330 Conselhos Directivos de Baldios decidem constituir um Conselho da Conferência dos Baldios do Norte e Centro. **20 Fevereiro** — Chega a Lisboa, a convite do PCP, o secretário-geral do Partido Comunista do Chile, camarada Luís Corvalan. **22 Fevereiro** — Na Assembleia da República são aprovados na generalidade dois documentos (um apresentado pelo PCP e outro pelo PS) que propõem alterações à Lei do Arrendamento Rural, da autoria do PPD.

3 Março — Cerca de 900 delegados, representando cinco distritos, reúnem-se em Beja no Encontro das Culturas da Primavera. — Realiza-se o Encontro Nacional das Organizações do PCP sobre Cultura Física e Desporto. **10 Março** — No Porto e em Braga grandes manifestações populares expressam o repúdio pela política do Governo Mota Pinto. **11 Março** — No Coliseu dos Recreios realiza-se a final dos Festivais da Canção Juvenil, promovida pela UJC. **15 Março** — Ferreira do Amaral, secretário de Estado da Estruturação Agrária, que promove uma ataque feroz à Reforma Agrária, pede a demissão. **17 Março** — Uma das maiores manifestações de sempre realizadas em Lisboa. A palavra de ordem é o repúdio pela política antipopular do Governo Mota Pinto. **22 Março** — Na Assembleia da República, apesar da abstenção do PS, o Orçamento Geral do Estado, apresentado pelo Governo Mota Pinto, é rejeitado. **23 Março** — Organizada pelo PCP, começa em Santarém a «Festa da Primavera» que reúne milhares de pessoas. **24 Março** — Começa na «Voz do Operário» o, Encontro Nacional do PCP sobre os Problemas dos Quadros Técnicos.

2 Abril — Inúmeras iniciativas unitárias comemoram o terceiro aniversário da promulgação da Constituição da República. **4 Abril** — Na Assembleia da República é aprovada a Lei Eleitoral. **11 Abril** — O Governo Mota Pinto revela os produtos e os preços do novo cabaz de compras. Alguns artigos são retirados e os preços sobem vertiginosamente. **25 Abril** — Nunca como neste ano as comemorações do «Dia da Liberdade» tiveram uma tão ampla participação popular.

1 Maio — As manifestações do Dia do Trabalhador, pelo número de pessoas presentes nas concentrações efectuadas no Porto, Lisboa e outras localidades, vêm confirmar o repúdio generalizado do povo trabalhador pela política do Governo Mota Pinto. As manifestações só tiveram paralelo com as realizadas no mesmo dia em 1974.



As manifestações do 1.º de Maio de 1979 culminaram toda uma acção de massas contra a política de recuperação capitalista patrocinada em particular pelo Governo Mota Pinto

A defesa da Reforma Agrária contra as ameaças de recuperação latifundiária tem sido uma luta que mobiliza os trabalhadores agrícolas e conta com a solidariedade activa de todos os outros trabalhadores

IX Congresso do PCP/com Portugal pela Democracia

Será essa gente capaz de gerir e fazer prosperar as empresas em democracia?

A coberto deste Governo e por ele instigado muito patrão reaccionário, ou pior, tenta fazer das suas empresas coutadas de outro país que não o nosso. Quanto muito, a situação democrática, em que vivemos, poderiam tolerá-la fora de portas. Dentro das suas empresas seria o «quero, posso e mando» fascista. Por estranho que pareça, assim procedem também muitos gestores dependentes do Estado em empresas essenciais à economia nacional e que não podem dispensar a estabilidade e o esforço organizado dos seus trabalhadores. Os casos são numerosos e diariamente são citados. Não será essa gente capaz de gerir e fazer prosperar as suas empresas em democracia? Terão os trabalhadores de abdicar de todos os seus direitos, liberdades e garantias dentro das empresas para que esses patrões e gestores possam exercer os seus «talentos»? Como os trabalhadores nunca encararam ésta segunda «hipótese», os conflitos abundam, a movimentação e as lutas das massas trabalhadoras aumentam em volume e intensidade.

Conscientemente os trabalhadores têm suportado sacrifícios. Têm salvo da ruína muitas empresas. A negociação e o diálogo continuam a ser preconizados e defendidos por eles e pelos seus organismos representativos. Mas o patronato reaccionário, sobretudo o grande patronato ligado à CIP, continua a ignorar esses esforços, esses sacrifícios e a disposição para as soluções negociadas, tentando fazer valer a sua arrogância, a sua intransigência, designadamente no que respeita à contratação colectiva e ao uso das liberdades, garantias e direitos sindicais consagrados na Lei.

Os organismos representativos dos trabalhadores (ORT's) conhecem a situação das empresas e a situação económica do País. Os órgãos de soberania têm a prova disso. As reivindicações dos trabalhadores, na generalidade e no fundamental, não são irrealistas. Limitam-se a acompanhar o aumento do custo de vida para o poderem suportar com alguma dignidade e força para dedicar ao trabalho. E empenham-se, por outro lado, em apresentar propostas concretas para a viabilização de empresas em dificuldades de modo a garantir os postos de trabalho e o pão de muita gente, na perspectiva da defesa do interesse nacional. Mas é ver o que tem sucedido com as empresas intervencionadas. É ver a percentagem quase nula das soluções adoptadas em favor das propostas apresentadas pelos ORT's. E das intervencionadas entregues na sua enorme maioria ao patronato passa agora este Governo de desastre para as nacionalizadas onde começa a tentar impor a sua «lei» contra a legalidade democrática e a Constituição.

Mas, perante essa situação e essas ameaças, os trabalhadores e os seus ORT's não dão qualquer sinal de passividade. Muito pelo contrário. A luta da classe operária e das massas populares continua a constituir **uma poderosa expressão da força popular e do seu papel essencial na defesa dos interesses do Povo e do País, das conquistas da revolução, do regime democrático, da independência nacional.**

Por que aumentam os conflitos?

Ao reafirmar esse facto que acabámos de citar, as Teses para o IX Congresso do PCP, cujo projecto está em discussão, acrescentam a dado passo do capítulo intitulado «As Massas Populares em Movimento»:

«O recurso crescente à greve e a paralisações e o crescimento do número de lutas da classe operária nas empresas são indicadores seguros da combatividade e disposição de luta dos trabalhadores face à política de recuperação capitalista.

«As lutas a nível de empresa passaram de 348 em 1977 para 958 em 1978. A radicalização da luta da classe operária traduz-se no ascenso do movimento grevista. Enquanto em 1977, para o conjunto das lutas a nível das empresas, 136 assumiram a forma de greve, em 1978 estas foram 269.

«Foi em torno da luta pela contratação colectiva que se travaram as greves mais importantes com participação maciça em geral de muito curta duração. Só em 1978 recorreram à greve 38 sectores abrangendo mais de 1 800 000 trabalhadores. Estas greves, totalizando, segundo os dados disponíveis, 2 202 159 dias de trabalho de paralisação, abrangeram por vezes todo o território nacional (metalúrgicos, têxteis, construção civil, CTT, Função Pública) mobilizando dezenas e mesmo em alguns casos centenas de milhar de trabalhadores por greve.

«Foram também particularmente significativas as paralisações de 24-10-78 e de Janeiro de 1979 em defesa da Reforma Agrária e greves travadas em condições particularmente difíceis como a da Aguieira (3 meses), Sociedade Nacional de Sabões (2 meses), Sorefame, Messa e muitas outras».

Estes elementos não deixam dúvidas. Deles se pode concluir que a política antitrabalhadores dos sucessivos governos tem um adversário organizado e com uma capacidade de luta em unidade que os divisionistas não conseguem, nem conseguirão, destruir.

O aumento dos conflitos que redundaram nessas e noutras formas de luta, durante o período considerado, deve-se fundamentalmente à política orientada contra as bases económicas do tipo de sociedade preconizado e defendido pela Constituição de 1976.

Esse aumento não se deve apenas à crise geral do capitalismo e às formas repressivas que ele adopta na tentativa de fazer recair todo o peso da crise sobre os trabalhadores. Deve-se à política de recuperação capitalista nas condições herdadas do fascimo e que o 25 de Abril começara a destruir.

A contra-revolução legislativa, forças de direita no Governo, o regresso do patronato sabotador a tantas empresas que deixara na ruína, os lugares de gestão atribuídos a amigos e compadres de monopolistas e latifundiários, a reintegração de inimigos declarados da Revolução de Abril em lugares de responsabilidade são alguns dos elementos-chave para compreender as razões justas dos trabalhadores organizados e a vitalidade, o empenhamento e a determinação de que dão provas na defesa dos interesses populares e das conquistas de Abril.

Sorefame, um exemplo característico das lutas que se desenvolvem nas empresas contra a repressão patronal

A democracia diz não à repressão

Voltemos à pergunta que pusemos de início: «Será essa gente capaz de gerir e fazer prosperar as suas empresas em democracia?» É sabido que a democracia não se defende com os seus inimigos. E é sabido também que a prática democrática não pode interessar a quem sempre beneficiou da falta dela e da repressão fascista que sobre ela se abateu. A democracia interessa aos trabalhadores na via que ela abre para o socialismo em Portugal. E interessa também a outras camadas da população, incluindo grande parte do patronato que não recorre à repressão e respeita os direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores.

Mas o que denota a recente vaga de repressão em tantas empresas, o boicote à contratação colectiva, a falta de cumprimento das regulamentações de trabalho, os despedimentos selectivos (alguns são autênticos saneamentos políticos) é que os responsáveis pela aplicação dessa política da direita nas empresas (a política deste Governo Mota Pinto) não podem gerir nem fazer prosperar as empresas em democracia. São capazes é de as atolar ainda mais nas dificuldades que afligem muitas delas e que põem em perigo milhares de postos de trabalho.

Contra isso lutam os trabalhadores, defendendo a democracia e combatendo a repressão com as armas legais que conquistaram e a Constituição consagrou.

O sentido da evolução da situação internacional

Pela primeira vez depois do 25 de Abril é apresentada em Congresso do Partido Comunista Português uma análise desenvolvida, sob a forma de tese, da situação internacional. Não naturalmente porque alguma vez o PCP tenha desprezado a importância da situação internacional na evolução política do nosso país, e, paralelamente, o contributo que o processo revolucionário em Portugal constituiu e constitui para o processo revolucionário mundial. Abstraindo factores circunstanciais como a total mobilização de forças em determinadas fases da revolução que não poderam ser dispersas noutras frentes, está em causa, sim, a crescente densidade de contactos a nível internacional, com partidos irmãos e outros componentes do movimento revolucionário mundial; a responsabilidade assumida no seio do movimento comunista internacional, e face a zonas e problemas determinados, como é o caso, por exemplo, da solidariedade activa com países africanos que, hoje lançam as bases do socialismo, de que são exemplos Angola e Moçambique; a importância internacional de um partido cuja coerência ideológica se reflecte inequivocamente na segurança com que encabeça, em condições difíceis e complexas, o processo revolucionário em Portugal.

No que respeita aos contactos internacionais, os números são elucidativos: desde o VIII Congresso visitaram Portugal 45 delegações estrangeiras, das quais 10 delegações oficiais do Comité Central e 11 delegações de estudo. No mesmo período foram ao estrangeiro 68 delegações do PCP (10 delegações oficiais do CC), para além de 54 grupos de estudo. Uma contribuição para a unidade do movimento comunista internacional.

Situação internacional

A tese sobre a Situação Internacional está dividida em sete partes: uma caracterização da época actual e do movimento revolucionário contemporâneo; a análise da crise do capitalismo; sobre as realizações e papel dos países socialistas, o movimento comunista e operário internacional, o movimento de libertação nacional — que no conjunto constituem as três componentes do processo revolucionário mundial; os problemas da paz e da coexistência pacífica, questão vital da nossa época; a unidade do movimento comunista e do movimento anti-imperialista.

1. A contradição fundamental do mundo contemporâneo — entre o socialismo e o capitalismo, entre a classe operária e os seus exploradores — determina as linhas mestras da evolução do mundo contemporâneo. Concretiza-se na vitoriosa construção do socialismo nos países da comunidade socialista, nas lutas crescentes da classe operária dos países capitalistas, na batalha pela liquidação do neocolonialismo, no desenvolvimento do processo da paz e da coexistência pacífica.

A evolução da situação internacional caracteriza-se pela perda da iniciativa histórica por parte do sistema capitalista, por uma evolução irregular mas progressiva da correlação mundial de forças a favor das forças da democracia, da independência nacional, da paz, do socialismo — cuja experiência se enriquece com essa mesma evolução, pela diversificação do processo revolucionário.

2. A crise do capitalismo abarca todos os sectores da vida social, política, económica, cultural. Os esforços de coordenação da acção entre os vários países capitalistas, para superação dessa crise, redundam, como a prática o vem a demonstrar, num total fracasso: agravam-se os índices das componentes da crise, acentua-se a desigualdade entre os diversos países, são insanáveis as contradições entre as potências capitalistas.

À crise do sistema corresponde um claro incremento da luta da classe operária, a que o capitalismo responde, quer pela repressão e a limitação das liberdades democráticas, quer pela acentuação da ameaça das armas, quer pela acção divisionista e sabotadora. O papel do imperialismo norte-americano, como força económica e militar hegemónica do mundo capitalista, é determinante nesta contra-ofensiva sem futuro. O socialismo é a única forma de superação dos problemas actuais gerados pela crise do capital.

3. A comunidade socialista tem um papel determinante na situação actual e na evolução da política internacional. Tal importância firma-se pela própria realidade, pelos êxitos, pela força de atracção do socialismo. Pelo alargamento do sistema e a sua expansão geográfica. Pelo peso no quotidiano da vida política internacional, impondo novas formas de relações internacionais e facultando condições propícias à evolução do processo revolucionário mundial.

A comunidade socialista é a principal realização do Movimento Comunista Internacional, vanguarda e força material para a transformação revolucionária do mundo contemporâneo. Obra comum dos vários partidos comunistas e operários, o movimento comunista internacional orienta-se pelo marxismo-leninismo e o internacionalismo proletário.

O desenvolvimento do processo revolucionário mundial, particularmente em países libertados do colonialismo, a opção pela via não capitalista de desenvolvimento, aproxima o movimento comunista internacional de partidos e organizações que são vanguarda revolucionária do movimento de libertação.

O movimento de libertação nacional é uma das forças capitais de transformação revolucionária do mundo. Na nova fase histórica do fim do colonialismo, os países libertados constituem, no seu conjunto, uma poderosa força anti-imperialista. O desenvolvimento não capitalista, a opção socialista, o apoio e a aliança com a União Soviética e os outros países socialistas, surge como uma condição do próprio desenvolvimento dos países libertados, sem o que independência e progresso não são possíveis.

A aliança entre estas três componentes do processo revolucionário é um factor decisivo na luta anti-imperialista, por isso mesmo atacada sob as mais diversas formas pela reacção internacional.

4. Esta situação internacional, em que as forças revolucionárias detêm a iniciativa histórica abriu caminho a um novo tipo de relações internacionais, acente na coexistência pacífica. Todos os progressos no processo revolucionário mundial contribuem para o reforço da paz. A contra-ofensiva do imperialismo, da NATO, a corrida aos armamentos, só pode ser — e é — detida, por novas vitórias das forças revolucionárias, o reforço do socialismo, uma ampla e persistente luta pela paz, ela própria factor de desenvolvimento das forças progressistas.

5. A unidade da classe operária e da sua mais elevada expressão — o movimento comunista internacional — é um elemento determinante, factor decisivo na luta anti-imperialista. Que tem a sua sólida base na identidade de interesses e aspirações da classe operária, no marxismo-leninismo e no internacionalismo proletário. Só um movimento comunista internacional unido pode constituir o eixo — que é — da frente anti-imperialista, da sua unidade. As tendências negativas, o revisionismo de direita e de «esquerda» o nacionalismo — são alimentados e fomentados pelo imperialismo que hoje conta como aliado com a direcção de Pequim. A luta pela unidade surge assim em todos os sectores, em todas as frentes, como um elemento fundamental.

Presenças estrangeiras já confirmadas

Os Congressos do PCP constituem inesquecíveis jornadas internacionalistas, contando com a presença de delegações de partidos comunistas e operários e outros movimentos e organizações revolucionárias de dezenas de países.

Em relação ao IX Congresso, e independentemente de uma informação mais completa, que só poderemos dar na próxima semana, adiantamos desde já que se encontra confirmada a presença das seguintes delegações estrangeiras:

Partido Socialista Unificado da Alemanha (RDA), chefiada por Werner Felfe, membro do Bureau Político e 1.º Secretário da Direcção do Distrito de Halle; Partido Comunista Búlgaro, chefiada por Pencho Kubadinsky, membro do Bureau Político e Presidente do Conselho Nacional da Frente da Pátria; Partido Socialista Operário Húngaro, chefiada por Jeno Fock, membro do Bureau Político e antigo Primeiro-Ministro; Partido Operário Unificado Polaco, chefiada por Josef Pinkowski, Secretário do Comité Central; Partido Comunista da Checoslováquia, chefiada por Antonin Kapek, membro do Presidium, Secretário do CC e 1.º Secretário da Organização; Partido Comunista de Cuba, chefiada por Blas Roca, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC; Partido Comunista Romeno, chefiada por Virgil Cazacu, membro do Comité Político Executivo e Secretário do CC; Partido Comunista do Vietnam, chefiada por Tran Huu Duc, membro do CC e Presidente do Supremo Tribunal Popular; Partido do Trabalho da Coreia, chefiada por Kim Guk Hun, membro do CC; Partido AKEL (Chipre), chefiada por A. Kannaouros, membro do CC e redactor do «Haraugi»; Partido Comunista da Holanda, chefiada por Marcus Bakker, membro da Comissão Política e Presidente do Grupo Parlamentar; Partido Comunista da Áustria, chefiada por Franz Hager, membro da Comissão Política; Partido Comunista Peruano, chefiado por Manuel Chacón, membro do CC, director do «Unidad»; Partido Socialista Unificado de Berlim-Oeste, chefiada por Inge Kopp, Vice-Presidente do Partido; Partido Comunista da India, chefiada por Saradra Mitra, membro do Conselho Nacional e representante na Revista Internacional; Partido Comunista da Grã-Bretanha, chefiada por Jack Woodis, membro do CC e responsável pela Secção Internacional; Partido Suíço do Trabalho, chefiada por Andre Rauber, membro do CC e redactor da «Voix Ouvrière»; Partido Comunista da Irlanda, chefiada por Michael O'Riordon, Secretário-Geral; Partido Comunista do Japão, chefiada por Chôju Ugai, membro do CC, representante na Revista Internacional; Partido do Progresso e do Socialismo (Marrocos), chefiada por Simon Levy, Secretário do CC e membro do Bureau Político; Partido Comunista da Noruega, chefiada por Alf Ingum, membro da Comissão Política e do Secretariado; Partido Comunista da Bélgica, chefiada por Albert de Coninck, Secretário Nacional e responsável das Relações Internacionais; Partido Comunista da Finlândia, chefiada por Arvo Kemppainen, membro do CC e deputado; Partido Comunista de Israel, chefiada por Tamar Gozansky, membro do CC; Partido Comunista Italiano, chefiada por Pietro Conti, membro do Bureau Político; Partido Comunista Francês, chefiada por Francette Lazard, membro do Bureau Político; Partido Comunista da Dinamarca, chefiada por Villy Fuglsang, membro do Bureau Político; Partido Baas (Síria), chefiada por Fadel Al Ansari, membro da Direcção Nacional e responsável do Departamento de Propaganda; Partido Socialista Yemenita, chefiada por Abdulwakil Sanoon, membro do CC. Estarão ainda presentes delegações do MPLA – Partido do Trabalho, chefiada por António dos Santos Franca (Ndalu), membro do Bureau Político, Comandante das Forças Blindadas e membro do Secretariado para a Cultura e Desportos; da FRELIMO, chefiada por Armando Panguene, membro do CC; e do MLSTP, chefiada por Francisco Fortunato Dias, membro do Conselho Coordenador e Secretário Administrativo.

Está também já confirmada a presença de delegações do Partido Comunista da União Soviética, da Liga dos Comunistas da Jugoslávia e dos Partidos Comunistas do Brasil, Chile, Uruguai e Espanha.

Reforça-se o movimento unitário dos pequenos e médios agricultores

Falar dos pequenos e médios agricultores, no nosso país, significa falar de uma das mais importantes forças produtivas, cuja mobilização é indispensável para a saída da crise económica, social e política. Falar dos pequenos e médios agricultores é falar de trabalhadores da terra, num país onde a agricultura mantém um peso relevante na economia nacional, trabalhadores cujas potencialidades revolucionárias têm vindo a realizar-se a ritmo crescente. Prova-o o avanço do movimento associativo nos campos — quer as associações de classe, as Ligas, as Uniões, as Federações, etc., quer as cooperativas de comercialização, de produção, de serviços, etc. Prova-o a criação da CNA, Confederação Nacional da Agricultura que, surgindo em Fevereiro de 1978 com uma necessidade objectiva colocada pelo desenvolvimento das organizações e lutas dos pequenos e médios agricultores, tem vindo a fortalecer-se progressivamente, contando hoje com quase 300 organizações de agricultores. Prova-o a luta de milhares e milhares de rendeiros e da sua organização, o MARN, contra a Lei de Arrendamento Rural do PPD, a lei dos senhorios ricos. Prova-o a batalha dos agricultores, organizados no MURPI, por uma verdadeira previdência rural. Prova-o a luta de pequenos e médios agricultores contra a política de preços à produção agrícola, contra a política de desastre nacional de sucessivos governos de direita que agravam, dia a dia, a situação da lavoura. Prova-o a luta, desenvolvida em condições tremendamente difíceis, dos pequenos agricultores na Região Autónoma da Madeira pela extinção da colonia, extinção já consagrada na lei.

Prova-o ainda e de forma inequívoca o fracasso das tentativas dos divisionistas em quebrar o movimento unitário camponês, o desmascaramento da CAP, o reforço da unidade entre as diversas organizações unitárias de pequenos e médios agricultores e o fortalecimento da sua aliança com o proletariado rural.

É possível melhorar a vida nos campos

Sobrevivência cada vez mais precária de milhares de pequenas explorações, ruína de muitas outras, dificuldades incomportáveis mesmo para as médias explorações agrícolas: eis o resultado da política de exploração capitalista, latifundista e imperialista dos governos nestes últimos três anos. É uma política de preços verdadeiramente ruinosa que arranca «aos pequenos e médios agricultores uma quota maior da sua produção através do aumento dos preços dos produtos agrícolas mantendo práticas especulativas, provocando subida artificial dos preços dos produtos agrícolas depois de o agricultor os vender e de se encontrarem nas mãos do industrial e do comerciante, atribuindo subsídios aos grandes intermediários e industriais em vez de o fazer aos agricultores». São as dificuldades no escoamento; as dívidas de industriais e do Estado, os subsídios e as indemnizações por pagar. São as restrições ao crédito, as altas taxas de juro, a burocracia; os impostos pesadíssimos como o de transacções e a taxa sobre o vinho. É a falta de apoio técnico e financeiro, a ausência do seguro nacional agro-pecuário; o desprezo do Estado pelo cooperativismo; a inexistência de uma previdência rural digna.

A todas estas dificuldades, no caso dos rendeiros, acrescentam-se as prepotências e arbitrariedades dos senhorios ricos aos quais a Lei 76/77, Lei de Arrendamento Rural do PPD, veio dar cobertura e incentivar, ao libertá-los da obrigatoriedade de assinatura dos contratos para a esmagadora maioria dos rendeiros, ao manter a parceria; ao recusar ao cultivador directo o dinheiro de exigir o valor das benfeitorias e ao permitir ao senhorio a denúncia do contrato em termos tais que facilitam os despejos arbitrários e a expulsão das terras. As recentes alterações a esta lei de senhorios ricos resultam da luta dos rendeiros e do apoio que esta luta encontrou nas forças democráticas e muito particularmente no PCP, cujo grupo parlamentar defendeu intransigentemente na Assembleia da República os interesses dos rendeiros.

Pequenos e médios agricultores, proprietários e rendeiros, enfrentam ainda um problema que desde sempre condicionou a sua vida: a escassez da terra. Daí que nas teses, na Plataforma para uma alternativa democrática para o Governo actual e para a política actual se considere como aspectos fundamentais do desenvolvimento económico com base nas conquistas de Abril: «Expropriação e entrega aos trabalhadores e pequenos e médios agricultores das centenas de milhares de hectares das terras expropriáveis ainda nas mãos dos agrários e das terras abandonadas», «Empreender a Reforma Agrária nas regiões fora da intervenção», com expropriação de terra aos grandes proprietários e sua entrega aos pequenos agricultores, proprietários e rendeiros», «Emparcelamento de terras sempre com o livre acordo dos interessados. Apoio técnico e financeiro. Arrendamento obrigatório de terras abandonadas durante dois anos consecutivos». «Apoiar os pequenos e médios agricultores (proprietários, rendeiros e seareiros) a fim de que possam vencer as dificuldades actuais e reforçar a sua contribuição para a produção agrícola e pecuária nacional», dando satisfação às suas mais prementes reivindicações que vão desde créditos para investimento e isenções fiscais, à abolição efectiva da parceria e colonia, ao apoio técnico e financeiro para a criação e reforço das cooperativas de máquinas, de comercialização, etc., « Tomar medidas gerais de protecção à agricultura», fixando preços compensadores antes das campanhas, procedendo à contenção dos preços de adubos, etc., crédito a baixo juro, garantia de escoamento e comercialização, seguro agro-pecuário, pagamento das indemnizações, combate à especulação e ao parasitismo. Formação de técnicos, etc.

Com o reforço do Movimento Camponês

O desenvolvimento do movimento unitário dos pequenos e médios agricultores é uma componente das mais importantes na força do movimento popular. Como salientámos já, a expansão das organizações e dos movimentos, o seu enraizamento, o desenvolvimento de numerosas lutas de pequenos e médios agricultores, a realização de centenas de encontros, plenários, conferências, sessões são prova do salto qualitativo e quantitativo na consciência política e social e na acção dos pequenos e médios agricultores. Verificam-se, no entanto — as teses assinalam-no — alguns atrasos na organização de pequenos proprietários agrícolas e na organização da juventude rural na zona do minifúndio. Mas a análise objectiva do movimento camponês, que se evidencia como uma força social nacional organizada, permite concluir que «estão criadas condições para a continuação de rápidos progressos do movimento de pequenos e médios agricultores, da sua influência e da sua actuação de massas».

Outra questão primordial que as teses salientam diz respeito ao desenvolvimento do movimento camponês como factor que «reforça a aliança do campesinato com a classe operária, reduz a base social de apoio das forças reaccionárias e altera progressivamente em favor do movimento popular a balança das forças sociais em vastas áreas ainda dominadas pela reacção», o que, a acentuar-se, representa «uma mudança qualitativa susceptível de influir de forma determinante a favor da democracia na correlação de forças sociais e políticas à escala nacional».

É nesse sentido que os comunistas, no Projecto de Teses ao IX Congresso, consideram como linhas de orientação fundamentais para o movimento camponês, o reforço, alargamento, estruturação e coordenação das organizações unitárias dos pequenos e médios agricultores; o aprofundar das ligações das organizações e dos quadros com as massas interpretando e defendendo os seus legítimos interesses; o estímulo à organização cooperativa; a garantia de apoio jurídico às organizações que o necessitam; a formação acelerada de quadros; a salvaguarda firme da autonomia e independência dos movimentos unitários dos pequenos e médios agricultores.

Falar dos pequenos e médios agricultores significa falar de uma das mais importantes forças produtivas, cuja mobilização é indispensável para a saída da crise económica, social e política

IX Congresso do PCP/com Portugal pela Democracia

Praticamente terminado em todo o Partido o debate do Projecto de Teses

A oito dias do início dos trabalhos do IX Congresso, está praticamente terminado em todo o Partido o debate do Projecto de Teses, realizado ao longo de cerca de um mês no decorrer de muitas centenas de reuniões, assembleias e plenários com a participação de dezenas de milhar de militantes, e também, em muitos casos, de simpatizantes e amigos do Partido. Recordemos que o documento foi amplamente divulgado, através de separata do "Avante!" e da edição de um folheto, num total de 150 000 exemplares. A aprovação final das Teses, depois de enriquecidas pelas alterações propostas pelos militantes no decorrer da discussão que agora se encerra, far-se-á em sessão plenária durante o Congresso. Acerca do que tem sido este debate, temos vindo nas últimas semanas a dar conta de algumas – apenas algumas – das reuniões realizadas. Seria hoje altura de fazermos um balanço de toda essa imensa actividade. Mas tal ainda não é possível. A nível nacional, apenas podemos dispor de informações parcelares, relativas a alguns sectores – que, mesmo assim, dão já uma ideia significativa da intensa vida democrática interna que caracteriza o PCP e do carácter democrático dos seus Congressos.

DORN

Na região da DORN realizaram-se 129 assembleias e reuniões para debate das Teses e eleição dos delegados. A maior parte daquelas iniciativas ocorreram na zona do Porto (85). Em Braga efectuaram-se 19, em Viana 11, em Vila Real 8 e em Bragança 6.

Até anteontem a DORN tinha contribuído com 522 propostas de alteração e aditamento ao texto do projecto das Teses. À semelhança de outras regiões do país, tem sido significativo o número de sessões de esclarecimento abertas à população sobre o IX Congresso do PCP.

DORB

Mais de 4900 pessoas participaram nas 431 reuniões e plenários para debate das Teses e eleição dos delegados na região da DORB. No distrito de Viseu efectuaram-se 32 reuniões e plenários com 433 presenças. No distrito de Coimbra 123, com 1280 camaradas e amigos; no de Aveiro 164 e 1628 presenças; e em Castelo Branco 73 com 848 participantes.

A nível de sectores, refira-se, por exemplo, o Sector Intelectual, o Camponês e o de Vários. No primeiro, registaram-se 30 reuniões e plenários com 223 presenças. No segundo três, com 30 participantes. E no último cinco com 43 pessoas. As organizações da Juventude também organizaram sessões (11), que reuniram um total de 167 camaradas e amigos.

No âmbito da DORB foram apresentadas 334 propostas de alteração e aditamento às Teses, assim distribuídas: 52 por camaradas do distrito de Castelo Branco, 84 de Aveiro, 74 de Coimbra, 10 da Guarda, 12 de Viseu, 49 do Sector Intelectual, 39 do Sector Camponês (número este muito significativo uma vez que este sector realizou apenas três reuniões com a presença de 30 camaradas no total) e 14 dos Diversos.

Dos delegados eleitos na Organização Regional das Beiras, 48,3 por cento são operários industriais, 3,3 por cento camponeses, 24,5 por cento empregados, 16,1 por cento intelectuais e técnicos e 7,6 por cento vários. Deste conjunto, 10,1 por cento é constituído por mulheres. Média de idades: 33 anos.

DORLEI

Na DORLEI (distrito de Leiria) efectuaram-se 130 reuniões e plenários, com a presença de 1969 participantes, que elaboraram 107 propostas para o enriquecimento das Teses do IX Congresso.

Nas reuniões realizadas no concelho de Alcobaça (10) estiveram presentes 114 pessoas; no Bombarral (6) – 94; nas Caldas da Rainha (13) – 225; em Leiria (25) – 345; na Marinha Grande (42) – 811; na Nazaré (4) – 45; em Óbidos (5) – 87; em Peniche (5) – 130; e em Porto de Mós (8) – 46.

Dos delegados eleitos no concelho de Leiria 55 por cento são operários industriais, 4 por cento operários agrícolas e pescadores, 4 por cento camponeses, 22 por cento empregados, 6 por cento intelectuais e técnicos e 3 por cento vários.

DORSA

No distrito de Santarém realizaram-se mais de duas centenas de reuniões, donde saíram cerca de 140 propostas de alteração e aditamentos. Os delegados já foram eleitos, tendo também sido dirigidos convites a perto de 50 antifascistas da região, democratas de várias tendências.

A principal iniciativa dos camaradas da Organização Regional de Santarém está neste momento orientada para a ampla divulgação e propaganda do IX Congresso, através, nomeadamente, da afixação de cartazes, panos e *placards*, pintura de murais, etc.

DORL

Tal como em relação a todas as outras Organizações Regionais, os elementos que em seguida divulgamos no que toca à DORL não dão uma ideia completa da imensa actividade desenvolvida pelos militantes e simpatizantes do Partido no trabalho preparatório do Congresso. No entanto, de acordo com os resultados registados até anteontem (que não incluem os dados de Loures, Cascais, Sintra, Oeiras, V. Franca de Xira e os concelhos do Norte de Lisboa) foram apresentadas à Comissão de Redacção do Congresso cerca de 1500 propostas de alteração e aditamento às Teses.

No Sector Público efectuaram-se 150 reuniões com a presença de 1530 camaradas e amigos. No Sector Intelectual, os Professores realizaram 108 reuniões com 270 presenças, os Técnicos 16 com 65 participações e Artes e Letras 53 com 201 camaradas e amigos.

Mais de 1500 participantes tomaram lugar nas 150 reuniões promovidas pelo Sector de Transporte. O Comité Local de Lisboa levou a efeito 514 sessões, reunindo 6665 pessoas.

DORS

Quase 500 propostas de alteração e desenvolvimento ao texto-projecto das Teses, 196 assembleias e reuniões, 8842 participantes – este o balanço, em números ainda parciais, da actividade no distrito de Setúbal.

Em Alcácer do Sal realizaram-se 14 sessões (421 participantes), em Alcochete 3 (115), em Almada 35 (115), no Barreiro 38 (1848), em Grândola 17 (615), na Moita 9 (429), no Montijo 8 (262), em Palmela 10 (226), em Santiago 9 (490), no Seixal 14 (895), em Sesimbra 7 (81), em Setúbal 29 (780) e em Sines 2 (120).

DORA

Nos três distritos da DORA, a preparação do Congresso também mobiliza milhares de militantes e simpatizantes do Partido. Em Évora efectuaram-se 103 reuniões e plenários, que reuniram a presença de 4023 participantes. Em Beja decorreram 56 sessões em que estiveram presentes 2308 pessoas. Em Portalegre cerca de 2670 camaradas e amigos participaram em 66 reuniões e plenários.

Em relação às propostas para as Teses, Évora enviou 79, Beja 7 e Portalegre 24. Neste último distrito estão programadas 10 excursões que levarão ao Barreiro centenas de camaradas para assistirem ao comício no domingo à tarde. Em Beja realiza-se no próximo dia 27 uma grandiosa Festa Popular de apoio ao IX Congresso. Além das excursões e da aderência ao Partido de novos militantes, o trabalho preparatório caracteriza-se agora pelo vivo entusiasmo nas múltiplas sessões públicas organizadas pelos camaradas para divulgação das Teses e da importância do Congresso no contexto político e social do país.

Manhã de convívio no Tejo

Já falámos na iniciativa. Mas agora temos mais coisas para dizer, e que certamente irão entusiasmar muitos camaradas e amigos a participar.

Domingo, dia 3 de Junho, é o último dia do Congresso, com sessão durante toda a manhã, a sessão de encerramento. Mas à tarde, culminando os trabalhos do IX Congresso, realiza-se um grande comício ao ar livre.

Ora o Comité Local de Lisboa tomou a iniciativa de organizar um passeio no rio, com desembarque no Barreiro a tempo dos participantes assistirem ao comício, com partida do Terreiro do Paço (Estação Sul-Sueste) às 9 horas e chegada prevista para as 13 horas.

Mas não se trata de um mero passeio: durante as quatro horas a bordo haverá convívio, baile, canto livre e surpresas. A organização aconselha os «turistas» a levar farnel, assim como violas ou outros instrumentos musicais, e ainda panos e bandeiras para a decoração do barco e participação no comício.

Um pormenor importante: os bilhetes (50$00) já estão à venda nos Centros de Trabalho do PCP.

Novas adesões ao Partido

A ampla discussão das Teses para o IX Congresso não se fez apenas em reuniões destinadas somente a militantes. Com efeito, foram inúmeras as discussões abertas a outros democratas, realizadas um pouco por todo o país, no decorrer das quais se travou um diálogo vivo e aberto e se aproveitou a oportunidade para divulgar e esclarecer a posição do PCP sobre os grandes problemas nacionais.

Facto significativo: no decorrer dessas sessões, e num balanço ainda provisório, contam-se às centenas o número de novas adesões ao Partido. Refira-se, a título de exemplo, que só nos debates realizados no distrito de Portalegre se inscreveram no PCP 116 novos camaradas.

Levar o Congresso às massas!

A última fase de preparação do IX Congresso reveste-se, agora, de novas características e frentes de acção não menos importantes para o seu êxito.

Uma delas é o trabalho de propaganda e divulgação. Militantes e organizações, num esforço abnegado e criador, levam a todo o país a notícia da realização do Congresso. São as grandes colagens de cartazes e murais. É a afixação de numerosos panos. É a distribuição de folhetos e comunicados. É toda uma intensa actividade, fruto da militância dos comunistas., que contribui significativamente para a dimensão e impacto do nosso IX Congresso a nível nacional.

Nota saliente do trabalho (a realizar agora) é também a organização de numerosas excursões, que de vários pontos do país levarão ao Barreiro milhares de camaradas e amigos para participarem no grandioso comício que decorrerá após o Congresso, no domingo à tarde.

Comícios com delegações estrangeiras convidadas ao IX Congresso

No dia 1 de Junho, sexta-feira, às 21 e 30, realizam-se comícios com delegações estrangeiras convidadas ao IX Congresso, nas seguintes localidades (em todos estará presente um membro do CC do PCP):

Alhandra — Sociedade Euterpe Alhandrense
Linda-a-Pastora — Bombeiros Voluntários de Linda-a-Pastora
Cova da Piedade — Sociedade Filarmónica União Artística Piedense
Grândola — Esplanada
Évora — Teatro Garcia de Resende
Benavente — Casa do Cinema
Seixal — Sociedade Filarmónica Operária Amorense

O debate sobre o Projecto de Teses apresentado pelo Comité Central e a eleição dos delegados ao IX Congresso têm motivado a realização de muitas centenas de assembleias e reuniões em todo o país, onde se salienta o empenhamento dos militantes e simpatizantes do Partido no enriquecimento daquele importante documento

Grandes iniciativas visando a resolução dos problemas nacionais

Uma das principais características da actividade do Partido desde o VIII Congresso tem sido a intensificação dos esforços que vinham sendo desenvolvidos no sentido de contribuir a nível nacional para o estudo e debate dos principais problemas que afectam directamente os mais amplos sectores da sociedade portuguesa. O empenhamento da organização do Partido na realização de Conferências, Encontros, Colóquios, Seminários, Reuniões sobre questões tão importantes como as nacionalizações, a Reforma Agrária, os problemas económicos, as autarquias, ensino, cultura, mercado comum, quadros técnicos, pequenos e médios agricultores, constituiu sem dúvida um importante auxílio na procura de propostas e soluções dos problemas existentes em tais campos da vida nacional.

Contribuição tanto mais importante quanto é certo que conseguiu mobilizar não só os comunistas como muitos outros homens e mulheres dos mais diferentes quadrantes ideológicos, igualmente interessados em participar colectivamente na defesa e consolidação do regime democrático.

Da intensa actividade desenvolvida cabe recordar, como testemunho da capacidade de organização e mobilização do PCP, iniciativas tão importantes como a **Conferência Nacional do PCP sobre a Situação Económica**, realizada a 4 e 5 de Junho de 1977, onde mais de 950 delegados eleitos e mais de quatro mil convidados, enriquecidos com o debate efectuado em 1283 reuniões preparatórias em que participaram mais de vinte e oito mil trabalhadores e centenas de especialistas, quadros técnicos e economistas, demonstraram que existia uma saída para as dificuldades económicas e financeiras do país.

E também a **Conferência Nacional sobre a Dinamização do Sector Nacionalizado**, efectuada em 11 e 12 de Março de 1978, que empenhou mais de doze mil pessoas em mais de oitocentos e cinquenta plenários, reuniões e debates, dos quais mais de 20% não militantes do PCP. Esta iniciativa, que constituiu um novo e grande passo em frente na acumulação de conhecimentos pelos trabalhadores de vanguarda e pelo seu Partido – o PCP – deixou igualmente bem claro que as nacionalizações permitiram salvar a economia portuguesa da sabotagem económica e conduzida pelo capital monopolista contra o 25 de Abril e liquidar a principal base material de apoio da reacção e do fascismo.

Destaque-se igualmente a **Conferência Nacional sobre o Ensino**, em 22 e 23 de Abril do ano passado. Oitocentos e cinquenta delegados e cerca de mil convidados debateram então quais as melhores vias para a adequação do sistema educativo aos valores democráticos e progressistas da Constituição da República e como se poderia aplicar uma política educativa democrática numa situação de crise económica e financeira.

Já no corrente ano, duas outras grandes iniciativas marcaram o interesse dos comunistas na resolução de problemas que interessam amplas camadas da população – o **Encontro Nacional sobre Cultura Física e Desporto** (3 e 4 de Março) e o **Encontro Nacional de Quadros Técnicos** (24 e 25 de Março).

Enquanto o primeiro constituiu um valioso contributo para a luta por uma nova política de cultura física e de desporto, ao serviço das massas populares, o segundo tratou de reconhecer e estudar, pela primeira vez no nosso país, o importante papel dos quadros técnicos no processo produtivo nacional.

Os exemplos referidos, embora elucidativos do êxito alcançado, não significam que não se possa fazer muito mais e melhor.

Pois tal como o VIII Congresso foi um incentivo para as grandes tarefas que o PCP se propôs – e conseguiu – realizar, também o IX Congresso do Partido irá incentivar e contribuir para uma cada vez maior e melhor participação dos comunistas e seus aliados na resolução dos grandes problemas nacionais.

Para Portugal sair da crise é imperioso que as forças democráticas se unam na defesa dos ideais de Abril

O trabalho colectivo e as experiências vividas nos mais diversos sectores mostraram não só a importância do sector nacionalizado como o empenho dos trabalhadores em o defender

O direito à cultura e ao ensino está consagrado na Constituição. Mas é preciso conjugar esforços para o tornar uma realidade

IX Congresso do PCP/com Portugal pela Democracia

Horário das sessões

DIA	SESSÃO	MANHÃ			TARDE			NOITE	
		Início	Intervalo	Encer.	Início	Intervalo	Encer.	Início	Encer.
31/V	1.ª sessão	9.30 h.	11.00 – 11.30 h.	13.00 h.	—	—	—	—	—
	2.ª sessão	—	—	—	15.00 h.	17.00 – 17.30 h.	19.30 h.	—	—
1/VI	3.ª sessão	9.00 h.	11.00 – 11.30 h.	13.00 h.	—	—	—	—	—
	4.ª sessão	—	—	—	15.00 h.	17.00 – 17.30 h.	—	—	—
2/VI	5.ª sessão	9.00 h.	11.00 – 11.30 h.	13.00 h.	—	—	—	—	—
	6.ª sessão	—	—	—	15.00 h.	17.00 – 17.30 h.	19.30 h.	—	—
	7.ª sessão	—	—	—	—	—	—	21.30 h.	23.00 h.
3/VI	8.ª sessão (*)	8.30 h.	—	10.00 h.	—	—	—	—	—
	9.ª sessão	11.30 h.	—	13.30 h.					

(*) Sessão reservada a delegados

Todos os delegados devem estar no Pavilhão 30 minutos antes do início de cada sessão. Igualmente os convidados devem estar no Pavilhão 30 minutos antes da sessão a que se refere o seu convite.

Alojamento dos delegados

Os delegados que tenham necessidade de alojamento devem dirigir-se aos seguintes locais:

Na quarta-feira, dia 30 (véspera da abertura) — Ao Centro de Trabalho Vitória, em Lisboa, na Avenida da Liberdade, ou ao Centro de Trabalho do Barreiro (consultar o mapa);

No decorrer do Congresso — Ao serviço de Informações do Congresso que funciona nas bilheteiras do Pavilhão;

No final dos trabalhos do primeiro dia — Ao Centro de Trabalho do Barreiro ou à sede do Conselho de Moradores (consultar o mapa) onde funciona o serviço de acolhimento.

Existe também próximo do pavilhão do Congresso uma área reservada para **acampamento** que pode ser usada por **delegados** que tragam tenda. Os delegados que pretendam acampar devem dirigir-se aos mesmos locais indicados acima.

Serviços de apoio

Os camaradas que tenham de se deslocar para o Barreiro para trabalharem nos serviços de apoio ao Congresso podem utilizar o autocarro que sairá diariamente com o seguinte horário:

7h 00m — Centro de Trabalho Vitória, na Av. da Liberdade
7h 30m – Centro de Trabalho da Rua Soeiro Pereira Gomes

Transportes e acessos

Barco

Os barcos para o Barreiro das carreiras regulares partem de Lisboa da Estação Fluvial do **Sul e Sueste**, junto ao Terreiro do Paço. A travessia demora cerca de 30m.

O barco chega ao Barreiro à estação fluvial e para a deslocação para o Pavilhão do Congresso há duas possibilidades:

— o autocarro de carreira n.º 7:
— o comboio até à estação do Lavradio (é logo a primeira paragem).

Automóveis ou autocarros de excursão

Provenientes de Lisboa

Ponte 25 de Abril – Troço de auto-estrada do Sul até Coiná – Em Coina, desvio à esquerda para o Barreiro – À chegada ao Barreiro, seguir a avenida por onde se entra (Rua Miguel Bombarda), virar à direita na Rua Pacheco Nobre e seguir sempre em frente.

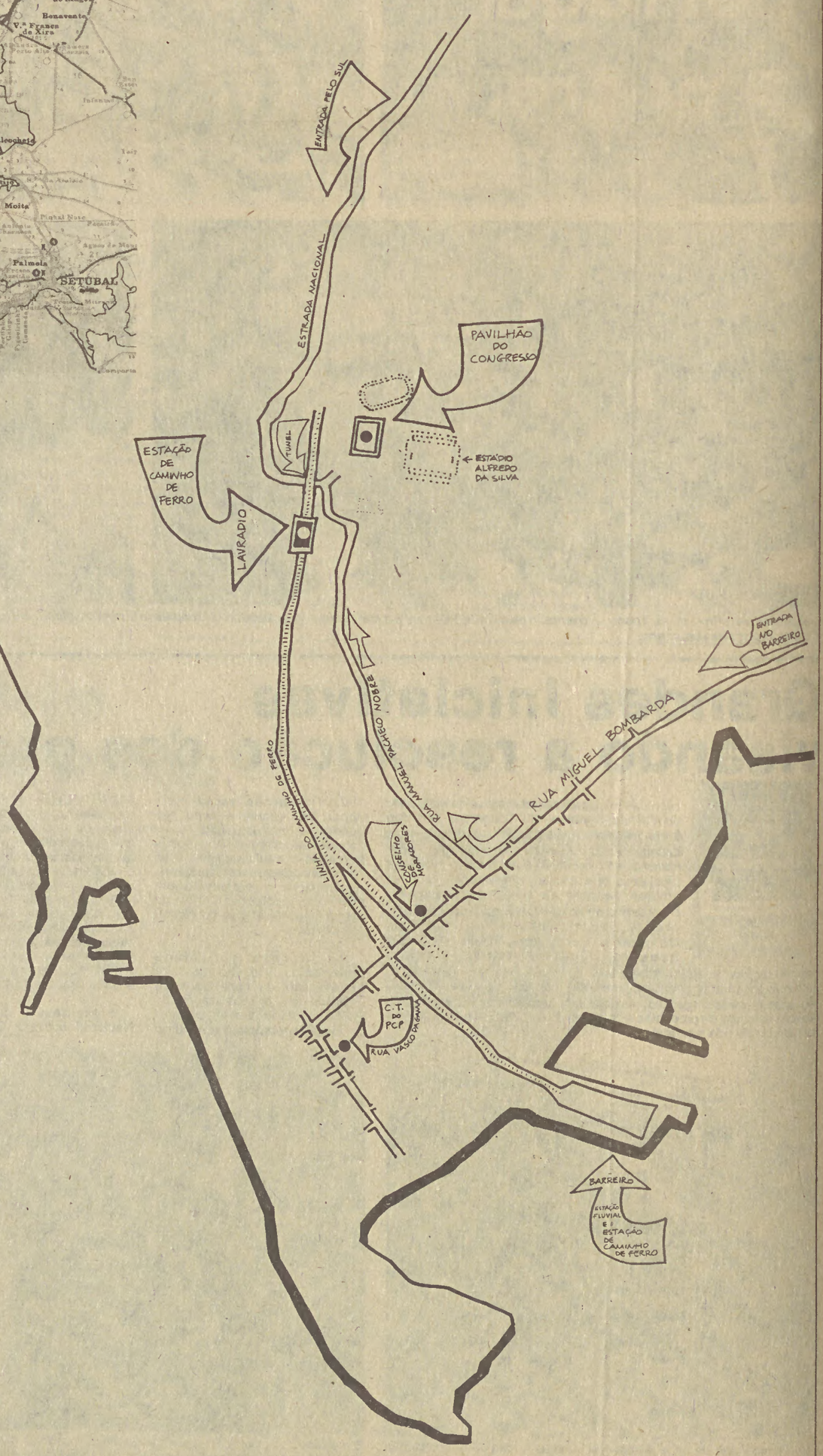
Provenientes do Norte

Ponte de Vila Franca – Depois de Porto Alto, desvio à direita por Alcochete, Montijo, Moita, Alhos Vedros, Baixa da Banheira, Barreiro – À chegada ao Barreiro, desvio à esquerda passando sob a linha de caminho-de-ferro.

Provenientes do Sul

Auto-estrada do Sul ou EN 10 até Coina – Desvio à direita para o Barreiro – À chegada ao Barreiro, seguir a avenida por onde se entra (Rua Miguel Bombarda), virar à direita na Rua Pacheco Nobre e seguir sempre em frente
ou
Setúbal – Palmela – Moita – Alhos Vedros – Baixa da Banheira – Barreiro – À chegada ao Barreiro, desvio à esquerda passando sob a linha do caminho-de-ferro.

Restaurantes

No recinto do Pavilhão do Congresso existem restaurantes para os delegados. As senhas de refeição podem ser adquiridas no próprio pavilhão e têm assinalado o restaurante a que se referem (Ex: **R3** para o restaurante 3 cuja localização está na própria senha).

No parque fronteiro ao Pavilhão existem também diversos bares e restaurantes para convidados.